ISSN 2175-9278

Boletim Regional do Banco Central do Brasil

Janeiro 2010
Volume 4 | Número 1

BANCO CENTRAL DO BRASIL

BANCO CENTRAL DO BRASIL

Boletim Regional do Banco Central do Brasil

Janeiro 2010
Volume 4 | Número 1

CGC 00.038.166/0001-05

Boletim Regional do Banco Central do Brasil	Brasília	v. 4	n. 1	jan.	2010	p. 1-116

Boletim Regional do Banco Central do Brasil

Publicação trimestral do Banco Central do Brasil/Departamento Econômico.

Os textos, as tabelas e os gráficos são de responsabilidade dos seguintes componentes do **Departamento Econômico (Depec)** (*E-mail*: depec@bcb.gov.br):

Região Norte – Núcleo Regional do Departamento Econômico em Belém (*E-mail*: pa.depec@bcb.gov.br);

Região Nordeste – Núcleo Regional do Departamento Econômico em Fortaleza (*E-mail*: ce.depec@bcb.gov.br),
Núcleo Regional do Departamento Econômico em Recife (*E-mail*: pe.depec@bcb.gov.br),
Núcleo Regional do Departamento Econômico em Salvador (*E-mail*: ba.depec@bcb.gov.br);

Região Centro-Oeste – Núcleo Regional do Departamento Econômico em Belo Horizonte (*E-mail*: mg.depec@bcb.gov.br);

Região Sudeste – Núcleo Regional do Departamento Econômico em Belo Horizonte (*E-mail*: mg.depec@bcb.gov.br),
Núcleo Regional do Departamento Econômico no Rio de Janeiro (*E-mail*: rj.depec@bcb.gov.br),
Gerência Técnica de Estudos Econômicos em São Paulo (*E-mail*: sp.depec@bcb.gov.br);

Região Sul – Núcleo Regional do Departamento Econômico em Curitiba (*E-mail*: pr.depec@bcb.gov.br),
Núcleo Regional do Departamento Econômico em Porto Alegre (*E-mail*: rs.depec@bcb.gov.br).

Informações sobre o Boletim
telefone: (61) 3414-1009;
fax: (61) 3414-2036.

É permitida a reprodução das matérias, desde que mencionada a fonte: Boletim Regional – Suplemento do Boletim do Banco Central do Brasil, volume 4, n. 1.

Controle Geral de Publicações

Banco Central do Brasil
Secre/Surel/Cogiv
SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 1º andar
Caixa Postal 8.670
70074-900 Brasília – DF
Telefones: (61) 3414-3710 e 3414-3565
Fax: (61) 3414-3626
E-mail: editor@bcb.gov.br

Tiragem: 630 exemplares

Convenções estatísticas

...	dados desconhecidos.
-	dados nulos ou indicação de que a rubrica assinalada é inexistente.
0 ou **0,0**	menor que a metade do último algarismo, à direita, assinalado.
*	dados preliminares.

O hífen (-) entre anos (2004-2006) indica o total de anos, incluindo o primeiro e o último.
A barra (/) utilizada entre anos (2004/2006) indica a média anual dos anos assinalados, incluindo o primeiro e o último, ou, se especificado no texto, ano-safra ou ano-convênio.

Eventuais divergências entre dados e totais ou variações percentuais são provenientes de arredondamentos.

Não são citadas as fontes dos quadros e gráficos de autoria exclusiva do Banco Central do Brasil.

Central de Atendimento ao Público

Banco Central do Brasil
Secre/Surel/Diate
SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 2º subsolo
70074-900 Brasília – DF
DDG: 0800 9792345
Fax: (61) 3414-2553
Internet: <http://www.bcb.gov.br>

Índice

Apresentação 5

Sumário executivo 7

I Região Norte 11

II Região Nordeste 15

- Bahia 21
- Ceará 27
- Pernambuco 33

III Região Centro-Oeste 39

IV Região Sudeste 45

- Minas Gerais 51
- Rio de Janeiro 57
- São Paulo 63

V Região Sul 69

- Paraná 75
- Rio Grande do Sul 81

Boxes

- Desempenho Recente e Perspectivas para a Agricultura 87
- Distribuição Regional dos Programas Sociais do Governo Federal 93
- Impacto da Crise Econômica Mundial sobre a Indústria Regional 100
- Pobreza, Desigualdade e Mobilidade Social: Alterações Regionais Recentes 105

Apêndice 109

Apresentação

O “Boletim Regional” é uma publicação trimestral do Banco Central do Brasil que apresenta as condições da economia por regiões e alguns estados do país. Sob o enfoque regional, enfatiza-se a evolução de indicadores que repercutem as decisões de política monetária – produção, vendas, emprego, preços, comércio exterior, entre outros. Nesse contexto, a publicação contribui para a avaliação do impacto das políticas da Autoridade Monetária sobre os diferentes entes da Federação, à luz das características econômicas locais e das gestões políticas regionais.

As análises e informações do “Boletim Regional” buscam oferecer à sociedade – em particular, gestores de política econômica nas esferas subnacionais, pesquisadores e integrantes do meio acadêmico, empresários, investidores, e profissionais de imprensa – elementos que contribuam para identificar a forma e, especialmente, a magnitude de repercussão, no âmbito regional, das políticas implementadas. Ao mesmo tempo, a publicação contribui para dar à sociedade conhecimento dos critérios analíticos da Instituição.

O “Boletim Regional” analisa as economias das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul e os estados da Bahia, Ceará, Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. A disponibilidade de estatísticas econômicas, bem como a distribuição geográfica das representações do Banco Central, influenciou a escolha dos estados. Assim, para as regiões que possuem apenas uma representação institucional – Norte e Centro-Oeste –, optou-se pela análise agregada regionalmente. Para as regiões onde existem mais de uma representação, são apresentadas, além da análise regional, as análises para os estados nos quais se encontram as representações.

Homogeneidade, abrangência e regularidade foram os principais critérios de escolha das estatísticas e das fontes. Dessa forma, em sua maior parte, os dados têm como origem os órgãos e os institutos de âmbito nacional,

destacadamente o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e os entes da administração direta. Em alguns casos foram utilizadas, complementarmente, informações de entidades regionais. Dados sem tratamento das fontes foram dessazonalizados pelo Departamento Econômico do Banco Central.

Sumário executivo

A trajetória recente dos principais indicadores regionais ratificou a consolidação do início de novo ciclo de crescimento na economia brasileira, enfatizada no Relatório de Inflação de dezembro de 2009. Esse processo, sustentado pelo desempenho da demanda interna e, em menor escala, pelos impactos favoráveis da retomada gradual da atividade econômica mundial, ocorre em intensidade distinta nas regiões do país, evolução consistente com as especificidades das estruturas das respectivas indústrias e com a representatividade da demanda interna na composição da renda disponível. A retomada tem, também, sido acompanhada por recrudescimento das pressões inflacionárias na margem.

A recuperação da atividade na economia nortista segue evidenciando os aumentos do dinamismo, na margem, nas atividades varejista e industrial. Essa trajetória, em ambiente de intensificação das operações de crédito, melhoras no mercado de trabalho e arrefecimento dos preços, é evidenciada pelas expansões respectivas de 3,8% e 2,1% registradas nas vendas varejistas e no Índice de Atividade Econômica Regional – Norte (IBCR-N) no trimestre finalizado em novembro, em relação ao encerrado em agosto, considerados dados dessazonalizados. O processo de recuperação da economia deverá seguir sustentado, nos próximos meses, pelo impacto do fortalecimento do mercado interno sobre o dinamismo das vendas e da indústria da região, que poderá ser favorecida pela eventual consolidação da retomada mais consistente da atividade econômica nas principais economias maduras.

A economia nordestina, evidenciando o impacto dos programas sociais do governo sobre o fortalecimento da demanda interna, segue em trajetória de expansão. Esse movimento, evidenciado, no trimestre encerrado em setembro, no desempenho expressivo do Produto Interno Bruto (PIB) dos principais estados da região, manteve-se no último trimestre do ano, quando a trajetória da indústria e do setor de serviços, em especial do comércio varejista,

seguiu favorecendo a evolução dos indicadores do mercado de trabalho. Nesse cenário, o Índice de Atividade Econômica Regional – Nordeste (IBCR-NE) cresceu 2% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, segundo dados dessazonalizados. Vale mencionar que as perspectivas em relação à manutenção do dinamismo da economia do Nordeste em 2010 consideram, em especial, os desdobramentos do ambiente de expansão da massa salarial e das transferências governamentais sobre o consumo e os impactos favoráveis da continuidade dos investimentos públicos, sobretudo em infraestrutura, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O ritmo de crescimento menos acentuado da economia no Centro-Oeste, em relação ao experimentado por outras regiões do país, reflete, em especial, a menor sensibilidade da economia da região aos impactos do acirramento da crise mundial – a participação expressiva do agronegócio na estrutura das exportações da região se constituiu em elemento importante para a sustentabilidade da atividade econômica. É importante enfatizar, no entanto, que, embora o Índice de Atividade Econômica Regional – Centro-Oeste (IBCR-CO) registrasse aumento de 1% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao terminado em agosto, considerados dados dessazonalizados, apenas na região e no Nordeste – esta favorecida pela estrutura da indústria local, voltada à produção de bens de menor valor agregado, e pela intensificação dos programas de transferência de renda do governo federal – ocorreram variações positivas no Índice de Atividade Econômica Regional (IBCR) no horizonte de doze meses encerrados em novembro, em relação a igual período do ano anterior. O dinamismo do agronegócio e do setor de serviços deverá seguir determinante, em 2010, para a sustentação da economia da região, com ênfase nas perspectivas de crescimento na produção de soja e de retomada de projetos de investimentos no setor sucroalcooleiro.

A trajetória, na margem, dos indicadores econômicos da região Sudeste se constitui em indicativo importante da consistência do processo de retomada da atividade observado na região, com ênfase nos impactos relevantes da recuperação da atividade industrial sobre a ampliação das vendas no comércio e da geração de empregos. Nesse cenário, o Índice de Atividade Econômica Regional – Sudeste (IBCR-SE) cresceu 2,6% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, considerados dados dessazonalizados. A evolução da economia da região em 2010 deverá refletir a continuidade do processo de recuperação industrial iniciado no segundo semestre de 2009,

em especial em setores que registram patamar de produção deprimido, como o complexo metal-mecânico, que detém participação expressiva na estrutura do setor. Contribuem, adicionalmente, para a consolidação desse cenário, os impactos sobre a demanda interna exercidos pelos aumentos do emprego, das operações de crédito e dos desembolsos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para investimentos.

A retomada da atividade econômica na região Sul vem sendo sustentada pelo desempenho da indústria e do varejo, em cenário de crescimento da massa salarial, expansão das operações de crédito e retração nas taxas de inflação. Nesse ambiente, o Índice de Atividade Econômica Regional – Sul (IBCR-S), embora registrasse recuo de 1,1% no período de doze meses encerrado em novembro, em relação a igual intervalo de 2008, evidenciando que comparações envolvendo prazos mais dilatados carregam o impacto do acirramento da crise mundial sobre o nível da atividade na região, assinalou aumento de 2,8% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, considerados dados dessazonalizados. A evolução da economia da região em 2010 deverá se beneficiar dos impactos favoráveis do fortalecimento do mercado interno sobre as vendas do comércio e sobre o processo de recuperação da indústria, em cenário de expectativas de que a recuperação das principais economias maduras se configure em impulso adicional às atividades agrícola e industrial.

Por outro lado, em todas as regiões do país, a retomada econômica tem sido acompanhada por recrudescimento das pressões inflacionárias, em particular no Norte e no Centro-Oeste, em processo que requer atitude vigilante por parte da autoridade monetária, visto que pode sinalizar tendência de desvio em relação à trajetória de metas por parte do índice agregado.

Região Norte

1

Gráfico 1.1 – Índice de Atividade Econômica Regional – Norte
Dados dessazonalizados
2002 = 100

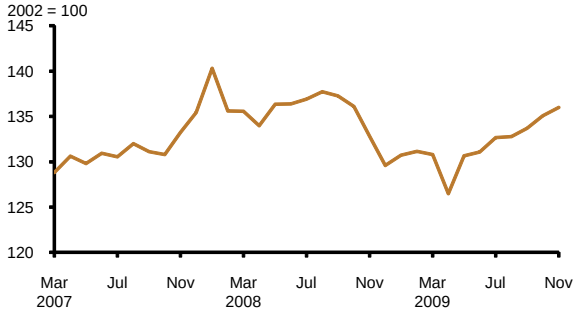
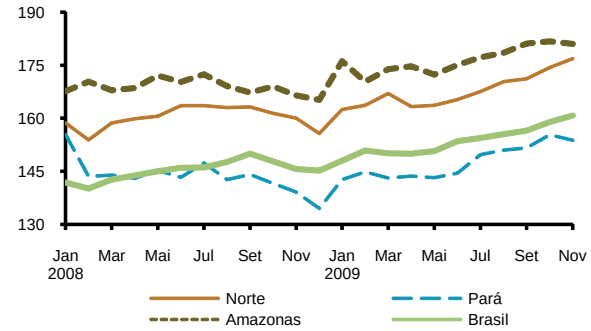
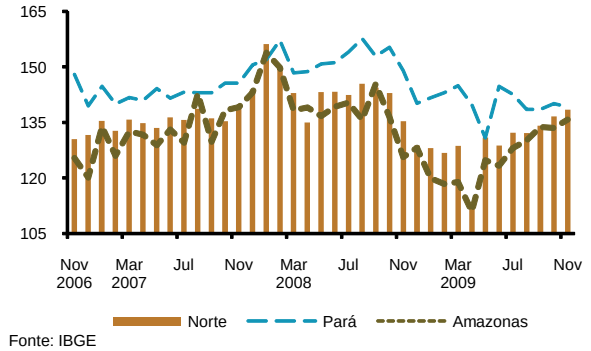


Gráfico 1.2 – Índice de volume de vendas no varejo
Dados dessazonalizados
2006 = 100



Fonte: IBGE

Gráfico 1.3 – Índice de produção industrial
Dados dessazonalizados.
2002 = 100



Fonte: IBGE

Os principais indicadores econômicos sinalizam a continuidade da recuperação da atividade na região Norte, com ênfase para os aumentos do dinamismo, na margem, nas atividades varejista e industrial. Essa trajetória, em ambiente de intensificação das operações de crédito, melhoras no mercado de trabalho e arrefecimento dos preços, é evidenciada pela expansão de 2,1% registrada pelo IBCR-N no trimestre finalizado em novembro, em relação ao encerrado em agosto, quando o indicador havia crescido 1,8%, no mesmo tipo de comparação, considerados dados dessazonalizados.

As vendas varejistas da região registraram crescimento de 3,8% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, quando haviam aumentado 1,4%, na mesma base de comparação, considerados dados dessazonalizados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), do IBGE. O desempenho do setor refletiu aumentos nas vendas em todos os estados da região, ressaltando-se os resultados relativos a Rondônia, 8,3%; Amazonas, 2,5%; e Pará, 3,5%. O comércio ampliado cresceu 2,5% no trimestre.

Considerados períodos de doze meses, as vendas do varejo aumentaram 3,5% em novembro, em relação a igual período de 2008, ante 2,5% em agosto, com ênfase nas expansões respectivas de 10,5% e 3,7% observadas em Roraima e no Amazonas, enquanto o comércio ampliado da região registrou crescimentos de 2,6% e 2,2%, nas mesmas bases de comparação.

A produção industrial da região Norte aumentou 4,1% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, quando se elevara 4,4%, na mesma base de comparação, segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF), do IBGE, dessazonalizados pelo Banco Central. Esse resultado refletiu, em grande parte, a expansão de 4,2% observada na indústria de transformação, com ênfase no desempenho das atividades material eletrônico, 11,7%, e alimentos e bebidas, 16,9%, no

Tabela 1.1 – Produção industrial – Amazonas
Geral e setores selecionados

Variação % no período

Setores	Pesos[1/]	2009		
		Ago[2/]	Nov[2/]	Ac. 12 meses
Indústria geral	100,0	7,1	5,6	-10,0
Indústria extrativa	2,4	1,2	1,5	3,2
Indústria de transformação	97,7	7,0	5,5	-10,3
Material eletrônico	30,1	15,8	11,7	-21,5
Equipamentos transporte	18,4	21,7	-4,5	-29,2
Alimentos e bebidas	17,8	10,1	16,9	12,6
Produtos metálicos	6,0	2,7	-7,0	-16,0

Fonte: IBGE

1/ Ponderação da atividade na indústria geral, conforme a PIM-PF/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Tabela 1.2 – Produção industrial – Pará
Geral e setores selecionados

Variação % no período

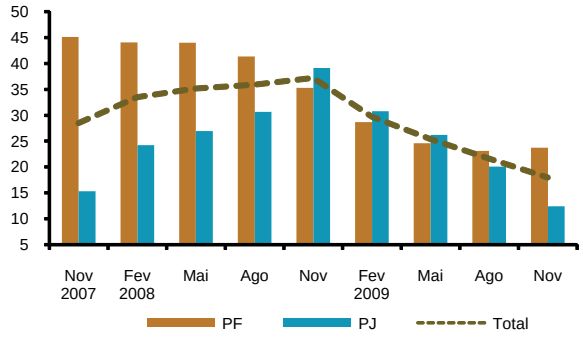
Setores	Pesos[1/]	2009		
		Ago[2/]	Nov[2/]	Ac. 12 meses
Indústria geral	100,0	2,4	-1,9	-7,9
Indústria extrativa	49,2	8,0	-6,4	-16,4
Indústria de transformação	48,4	-0,3	1,0	0,2
Metalurgia básica	26,6	1,7	-3,1	12,5
Alimentos e bebidas	8,7	-10,9	13,7	-1,4
Madeira	5,4	-9,9	8,6	-30,3
Celulose e papel	5,1	3,4	1,7	-6,1

Fonte: IBGE

1/ Ponderação da atividade na indústria geral, conforme a PIM-PF/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 1.4 – Evolução do saldo das operações de crédito – Norte[1/]



1/ Operações com saldo superior a R$ 5 mil.

Amazonas; e madeira, 8,6%, no Pará. A indústria extrativa registrou contração de 4,9%, no trimestre.

A análise de períodos de doze meses revela que a indústria da região recuou 9,3% em novembro, em relação a igual intervalo do ano anterior, ante retração de 7,8% em agosto, resultado de decréscimos de 13,4% na indústria extrativa e de 8,2% na de transformação, este evidenciando os desempenhos negativos das atividades madeira, 30,3%, no Pará; e outros equipamentos de transportes, 29,2%, e material eletrônico, 21,5%, no Amazonas.

Os desempenhos da indústria nesses estados, mantida a base de comparação, mostraram recuo de 7,9% e 10% respectivamente. Ressalte-se, a despeito desses resultados, a recuperação robusta do setor no Amazonas desde o segundo trimestre de 2008, refletindo, principalmente o segmento de material eletrônico. A indústria paraense, concentrada na extração de mineriais metálicos, não apresentou movimento de retomada consistente.

A evolução dos indicadores da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), considerando dados relativos a esse estado, ratifica a recuperação experimentada, na margem, pela atividade industrial da região. Nesse sentido, o faturamento nominal das vendas da indústria amazonense aumentou 24,6% no trimestre encerrado em outubro, em relação ao finalizado em julho, quando havia crescido 8,7%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados. Adicionalmente, o Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) da indústria de transformação atingiu 81,3% em outubro, maior patamar no ano, ante 80,6% em agosto e 85,8% em igual mês de 2008.

O saldo total das operações de crédito superiores a R$5 mil atingiu R$44,5 bilhões em novembro, elevando-se 5,9% em relação a agosto e 18% em doze meses. As operações contratadas no segmento de pessoas físicas totalizaram R$22,9 bilhões, aumentando 5,3% no trimestre e 23,1% em doze meses, enquanto as realizadas no âmbito das pessoas jurídicas somaram R$21,5 bilhões, aumentando 6,5% e 12,4%, nas bases de comparação mencionadas.

A safra de grãos da região Norte totalizou 3,8 milhões de toneladas em 2009, registrando recuo anual de 0,9%, de acordo com o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) de dezembro, do IBGE. Essa evolução refletiu o impacto da retração de 7,5% na cultura do arroz em casca, terceiro item de maior representatividade na produção agrícola da região, neutralizado, em parte, pelas expansões assinaladas nas culturas de milho, 2%; e soja,

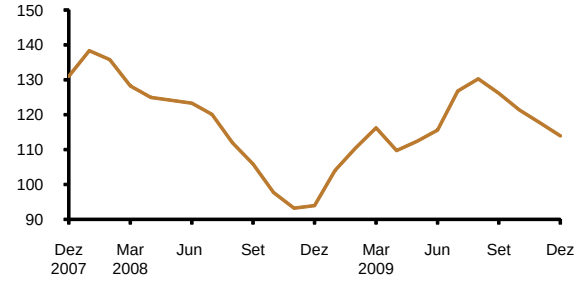
Tabela 1.3 – Produção agrícola – Norte
Itens selecionados

Em mil toneladas

Discriminação	Peso[1/]	Produção		Variação %
		2008	2009[2/]	2009/2008
Grãos		3 823	3 788	-0,9
Arroz (em casca)	11,0	1 036	959	-7,5
Feijão	4,3	121	119	-1,5
Milho	9,3	1 255	1 280	2,0
Soja	16,4	1 412	1 430	1,3
Outras lavouras				
Mandioca	23,4	6 823	7 790	14,2
Banana	5,8	954	771	-19,2
Abacaxi	3,6	312	293	-6,0
Cana-de-açúcar	2,8	1 270	1 729	36,2

Fonte: IBGE
1/ Por valor da produção – PAM 2008.
2/ Estimativa segundo o LSPA de dezembro de 2009.

Gráfico 1.5 – Abate de bovinos – Norte
Média móvel trimestral
Índice 2005 = 100



Fonte: Mapa

Tabela 1.4 – Exportação por fator agregado – FOB
Janeiro-dezembro

US$ milhões

Discriminação	Norte			Brasil
	2008	2009	Var. %	Var. %
Total	13 061	10 112	-22,6	22,7
Básicos	7 139	6 198	-13,2	-15,2
Industrializados	5 922	3 914	-33,9	-26,6
Semimanufaturados	2 725	1 474	-45,9	-24,3
Manufaturados[1/]	3 197	2 440	-23,7	-27,9

Fonte: MDIC/Secex
1/ Inclui operações especiais.

1,3%; que, representando 64,6% da área plantada de grãos, registraram aumentos de produtividade de 4,1% e 1,1%, respectivamente. Dentre as demais culturas, as produções de cana-de-açúcar e de mandioca, impulsionadas por expansões de 19,8% e 11,7% nas respectivas áreas plantadas, aumentaram, na ordem, 36,2% e 14,2% no ano.

De acordo com estatísticas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) relativas a estabelecimentos fiscalizados pelo Serviço de Inspeção Federal (SIF), os abates de bovinos da região, representando, aproximadamente, 20% dos realizados no país, apresentaram aumento anual de 4,6% em 2009.

O superávit comercial da região totalizou US$2 bilhões em 2009, de acordo com estatísticas do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), ressaltando-se que o aumento de 20,6% registrado em relação ao ano anterior refletiu as retrações respectivas de 22,6% e 29% assinaladas nas vendas e nas compras externas, que totalizaram, na ordem, US$10,1 bilhões e US$8,1 bilhões.

A trajetória das exportações, evidenciando recuos de 17,7% nos preços e de 5,9% no *quantum*, traduziu as reduções observadas nas vendas em todas as categorias de fator agregado. Os embarques de produtos básicos, com participação de 61,3% no total das vendas anuais da região, recuaram 13,2%, ressaltando-se as reduções registradas nos relativos a outros minérios de cobre e seus concentrados, 32,7%. As exportações de produtos semimanufaturados decresceram 45,9%, com ênfase nas reduções relativas a alumínio não ligado em forma bruta, 33%, e a alumina calcinada, 12,9%, enquanto os referentes a produtos manufaturados reduziram-se 23,7%. China, Japão, Estados Unidos da América (EUA) e Canadá adquiriram, em conjunto, 48,9% das vendas externas da região em 2009, ressaltando-se que as direcionadas à China elevaram-se 97,1% e as destinadas ao Japão e aos EUA decresceram, na ordem, 37,9% e 57%.

A evolução anual das importações da região, traduzindo retrações de 6,1% nos preços e de 24,3% no *quantum*, refletiu os recuos assinalados nas compras em todas as categorias de uso, com destaque para os relativos a bens de capital, 27,7%, e a bens intermediários, 25,8%, categorias responsáveis, em conjunto, por 76% das compras da região em 2009. No mesmo sentido, as aquisições de combustíveis e lubrificantes e as relativas a bens de consumo duráveis e a bens de consumo não duráveis registraram recuos respectivos de 67,8%, 32,8% e 2,4%. Vale mencionar que 68% das compras da região originaram-se da China, EUA, Coreia e Japão.

Tabela 1.5 – Importação por categoria de uso – FOB
Janeiro-dezembro

US$ milhões

Discriminação	Norte			Brasil
	2008	2009	Var. %	Var. %
Total	11 378	8 082	-29,0	- 26,2
Bens de consumo	2 602	1 809	-30,5	- 4,5
Duráveis	2 400	1 612	-32,8	- 8,6
Não duráveis	202	197	-2,4	0,9
Bens intermediários	4 728	3 507	-25,8	- 28,2
Bens de capital	3 652	2 638	-27,7	- 17,4
Comb. e lubrificantes	397	128	-67,8	- 46,8

Fonte: MDIC/Secex

Tabela 1.6 – Evolução do emprego formal – Norte
Novos postos de trabalho

Acumulado no trimestre (em mil)[1/]

Discriminação	2008	2009			
	Nov	Fev	Mai	Ago	Nov
Total	3,2	-49,2	0,1	35,2	37,3
Extrativa mineral	0,3	-0,6	0,4	-0,1	0,3
Ind. de transformação	-5,3	-17,6	-8,4	7,3	7,1
Comércio	9,7	-6,1	0,8	4,1	11,3
Serviços	3,0	-11,6	5,0	8,0	9,0
Construção civil	-1,8	-10,7	2,6	13,0	9,4
Agropecuária	-2,3	-2,8	-0,9	1,8	0,0
Outros[2/]	-0,37	0,0	0,5	1,1	0,2

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui serviços industriais, administração pública e outras.

Tabela 1.7 – IPCA – Belém

Variação %

Discriminação	Pesos[1/]	2008	2009		
		Ano	III Tri	IV Tri	Ano
IPCA	100,0	7,93	0,34	1,25	4,46
Livres	73,8	8,69	-0,09	1,54	4,54
Comercializáveis	40,9	9,36	-0,87	1,30	3,45
Não comercializáveis	32,9	7,90	0,91	1,82	5,94
Monitorados	26,2	5,84	1,56	0,42	4,24
Principais itens					
Alimentação	32,3	12,07	-1,53	1,77	3,20
Habitação	9,5	11,69	2,65	-0,17	1,84
Art. residência	4,8	3,88	0,55	2,12	2,94
Vestuário	8,8	7,76	1,45	2,19	8,13
Transportes	13,1	3,71	1,46	0,72	5,01
Saúde	12,6	5,52	0,97	1,37	6,37
Despesas pessoais	9,6	8,59	1,27	1,09	7,12
Educação	5,0	4,79	0,35	0,14	5,63
Comunicação	4,3	-1,07	-0,19	0,50	0,35

Fonte: IBGE

1/ Referentes a dezembro de 2009.

De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados/ Ministério do Trabalho e Emprego (Caged/MTE), a retomada da atividade na região proporcionou a criação de 37,3 mil empregos formais no trimestre encerrado em novembro – dos quais 89,3% no Amazonas, no Pará e em Rondônia, ante 35,2 mil naquele encerrado em agosto e 3,2 mil em igual período de 2008. Excluída a estabilidade assinalada na agropecuária, ocorreram contratações líquidas em todos os setores incluídos no cadastro, com ênfase nas registradas no comércio, 11,3 mil; na construção civil, 9,4 mil; no setor de serviços, 9 mil; e na indústria de transformação, 7,1 mil. Considerados dados dessazonalizados, o nível de emprego aumentou 1,3% no trimestre finalizado em novembro, em relação ao encerrado em agosto.

A inflação na Região Metropolitana de Belém (RMB), medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), atingiu 4,46% em 2009, ante 7,93% no ano anterior. O recuo anual refletiu as desacelerações assinaladas nas variações dos preços livres, de 8,69% para 4,54%, e dos monitorados, de 5,84% para 4,24%.

O IPCA da RMB cresceu 1,25% no trimestre encerrado em dezembro, ante 0,34% naquele finalizado em setembro, evolução decorrente do impacto mais acentuado da aceleração, de -0,09% para 1,54%, assinalada na variação dos preços livres, em relação ao derivado da desaceleração, de 1,56% para 0,42%, na relativa aos monitorados, que refletiu, em especial, o recuo de 0,16% registrado no item energia elétrica residencial.

A elevação dos preços livres traduziu os impactos das acelerações observadas nas variações dos preços dos itens comercializáveis, de -0,87% para 1,30%, influenciada pelos aumentos nos preços dos itens açúcar refinado, 7,27%, e carnes, 2,19%; e dos não comercializáveis, de 0,91% para 1,82%, com destaque para as elevações nos preços dos itens tubérculos, raízes e legumes, 12,55%; e pescados, 11,26%, contrastando com as reduções respectivas de 4,85% e 7,11% assinaladas nos relativos a hortaliças e verduras e a feijão preto.

As perspectivas de continuidade, nos próximos meses, do processo de recuperação da economia da região são sustentadas, em especial, pelo impacto derivado do fortalecimento do mercado interno sobre o dinamismo das vendas e da indústria da região, que poderá ser favorecida pela eventual consolidação da retomada mais consistente da atividade econômica nas principais economias maduras e que tem sido acompanhada pelo recrudescimento da inflação.

Região Nordeste

2

Gráfico 2.1 – Índice de Atividade Econômica Regional – Nordeste (IBCR-NE)
Dados dessazonalizados
2002 = 100

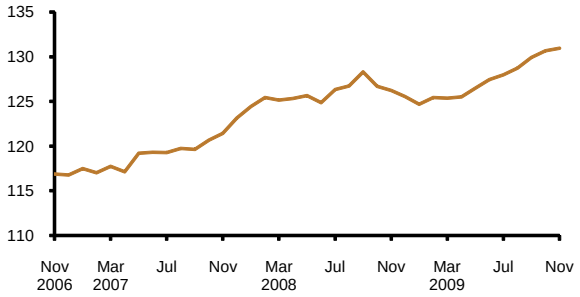
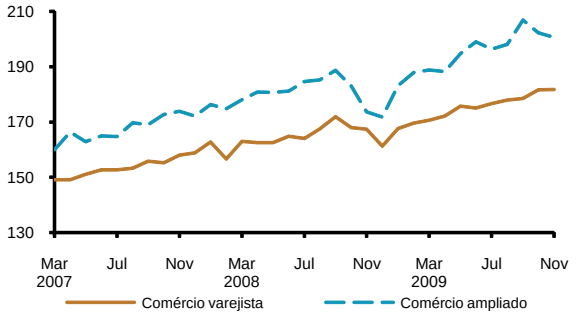


Gráfico 2.2 – Comércio varejista – Nordeste
Dados dessazonalizados
2003 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 2.1 – Comércio varejista – Nordeste
Geral e setores selecionados

Setores	2008	Variação % no período 2009		
		Ago[1/]	Nov[1/]	12 meses
Comércio varejista	7,9	2,1	2,3	5,6
Hiper, supermercados	3,4	3,0	3,0	8,6
Móveis e eletrodomésticos	14,7	4,4	4,2	3,3
Livros, jornais, revistas, papelaria	14,5	7,9	7,1	10,5
Eq. p/ esc., inform e comunicação	19,5	4,0	7,3	-0,3
Outros art. uso pes. e doméstico	19,4	1,3	1,0	21,0
Comércio ampliado	8,8	3,8	2,8	7,1
Automóveis e motocicletas	10,9	6,6	5,6	10,4
Material de construção	12,2	2,2	4,2	-4,3

Fonte: IBGE
1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

A economia nordestina, impulsionada pela continuidade do fortalecimento da demanda interna, segue em trajetória de expansão. Esse movimento, evidenciado no terceiro trimestre de 2009 pelos desempenhos do PIB dos principais estados da região, manteve-se no último trimestre do ano, quando os crescimentos expressivos assinalados na indústria e no setor de serviços, em especial no comércio varejista, seguiram favorecendo a evolução dos indicadores do mercado de trabalho. Nesse cenário, o IBCR-NE cresceu 2% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, quando havia aumentado 1,8%, no mesmo tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados.

As vendas varejistas no Nordeste[1] cresceram 2,3% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, quando aumentaram 2,1%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PMC, do IBGE, ressaltando-se os aumentos assinalados nos segmentos equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação, 7,3%, e livros, jornais, revistas e papelarias, 7,1%. O comércio ampliado, evidenciando as expansões registradas nas vendas de veículos, motos, partes e peças, 5,6%, e de material de construção, 4,2%, cresceu 2,8% no trimestre.

Considerados períodos de doze meses, a expansão do comércio varejista nordestino atingiu 5,6% em novembro, em relação a igual período de 2008, registrando-se aumentos em oito dos onze segmentos considerados na pesquisa, com ênfase nos relativos às vendas de outros artigos de uso pessoal e doméstico, 21%, e de livros, jornais, revistas e papelaria, 10,5%. Incorporados a elevação de 10,4% observada nas vendas de veículos, motos, partes e peças e o recuo de 4,3% assinalado nas relativas a materiais de construção, o comércio ampliado da região apresentou crescimento de 7,1%, no período.

1/ Os dados relativos às regiões foram obtidos a partir da agregação do índice do volume de vendas de cada unidade da Federação, ponderados pela participação da variável receita bruta de revenda de cada unidade da Federação na receita bruta total da região, constante da Pesquisa Anual de Comércio, do IBGE.

Tabela 2.2 – Produção industrial – Nordeste
Geral e setores selecionados

Variação % no período

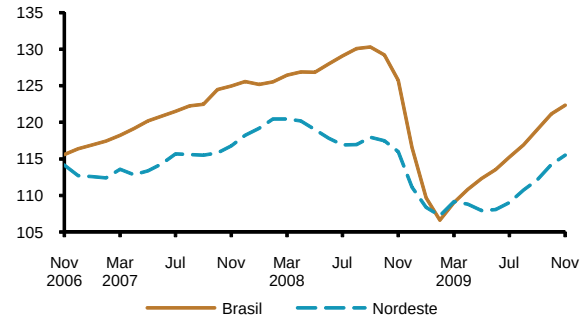
Setores	Pesos[1/]	2009		
		Ago[2/]	Nov[2/]	12 meses
Indústria geral	100,0	2,6	4,3	-6,6
Indústria extrativa	6,0	0,6	-0,2	-4,7
Indústria de transformação	94,0	2,8	5,0	-6,7
Alimentação e bebidas	26,3	-1,6	0,4	-2,5
Química	19,7	2,9	4,4	-7,1
Refino de petróleo e álcool	13,3	31,6	11,1	-13,5
Têxtil	7,7	-1,7	10,9	-5,2
Metalurgia básica	7,2	5,7	2,1	-12,5
Minerais não metálicos	6,7	7,2	6,3	0,3

Fonte: IBGE

1/ Ponderação da atividade na indústria geral, conforme a PIM-PF/IBGE.

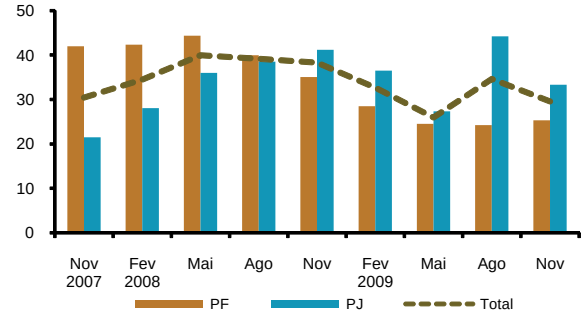
2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 2.3 – Produção industrial
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2002 = 100



Fonte: IBGE

Gráfico 2.4 – Evolução do saldo das operações de crédito – Nordeste[1/]
Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R$5 mil.

A produção da indústria nordestina, considerados dados dessazonalizados da PIM-PF, do IBGE, registrou expansão de 4,3% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, destacando-se os acréscimos registrados nas atividades refino de petróleo e álcool, 11,1%, e têxtil, 10,9%, enquanto a produção de alimentos, com participação de 26,3% na indústria regional, no período, cresceu 0,4%. A aceleração experimentada pela taxa de crescimento trimestral, que atingira 2,6% no trimestre finalizado em agosto, sugere a consolidação da recuperação da indústria da região, que, concentrada em bens de menor valor agregado, foi impactada de forma menos acentuada pelo ambiente econômico que sucedeu a intensificação da crise mundial, a partir da segunda metade de 2008.

A indústria da região apresentou retração de 6,6% no período de doze meses finalizado em novembro, em relação a igual intervalo de 2008, reflexo de recuos respectivos de 4,7% e de 6,7% assinalados nas indústrias extrativa e de transformação, com ênfase nos resultados negativos relativos aos segmentos refino de petróleo e álcool, 13,5%; metalurgia básica, 12,5%; e química, 7%. Vale mencionar que a retração da indústria nordestina, 3,1 p.p. inferior à observada no país, refletiu, em parte, a menor participação relativa dos setores extrativo, automotivo, mecânico e de máquinas e equipamentos, mais sensíveis à demanda externa.

O estoque das operações de crédito superiores a R$5 mil atingiu R$140,4 bilhões na região, em novembro, expandindo-se 5,4% em relação a agosto e 29,6% em doze meses e passando a representar 11,4% do total referente ao país, ante 11,3%, em agosto. Os empréstimos para pessoas físicas totalizaram R$63,1 bilhões, elevando-se 6,3% no trimestre e 25,3% em doze meses, enquanto os contratados no segmento de pessoas jurídicas somaram R$77,3 bilhões, aumentando, na ordem, 4,7% e 33,3%, nos períodos considerados. Evidenciando a retomada da atividade econômica na região, os desembolsos do BNDES totalizaram R$19,1 bilhões nos onze primeiros meses do ano, elevando-se 150,5% em relação a igual período de 2008.

A inadimplência dos empréstimos do sistema financeiro na região manteve em novembro a mesma taxa observada em agosto, 4,4%. A estabilidade resultou da retração, de 6,7% para 6,3%, observada nos atrasos no segmento de pessoas físicas e do aumento, de 2,7% para 2,9%, nos relativos às operações com pessoas jurídicas.

A produção de grãos do Nordeste apresentou redução anual de 6,7% em 2009, de acordo com o LSPA de

Tabela 2.3 – Produção agrícola – Nordeste
Itens selecionados

Em mil toneladas

Discriminação	Pesos[1/]	Produção[2/]		Var. %
	(%)	2008	2009	2009/2008
Produção de grãos		12 469	11 639	-6,7
Soja	15,1	4 829	4 175	-13,5
Milho	8,1	4 428	4 687	5,8
Feijão	7,3	1 000	837	-16,3
Algodão herbáceo (em caroço)	5,8	774	641	-17,2
Outras lavouras selecionadas				
Cana-de-açúcar	15,1	74 083	71 883	-3,0
Mandioca	7,3	9 869	8 982	-9,0
Banana	6,0	2 887	2 913	0,9

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2008.

2/ Estimativa segundo o LSPA de dezembro de 2009.

Tabela 2.4 – Prognósticos para 2010 – Nordeste
Itens selecionados

Em mil toneladas

Discriminação	Produção		Variação %
	2009	2010[1/]	2010/2009
Soja	4 175	4 942	18,4
Milho	4 687	5 048	7,7
Arroz	1 089	1 182	8,5
Feijão	837	1 081	29,1

Fonte: IBGE

1/ Terceiro prognóstico, dezembro de 2009.

Tabela 2.5 – Exportação por fator agregado – FOB
Janeiro-dezembro

US$ milhões

Discriminação	Nordeste			Brasil
	2008	2009	Var. %	Var. %
Total	15 443	11 616	-24,8	22,7
Básicos	3 448	2 934	-14,9	-15,2
Industrializados[1/]	11 996	8 683	-27,6	-26,6
Semimanufaturados	5 358	3 743	-30,1	-24,3
Manufaturados[1/]	6 638	4 940	-25,6	-27,9

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

dezembro do IBGE, atingindo 11,6 milhões de toneladas, 8,7% da safra nacional. O desempenho negativo do setor refletiu, fundamentalmente, o impacto das chuvas excessivas registradas em abril e maio sobre as safras de soja, item de maior representatividade na região, e de feijão, que decresceram 13,5% e 16,3%, respectivamente, no ano. Em relação às demais culturas, ressaltem-se as reduções anuais assinaladas nas produções de cana-de-açúcar, 3%, e de mandioca, 9%, e os aumentos observados nas relativas a banana, 0,9%; milho, 5,8%; e café, 7,3%.

A produção agrícola do Nordeste deverá registrar aumento anual de 14,4% em 2010, de acordo com o terceiro prognóstico do IBGE, que prevê crescimentos respectivos de 29,1%, 18,4% e 7,7% para as safras de feijão, soja e milho. Ressalte-se que essas projeções incorporam expectativas de aumentos generalizados na produtividade e, em resposta à evolução de suas cotações, de crescimento de 8,5% na área ocupada pela cultura de soja.

O saldo da balança comercial do Nordeste atingiu US$881 milhões em 2009, ante déficit de US$83 milhões em 2008, de acordo com estatísticas do MDIC, registrando-se recuos anuais de 24,8% nas vendas e de 30,9% nas compras externas, que totalizaram, na ordem, US$11,6 bilhões e US$10,7 bilhões.

O desempenho das exportações, refletindo retrações de 14,6% nos preços e de 11,9% no *quantum*, traduziu a ocorrência de recuos das vendas em todas as categorias de fator agregado. Os embarques de produtos semimanufaturados decresceram 30,1% no ano, com ênfase nas reduções assinaladas nos relativos a pastas químicas de madeira, 14,2%, e cátodos de cobre, 38,2%, enquanto as exportações de manufaturados, traduzindo as retrações observadas nas relativas a óleos combustíveis, 46,8%, e a automóveis de passageiros, 40,1%, reduziram-se 25,6%. No mesmo sentido, os embarques de produtos básicos recuaram 14,9% no ano, ressaltando-se os declínios nas vendas de melões frescos, 19,7%, e de minérios de ferro aglomerados e seus concentrados, 86,2%. As exportações nordestinas se destinaram, em especial, aos EUA, 16,9% do total, China, 11,7%, Argentina, 8,3%, e Holanda 8,1%.

A trajetória anual das importações traduziu os recuos observados nos preços, 22,5%, e na quantidade importada, 10,8%. As compras de bens de capital, impulsionadas pelo aumento de 71,9% nas aquisições de grupos eletrogeradores de energia eólica, destinados, principalmente, aos estados do Ceará e Pernambuco, cresceram 16,1% no ano,

Tabela 2.6 – Importação por categoria de uso – FOB
Janeiro-dezembro

US$ milhões

Discriminação	Nordeste			Brasil
	2008	2009	Var. %	Var. %
Total	15 526	10 735	-30,9	-26,2
Bens de consumo	1 268	1 150	-9,4	-4,5
Duráveis	927	808	-12,8	-8,6
Não duráveis	342	342	-0,0	0,9
Bens intermediários	7 957	5 502	-30,8	-28,2
Bens de capital	1 836	2 132	16,1	-17,4
Comb. e lubrificantes	4 466	1 952	-56,3	-46,8

Fonte: MDIC/Secex

Tabela 2.7 – Evolução do emprego formal – Nordeste
Novos postos de trabalho

Acumulado no trimestre (em mil)[1/]

Discriminação	2008	2009			
	Nov	Fev	Mai	Ago	Nov
Total	131,0	-90,5	-51,1	130,1	204,9
Extrativa	-0,2	-0,8	-0,7	0,5	1,1
Ind. de transformação	70,1	-41,7	-63,2	39,9	93,8
Serv. ind. de util. pública	-0,5	-0,4	0,5	2,5	-1,7
Construção civil	8,0	-12,9	5,2	22,1	31,8
Comércio	30,9	-8,1	2,6	15,4	42,2
Serviços	26,9	0,5	14,7	24,5	38,5
Agropecuária	-5,0	-26,5	-10,5	24,5	-0,9
Administração pública	0,8	-0,7	0,2	0,7	0,0

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

Tabela 2.8 – IPCA – Nordeste

Variação %

Discriminação	Pesos[1/]	2008	2009		
		Ano	III Tri	IV Tri	Ano
IPCA	100,0	5,94	0,69	1,01	4,26
Livres	70,6	7,39	0,66	1,10	3,74
Comercializáveis	37,3	6,65	0,67	0,99	2,53
Não comercializáveis	33,3	8,24	0,63	1,23	5,13
Monitorados	29,4	2,58	0,79	0,80	5,57
Principais itens					
Alimentação	25,1	10,92	-0,35	1,50	2,56
Habitação	12,2	4,18	1,85	0,85	6,23
Art. residência	3,9	0,28	1,75	0,08	2,70
Vestuário	7,9	5,75	1,78	2,07	6,35
Transportes	17,0	2,51	0,50	0,95	3,18
Saúde	12,6	5,68	0,66	1,13	5,34
Despesas pessoais	9,1	7,85	1,70	0,11	7,63
Educação	6,5	6,25	0,79	0,07	5,83
Comunicação	5,6	1,27	-0,32	1,05	0,52

Fonte: IBGE

1/ Referentes a setembro de 2009.

contrastando com os recuos assinalados nas importações relativas às demais categorias de uso. As aquisições de combustíveis, evidenciando as reduções assinaladas nas compras de óleo diesel, 70,5%, e de querosenes de aviação, 22,4%, decresceram 56,3%, enquanto as relativas a bens intermediários, influenciadas pelos recuos nas importações de naftas para petroquímica, 26%, e de trigo, 38,2%, reduziram-se 30,8%. Adicionalmente, as compras de bens duráveis recuaram 12,8% no ano, com ênfase nos decréscimos relativos a automóveis para passageiros, 12,8%, e a máquinas e aparelhos de uso doméstico, 16,4%. Os principais países de origem das importações da região foram Argentina, 12,3%; EUA, 11,2%, China, 9,5%, e Índia, 6%.

A economia nordestina registrou a criação de 204,9 mil postos de trabalho no trimestre finalizado em novembro, ante 131 mil em igual período do ano anterior, de acordo com o Caged/MTE. Essa evolução, consistente com a recuperação da atividade regional, refletiu, em especial, o dinamismo da construção civil e da indústria de transformação, responsáveis, em conjunto, pela geração de 125,6 mil empregos formais, no período. De janeiro a novembro de 2009, foram gerados 242,9 mil empregos formais no Nordeste, ante 253,1 mil em igual período do ano anterior. O nível de emprego formal, considerados dados dessazonalizados, cresceu 1,6% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, refletindo a ocorrência de resultados positivos em seis das oito atividades pesquisadas, com ênfase no aumento de 5,7% assinalado na construção civil.

A inflação, medida pelo IPCA, atingiu 4,26% na região Nordeste[2] em 2009, ante 5,94% no ano anterior, situando-se 0,05 p.p. abaixo da média nacional. A retração observada no ano refletiu o impacto mais acentuado da desaceleração, de 7,39% para 3,74%, observada na variação dos preços livres, em relação ao decorrente da aceleração, e de 2,58% para 5,57%, na referente aos preços monitorados. Vale ressaltar que a desaceleração, de 10,92% para 2,56%, registrada na variação dos preços do grupo alimentação, traduzindo, principalmente, os recuos nas variações dos preços de cereais, leguminosas e oleaginosas, carnes, panificados e farinhas, féculas e massas, se constituiu no principal determinante do comportamento dos preços livres. Adicionalmente, a aceleração nos preços monitorados repercutiu os aumentos nas variações anuais dos preços em vinte dos 39 itens do grupo, destacando-se as elevações assinaladas na taxa de água e esgoto, 12,87%; nas passagens aéreas, 14,5%; e na tarifa de energia elétrica, 5,01%.

2/ Consideram-se as variações e os respectivos pesos das três regiões metropolitanas abrangidas pelo IPCA: Fortaleza, Recife e Salvador.

A análise na margem revela que a inflação atingiu 1,01% no trimestre encerrado em dezembro de 2009, variação 0,32 p.p. superior à observada no trimestre finalizado em setembro. Essa aceleração traduziu, fundamentalmente, a variação de 1,10% registrada nos preços livres, pressionados pelos aumentos assinalados nos grupos alimentação, 1,5%, e vestuário, 2,07%. A variação dos preços monitorados registrou estabilidade, no período, ressaltando-se as variações assinaladas nos preços da gasolina, -1,52%, e das passagens aéreas, 28,55%.

A recuperação assinalada pela economia nordestina no decorrer de 2009 esteve associada a dois aspectos fundamentais. O primeiro deles se refere à estrutura da indústria regional, que, concentrada em segmentos produtores de bens de menor valor agregado, como alimentos e bebidas, tecidos e calçados, não experimentou os impactos decorrentes das restrições creditícias e da retração da demanda externa observadas nos meses que sucederam a intensificação da crise mundial. O segundo aspecto refere-se à participação expressiva da região como receptora das transferências governamentais no âmbito de programas sociais (ver a respeito boxe Distribuição Regional dos Programas Sociais do Governo Federal, na página 93), fator que, em conjunto com as melhoras assinaladas no mercado de trabalho, confere expressivo dinamismo à atividade varejista da região.

As perspectivas em relação à manutenção do dinamismo da economia do Nordeste em 2010 incorporam, portanto, tanto os desdobramentos desse ambiente de expansão da massa salarial e das transferências governamentais – ambos refletindo, em parte, o reajuste real do salário mínimo – sobre o consumo, quanto os impactos favoráveis da continuidade dos investimentos públicos, sobretudo em infraestrutura, no âmbito do PAC. Em contraponto a esse quadro favorável, também no Nordeste se verifica a intensificação da inflação.

Bahia

Gráfico 2.5 – Índice de Atividade Econômica Regional – Bahia (IBCR-BA)
Dados dessazonalizados
2002 = 100

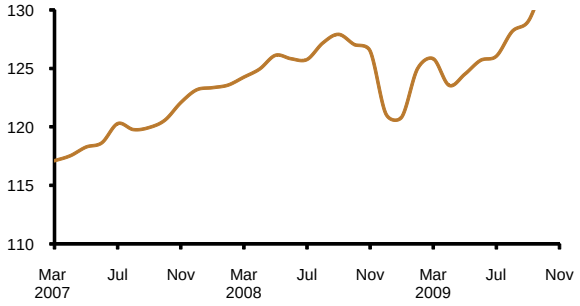
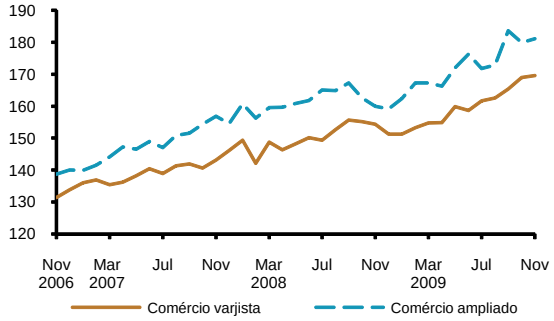


Gráfico 2.6 – Comércio varejista – Bahia
Dados dessazonalizados
2003 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 2.9 – Comércio varejista – Bahia
Geral e setores selecionados

Variação % no período

Setores	2008[1/]	2009		
		Ago[2/]	Nov[2/]	12 meses
Comércio varejista	7,8	2,8	4,4	6,0
Combustíveis e lubrificantes	11,3	-0,8	1,4	1,6
Hiper, supermercados	2,1	3,0	2,2	8,0
Tecidos, vestuário e calçados	-2,5	1,7	6,6	-1,6
Móveis e eletrodomésticos	16,3	7,5	7,2	3,0
Comércio ampliado	8,9	3,0	4,5	6,3
Automóveis e motocicletas	11,5	2,9	7,2	9,1
Material de construção	10,2	3,7	3,1	-3,9

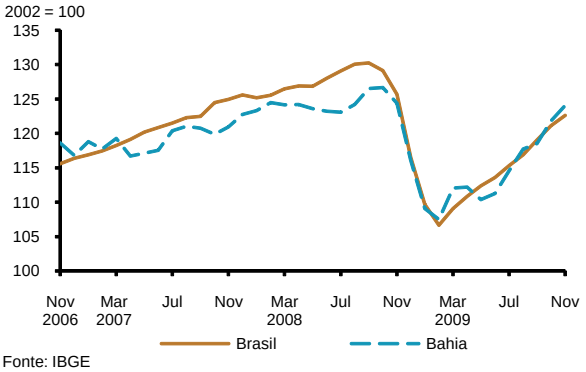
Fonte: IBGE
1/ Variação acumulada no ano.
2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

A trajetória de recuperação da economia baiana foi ratificada pela evolução recente do Índice de Atividade Econômica Regional – Bahia (IBCR-BA), que cresceu 3,4% no trimestre finalizado em novembro, em relação ao encerrado em agosto, quando havia aumentado 1,6%, no mesmo tipo de comparação, considerando dados dessazonalizados. Ressalte-se que esse processo de retomada da atividade se traduziu, adicionalmente, no desempenho do PIB estadual, que, de acordo com estatísticas da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), dessazonalizadas pelo Banco Central, registrou variações trimestrais respectivas de 1,4% e 0,3% nos períodos encerrados em junho e em setembro. É importante enfatizar que a desaceleração observada na evolução deste agregado no terceiro trimestre do ano refletiu o impacto das condições climáticas adversas sobre o desempenho do setor agrícola, registrando-se, no período, em cenário de expansão do mercado interno, a ocorrência de crescimentos na indústria e no setor de serviços.

As vendas do comércio varejista baiano, favorecidas pela continuidade das melhoras nos mercados de trabalho e de crédito e pela persistência dos impactos da redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre setores específicos, aumentaram 4,4% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, quando se elevaram 2,8%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PMC, do IBGE. Registraram-se, no período, crescimentos nas vendas em todos os segmentos que integram a pesquisa, com ênfase nos relativos a móveis e eletrodomésticos, 7,2%, e a tecidos, vestuário e calçados, 6,6%. Incorporados os aumentos assinalados nas vendas de automóveis, motos, partes e peças, 7,2%, e de material de construção, 3,1%, o comércio ampliado do estado cresceu 4,5%, no período.

Considerados períodos de doze meses, o comércio varejista registrou crescimento de 6% em novembro, em relação a igual período de 2008, segundo a PMC, do IBGE. Em cenário de desaceleração da inflação e de elevação da renda disponível, em especial nos estratos inferiores, as vendas do segmento hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, consolidando a tendência de aquecimento delineada desde o início do ano, cresceram 8% no período. Em sentido inverso, as vendas de tecidos, vestuário e calçados, embora apresentassem recuperação na margem, reduziram-se 1,6%, na mesma base de comparação. O comércio ampliado, refletindo as

Gráfico 2.7 – Produção industrial
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral



Fonte: IBGE

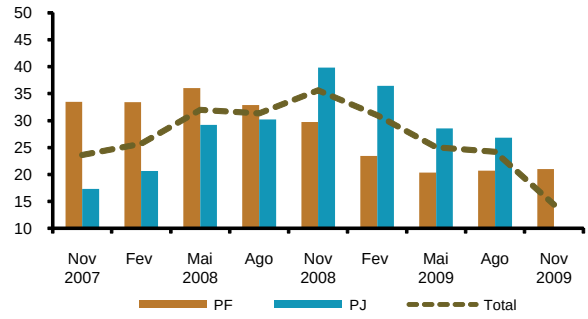
Tabela 2.10 – Produção industrial – Bahia
Geral e setores selecionados

Variação % no período

Setores	Pesos[1/]	2009		
		Ago[2/]	Nov[2/]	Ac. 12 meses
Indústria geral	100,0	6,7	5,4	-7,5
Indústria extrativa	4,8	4,6	-1,2	-3,3
Indústria de transformação	95,2	6,1	5,9	-7,8
Produtos químicos	31,4	0,0	3,2	-6,8
Ref. petróleo e prod. álcool	23,2	40,1	15,4	-15,4
Alimentos e bebidas	13,5	-1,3	2,4	2,3
Celulose e papel	10,7	-5,1	10,9	0,9
Metalurgia básica	9,3	12,8	-0,5	-17,6
Borracha e plástico	2,9	0,9	-2,3	-10,0
Minerais não metálicos	2,5	7,7	7,5	9,0
Veículos automotores	1,8	-16,2	29,7	-17,6

Fonte: IBGE
1/ Ponderação da atividade na indústria geral, conforme a PIM-PF/IBGE.
2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 2.8 – Evolução do saldo das operações de crédito – Bahia[1/]
Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R$5 mil.

variações assinaladas nas vendas relativas a veículos, motos, partes e peças, 9,1%, e a materiais de construção, -3,9%, expandiu-se 6,3% no período.

A produção industrial baiana, consolidando a tendência de aquecimento do setor delineada desde o início do ano, cresceu 5,4% no trimestre finalizado em novembro, em relação ao encerrado em agosto, quando havia aumentado 6,7%, neste tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PIM-PF, do IBGE. O desempenho da indústria do estado refletiu, em especial, os crescimentos observados nos segmentos veículos automotores, 29,7%; refino de petróleo e álcool, 15,4%; e celulose e papel, 10,9%, enquanto a indústria química e petroquímica, estimulada pelo aumento da demanda da construção civil por polietileno de alta densidade e cloreto de polivinila (PVC), expandiu-se 3,2%. Em sentido contrário, as indústrias de borracha e plástico, e de metalurgia básica registraram recuos respectivos de 2,3% e 0,5%, no trimestre.

Considerados períodos de doze meses, a indústria do estado recuou 7,5% em novembro, em relação a igual período de 2008, resultado consistente com a retração experimentada pela atividade econômica do estado entre o final de 2008 e o primeiro semestre de 2009. Ocorreram resultados negativos em seis dos nove segmentos pesquisados, com ênfase nos relativos a veículos automotores e a metalurgia básica, ambos de 17,6%; refino de petróleo e produção de álcool, 15,4%; e química e petroquímica, principal atividade industrial do estado, 6,8%. As principais contribuições positivas originaram-se dos segmentos minerais não metálicos, 9%, e alimentos e bebidas, 2,3%, impulsionados, respectivamente, pelo crescimento da produção de massa de concreto e de refrigerantes.

O estoque das operações de crédito superiores a R$5 mil, mantendo participação relativa de 3,3% no volume total de crédito do país, atingiu R$41,2 bilhões em novembro, na Bahia, elevando-se 2,3% em relação a agosto e 14,4% em doze meses. Os empréstimos para pessoas físicas somaram R$17,5 bilhões, com expansões de 5,1% no trimestre e de 21% em doze meses, enquanto os pactuados no segmento de pessoas jurídicas totalizaram R$23,7 bilhões, elevando-se, na ordem, 0,4% e 10%. A inadimplência relativa a essas operações atingiu 4,6% em novembro, mesmo patamar assinalado em agosto, registrando-se redução de 7,5% para 7% nos atrasos observados no segmento de pessoas físicas e aumento, de 2,6% para 3%, nos consignados no âmbito das pessoas jurídicas.

Tabela 2.11 – Produção agrícola – Bahia
Itens selecionados

Em mil toneladas

Discriminação	Peso[1/]	Produção[2/]		Variação %
		2008	2009[1/]	2009/2008
Grãos	43,3	6 371	6 022	-5,5
Soja	18,5	2 748	2 418	-12,0
Algodão herbáceo	11,6	1 168	975	-16,5
Milho	7,1	1 884	2 068	9,8
Feijão	6,1	319	332	4,1
Outras lavouras				
Banana	6,9	1 418	1 408	-0,7
Café	5,7	163	176	8,1
Mandioca	5,6	1 418	1 408	-0,7
Cacau	5,3	139	142	1,8
Cana-de-açúcar	4,5	5 689	5 776	1,5

Fonte: IBGE
1/ Por valor da produção – PAM 2008.
2/ Estimativa segundo o LSPA de dezembro de 2009.

Tabela 2.12 – Exportação por fator agregado – FOB
Janeiro-dezembro

US$ milhões

Discriminação	Bahia			Brasil
	2008	2009	Var. %	Var. %
Total	8 699	7 011	-19,4	22,7
Básicos	1 484	1 633	10,0	-15,2
Industrializados	7 215	5 378	-25,5	-26,6
Semimanufaturados	2 855	2 198	-23,0	-24,3
Manufaturados[1/]	4 360	3 181	-27,1	-27,9

Fonte: MDIC/Secex
1/ Inclui operações especiais.

Tabela 2.13 – Importação por categoria de uso – FOB
Janeiro-dezembro

US$ milhões

Discriminação	Bahia			Brasil
	2008	2009	Var. %	Var. %
Total	6 310	4 613	-26,9	-26,2
Bens de capital	790	832	5,4	-17,4
Bens intermediários	4 053	2 816	-30,5	-28,2
Bens de consumo	841	726	-13,8	-4,5
Duráveis	776	669	-13,7	-8,6
Não duráveis	65	56	-13,8	0,9
Combustíveis	626	239	-61,9	-46,8

Fonte: MDIC/Secex

A produção de grãos baiana apresentou, de acordo com o LSPA de dezembro, do IBGE, redução anual de 5,5% em 2009, totalizando seis milhões de toneladas, equivalentes a 50% da produção nordestina. A retração mencionada refletiu os recuos respectivos de 12% e 16,5% registrados nas safras de soja e algodão herbáceo, contrastando com os aumentos observados nas culturas de milho, 9,8%, e feijão, 4,1%.

O terceiro prognóstico do IBGE para a safra 2010 prevê elevação na produção agrícola da Bahia, impulsionada pelas expansões projetadas para as culturas do feijão, 88,3%; soja, 15,4%; milho, 12,2%; e algodão herbáceo, 8,5%. Ressalte-se que o crescimento estimado para as safras de feijão e soja considera a expectativa de aumento na produtividade, enquanto a estimativa em relação à colheita de soja incorpora, ainda, ampliação de 6,7% na área de plantio.

O superávit comercial da Bahia totalizou US$2,4 bilhões em 2009, resultado 0,4% superior ao assinalado em 2008, com as exportações somando US$7 bilhões e as importações, US$4,6 bilhões. Ressalte-se que o recuo anual de 19,4% assinalado nas vendas externas resultou de retração de 20,1% nos preços e de aumento 0,9% no *quantum* exportado, enquanto o decréscimo de 26,9% observado nas importações traduziu as reduções registradas nos preços, 17,6%, e na quantidade importada, 11,3%.

A evolução das vendas externas refletiu, em especial, o decréscimo de 25,5% registrado nos embarques de produtos industrializados, que representaram 76,7% das exportações anuais do estado. As vendas de produtos semimanufaturados, evidenciando as retrações observadas nos embarques de óleo de soja em bruto, 72,4%; ferroligas, 57,6%; e catodos de cobre, 38,2%, decresceram 23% no período, enquanto as relacionadas a produtos manufaturados, impactadas pelos decréscimos nos embarques de cobre em barra, 47,6%; óleos combustíveis, 46,8%; e automóvel de passageiro, 40%, reduziram-se 27,1%. As exportações de produtos básicos aumentaram 10% em 2009, com ênfase nos aumentos assinalados nos embarques de soja, 33,8%, e de algodão, 25,5%. China, EUA, Argentina, Holanda e Alemanha se constituíram nos principais mercados de destino, absorvendo, em conjunto, 54% das exportações baianas. Vale mencionar que a participação dos embarques direcionados à China cresceu 8,6 p.p., no ano.

O desempenho anual das importações traduziu a ocorrência de retrações nas compras em todas as categorias de uso, excetuando-se a expansão, impulsionada pela evolução das compras de máquinas e equipamentos para a

indústria de celulose e para o setor de mineração, de 5,4% registrada nas aquisições de bens de capital. As importações de matérias-primas e bens intermediários, representando 61,1% das compras anuais do estado, recuaram 30,5%, com ênfase nas reduções nas aquisições de fertilizantes, 59,7%, e trigo, 46,3%, enquanto as relativas a bens de consumo, evidenciando a redução de 12,7% assinalada nas compras de automóvel de passageiros, contraíram-se 13,8%. Argentina, Chile, Argélia e EUA foram os principais mercados de origem das importações do estado, com participação conjunta de 49,9%.

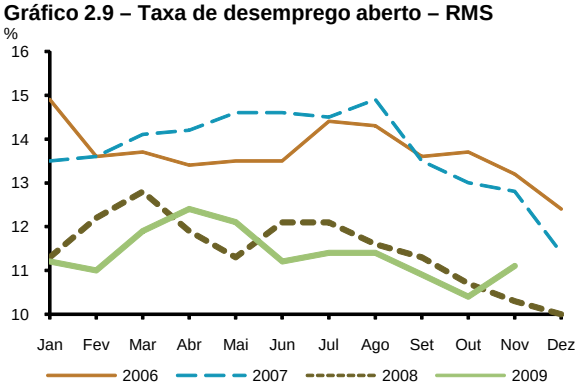
Tabela 2.14 – Evolução do emprego formal – Bahia
Novos postos de trabalho

Discriminação	2008	2009			
	Nov	Fev	Mai	Ago	Nov
Total	-1,5	-15,7	17,5	27,0	31,4
Ind. de transformação	-2,1	-4,7	1,5	3,8	4,5
Comércio	7,4	-2,1	1,5	4,0	10,0
Serviços	6,1	-1,0	5,6	8,4	12,3
Construção civil	-2,9	-3,7	5,0	8,6	10,0
Agropecuária	-10,1	-3,1	3,7	1,8	-6,3
Serv. ind. de util. pública	-0,4	-0,2	0,4	0,0	0,0
Outros[2/]	0,5	-0,9	-0,2	0,3	0,7

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.
2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outras.

Gráfico 2.9 – Taxa de desemprego aberto – RMS



Fonte: IBGE

A economia baiana gerou, de acordo com o Caged/MTE, 31,4 mil empregos formais no trimestre encerrado em novembro, contrastando com a eliminação de 1,5 mil vagas assinalada em igual trimestre do ano anterior. Ocorreram, excetuados os 6,3 mil desligamentos assinalados na agricultura – evolução consistente com a retração de importantes culturas e com o padrão sazonal do setor –, contratações líquidas em todos os segmentos considerados no cadastro, com ênfase no número de postos gerados no setor de serviços, 12,3 mil, e no comércio, 10 mil.

Considerados os onze primeiros meses do ano, foram criados 75,4 mil postos de trabalho no estado, ante 56,1 mil em igual período do ano anterior, dos quais 27 mil no setor serviços e 24,2 mil na construção civil. Consistente com o processo de retomada da atividade econômica, a indústria de transformação, setor particularmente afetado pela crise internacional no início do ano, criou 8,5 mil empregos no período, resultado 13,1% superior ao assinalado em igual intervalo de 2008. O nível do emprego formal aumentou 2,1% no trimestre finalizado em novembro, em relação ao encerrado em agosto, quando crescera 1%, no mesmo tipo de comparação, considerando dados dessazonalizados.

A taxa média de desemprego da Região Metropolitana de Salvador (RMS) atingiu, de acordo com a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do IBGE, 10,8% no trimestre finalizado em novembro, situando-se 3,3 p.p. acima da média do país. Ressalte-se que o indicador, refletindo os aumentos observados na População Economicamente Ativa (PEA), 4,3%, e na população ocupada, 4,2%, manteve-se no patamar registrado em igual trimestre de 2008, enquanto, respeitada a mesma base de comparação, o rendimento médio real habitualmente recebido pelos trabalhadores cresceu 3,1%. Considerados dados dessazonalizados, a taxa de desemprego aumentou 0,8% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto.

Tabela 2.15 – IPCA – Salvador

Variação %

Discriminação	Pesos[1/]	2008	2009		
		Ano	III Tri	IV Tri	Ano
IPCA	100,0	5,15	0,58	0,63	3,99
Livres	73,4	6,86	0,53	0,73	3,32
Comercializáveis	39,3	5,79	0,34	0,89	2,56
Não comercializáveis	34,1	8,16	0,75	0,56	4,26
Monitorados	26,6	0,59	0,73	0,36	5,82
Principais itens					
Alimentação	24,6	11,29	-0,33	1,31	2,05
Habitação	10,7	0,64	2,00	0,23	6,17
Art. residência	3,9	0,03	1,20	0,19	1,61
Vestuário	8,3	4,52	1,98	1,44	6,03
Transportes	18,3	1,65	0,45	0,09	3,63
Saúde	12,7	5,71	0,34	1,27	5,55
Despesas pessoais	9,4	6,74	1,55	-1,09	5,34
Educação	6,6	5,98	-0,13	0,06	5,12
Comunicação	5,4	0,11	-0,39	1,70	1,42

Fonte: IBGE

1/ Referentes a dezembro de 2009.

A inflação na RMS, medida pelo IPCA, atingiu 3,99% em 2009, ante 5,15% no ano anterior, situando-se 0,32 p.p. abaixo da média nacional. A evolução anual refletiu o impacto mais intenso da desaceleração, de 6,86% para 3,32%, observada na variação dos preços livres, com ênfase no desempenho favorável dos preços no grupo alimentação e bebidas, em relação ao proporcionado pela aceleração, de 0,59% para 5,82%, assinalada na variação dos preços monitorados, com destaque para os aumentos nas variações dos preços dos itens taxa de água e esgoto e tarifa de energia elétrica.

Na margem, a variação do IPCA atingiu 0,63% no trimestre encerrado em dezembro, ante 0,58% naquele finalizado em setembro. Essa evolução refletiu o impacto mais acentuado da aceleração, de 0,53% para 0,73%, registrada nos preços livres, em comparação ao decorrente do arrefecimento, de 0,73% para 0,36%, experimentado pela variação dos monitorados. Vale mencionar que o desempenho dos preços livres foi resultante de movimentos distintos nos preços dos bens comercializáveis, aceleração de 0,34% para 0,89%, e dos bens não comercializáveis, desaceleração de 0,75% para 0,56%, enquanto o comportamento dos preços monitorados refletiu, em especial, o recuo de 5,69% assinalado nos preços da gasolina.

O desempenho da economia baiana em 2010 deverá seguir favorável, em ambiente de consolidação do processo de recuperação observado nos últimos meses. Essa perspectiva ganha contornos mais nítidos quando se consideram os impactos potenciais associados aos investimentos industriais em implantação, que totalizam R$7,6 bilhões, dos quais apenas 35%, de acordo com a SEI, na RMS. Nesse sentido, as obras de infraestrutura que integram o complexo produtivo do sul da Bahia – ferrovia oeste-leste, porto *offshore*, aeroporto internacional – permitem delinear cenário de desconcentração espacial da economia do estado nos próximos anos. Adicionalmente, devem ser enfatizados os impactos sobre o nível de emprego e, em consequência, sobre o fortalecimento do mercado interno, decorrentes tanto das medidas do governo estadual de incentivo às micro e pequenas empresas, que asseguram a esse segmento 25% dos gastos do estado em serviços, materiais e obras, quanto da continuidade do programa Minha Casa Minha Vida. Por sua vez, a trajetória de preços mostra-se mais contida na Bahia do que em outros estados da Federação.

Ceará

Gráfico 2.10 – Índice de Atividade Econômica Regional – Ceará (IBCR-CE)
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2002 = 100

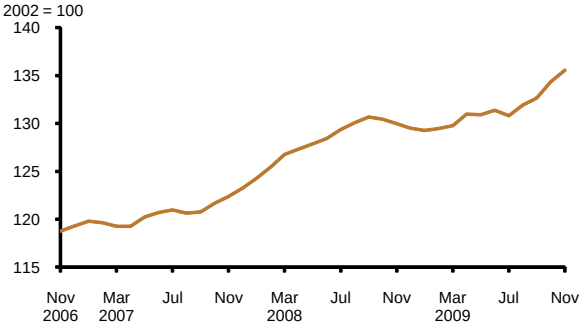
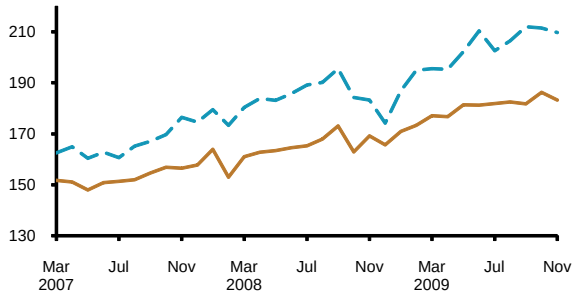


Gráfico 2.11 – Comércio varejista – Ceará
Dados dessazonalizados
2003 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 2.16 – Comércio varejista – Ceará
Geral e setores selecionados

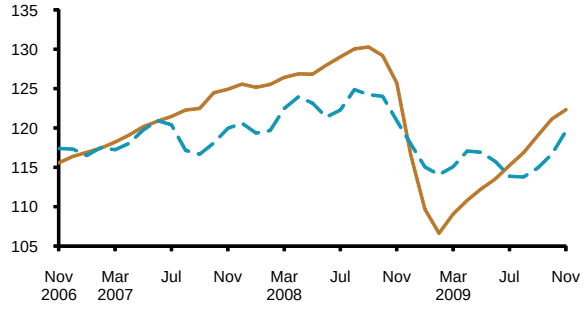
Variação % no período

Setores	2008	2009		
		Ago[1/]	Nov[1/]	12 meses
Comércio varejista	8,0	1,9	1,0	8,7
Combustíveis e lubrificantes	17,8	-2,0	-0,8	11,4
Hiper, supermercados	1,8	3,5	4,9	12,8
Móveis e eletrodomésticos	10,3	3,3	-0,7	9,0
Livros, jornais, rev., papelaria	14,4	18,3	16,6	4,5
Comércio ampliado	11,5	4,5	2,2	8,9
Automóveis e motocicletas	18,4	12,2	2,7	12,4
Material de construção	15,2	-3,6	6,7	-6,3

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 2.12 – Produção industrial
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2002 = 100



Fonte: IBGE

O PIB do Ceará registrou aumento de 1,4% no trimestre encerrado em setembro, em relação ao finalizado em junho, quando crescera 0,9%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com estatísticas do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), dessazonalizadas pelo Banco Central. O setor de serviços, em expansão desde o início de 2007, cresceu 0,8% no trimestre, enquanto a indústria e a agropecuária, revertendo os resultados negativos observados nos dois primeiros trimestres do ano, assinalaram expansões respectivas de 2,3% e 3,9%. A evolução recente do Índice de Atividade Econômica Regional – Ceará (IBCR-CE), que, de acordo com dados dessazonalizados, aumentou 2,8% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, reforça a consistência do processo de recuperação em curso na economia do estado.

As vendas varejistas cresceram 1% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, quando se elevaram 1,9%, nesta base de comparação, segundo dados dessazonalizados da PMC, do IBGE. Registraram-se, no período, aumentos em nove dos onze segmentos considerados na pesquisa, com destaque para os referentes a livros, jornais, revistas e papelaria, 16,6%, e a hipermercados e supermercados, 4,9%. Incorporados os crescimentos assinalados nas vendas de veículos, motos, partes e peças, 2,7%, e de materiais de construção, 6,7%, o comércio ampliado cearense apresentou elevação trimestral de 2,2%, desempenho associado, em especial, à continuidade dos impactos da isenção temporária do IPI e à retomada da expansão do crédito, em ambiente de redução da taxa de juros e ampliação de prazos.

Considerados períodos de doze meses, as vendas varejistas do estado cresceram 8,7% em novembro, em relação a igual intervalo de 2008, com ênfase nos aumentos observados nos segmentos hipermercados e supermercados, 12,8%, e combustíveis e lubrificantes, 11,4%. A expansão no comércio ampliado, refletindo as variações observadas nas vendas de veículos, motos, partes e peças, 12,4%, e de materiais de construção, -6,3%, atingiu 8,9% no período.

A produção da indústria de transformação cearense cresceu 5,1% no trimestre finalizado em novembro, em relação ao encerrado em agosto, quando recuara 2,7%, na mesma base de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PIM-PF, do IBGE. Registraram-se, no período, expansões importantes em atividades com peso

Tabela 2.17 – Produção industrial – Ceará
Geral e setores selecionados

Variação % no período

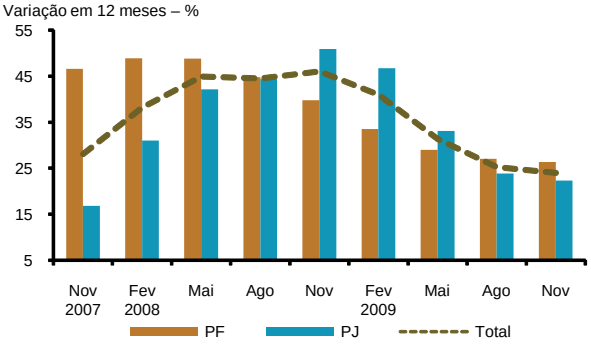
Setores	Pesos[1/]	2009		
		Ago[2/]	Nov[2/]	12 meses
Indústria geral	100,0	-2,7	5,1	-5,0
Alimentação e bebidas	34,4	-2,8	-6,1	-16,0
Têxtil	20,0	2,4	17,9	1,9
Calçados e art. de couro	15,9	-5,1	12,6	3,6
Química	9,0	13,1	12,1	3,3
Vestuário e acessórios	5,0	-8,4	-7,7	1,4
Minerais não metálicos	4,4	16,1	6,0	2,3
Refino de petróleo e álcool	4,2	-25,4	18,1	11,0
Máquinas e mat. elétricos	3,0	-4,1	-28,4	-23,0

Fonte: IBGE

1/ Ponderação da atividade na indústria geral, conforme a PIM-PF/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 2.13 – Evolução do saldo das operações de crédito – Ceará[1/]
Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R$5 mil.

representativo na estrutura industrial do estado, com ênfase nas relativas às indústrias têxtil, 17,9%, e de calçados e artigos de couro, 12,6%. O nível de utilização da capacidade instalada atingiu 88,6%, de acordo com a pesquisa da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (Fiec), ante 87,7% no trimestre encerrado em agosto e em igual período de 2008.

A indústria do estado retraiu 5% no período de doze meses finalizado em novembro, em relação a igual intervalo do ano anterior, de acordo com estatísticas da PIM-PF, do IBGE. Esse resultado, menos desfavorável do que os experimentados pelas indústrias da região e do país, refletiu, em especial, a retração de 16% observada na indústria de alimentos e bebidas, que detém a participação mais representativa na estrutura industrial cearense. A pesquisa do IBGE revela, ainda, mantida a comparação interanual, a ocorrência de retrações em quatro dos dez segmentos considerados, com ênfase no recuo de 23% observado na indústria de máquinas e materiais elétricos e no aumento de 11% na relacionada a refino de petróleo e álcool.

O faturamento real da indústria de transformação cearense, considerado como deflator o Índice de Preço por Atacado (IPA), da Fundação Getulio Vargas (FGV), registrou expansão de 16,3% no período de doze meses finalizado em novembro, em relação a igual intervalo de 2008, de acordo com a Fiec. Esse resultado, contrastando com o desempenho da produção física divulgado pelo IBGE, evidenciou o importante ajuste de estoques observado na economia do estado, particularmente nos setores químico, vestuário e têxtil. Na mesma base de comparação, registraram-se aumentos no pessoal empregado, 7,2%; na remuneração real, 11,9%; e no número de horas trabalhadas, 9,4%.

O saldo das operações de crédito superiores a R$5 mil atingiu R$19,8 bilhões em novembro, no Ceará, elevando-se 8,5% no trimestre e 24% nos últimos doze meses. Esses empréstimos somaram R$8,4 bilhões no segmento de pessoas físicas e R$11,4 bilhões no referente a pessoas jurídicas, registrando variações respectivas de 6,2% e 10,3%, no trimestre, e de 26,3% e 22,3%, em doze meses. A taxa de inadimplência atingiu 3,8% em novembro, mesmo percentual observado em agosto, registrando-se aumento de 0,2 p.p., para 2,5%, nos atrasos no segmento de pessoas jurídicas e recuo de 0,2 p.p., para 5,6%, nos assinalados às pessoas físicas.

A produção de grãos do estado totalizou, de acordo com o LSPA de dezembro, do IBGE, 776 mil toneladas em

Tabela 2.18 – Produção agrícola – Ceará
Itens selecionados

Em mil toneladas

Discriminação	Peso[1/]	Produção[2/]		Var. %
		2008	2009	2009/2008
Produção de grãos		1 127	776	-31,1
Feijão	0,19	253	130	-48,6
Milho	0,18	753	534	-29,0
Arroz (em casca)	0,03	98	93	-4,5
Outras lavouras selecionadas				
Banana	0,09	423	430	1,5
Mandioca	0,07	925	686	-25,8
Abacaxi (mil frutos)	0,06	101	18	-82,6
Castanha de caju	0,05	121	104	-13,7

Fonte: IBGE
1/ Por valor da produção – PAM 2008.
2/ Estimativa segundo o LSPA de dezembro de 2009.

Tabela 2.19 – Exportação por fator agregado – FOB
Janeiro-dezembro

US$ milhões

Discriminação	Ceará			Brasil
	2008	2009	Var. %	Var. %
Total	1 275	1 080	-15,3	22,7
Básicos	339	362	6,8	-15,2
Industrializados[1/]	936	718	-23,3	-26,6
Semimanufaturados	258	165	-36,0	-24,3
Manufaturados[1/]	678	553	-18,4	-27,9

Fonte: MDIC/Secex
1/ Inclui operações especiais.

Tabela 2.20 – Importação por categoria de uso – FOB
Janeiro-dezembro

US$ milhões

Discriminação	Ceará			Brasil
	2008	2009	Var. %	Var. %
Total	1 558	1 230	-21,1	-26,2
Bens de consumo	86	92	6,0	-4,5
Duráveis	46	41	-10,1	-8,6
Não duráveis	41	50	24,1	0,9
Bens intermediários	1 069	742	-30,7	-28,2
Bens de capital	360	306	-15,0	-17,4
Comb. e lubrificantes	43	91	112,9	-46,8

Fonte: MDIC/Secex

2009, registrando recuo anual de 31,1%. Esse resultado esteve associado, fundamentalmente, ao impacto do excesso de chuvas[3] sobre o desenvolvimento de importantes culturas do estado, expresso nas retrações acentuadas assinaladas nas safras de feijão, 48,6%, e milho, 29%. Em sentido inverso, as culturas de banana e cana-de-açúcar registraram crescimentos respectivos de 1,5% e 2,3%, no período.

O déficit da balança comercial do estado totalizou US$150 milhões em 2009, ante US$284 milhões no ano anterior. A redução do resultado negativo refletiu as retrações anuais observadas nas importações, 21,1%, e nas exportações, 15,3%, que somaram, na ordem, US$1,2 bilhão e US$1,1 bilhão, de acordo com o MDIC.

O declínio anual nas vendas externas refletiu os recuos assinalados nos preços, 12,5%, e no *quantum* exportado, 3,2%. Os embarques de bens semimanufaturados decresceram 36%, destacando-se as reduções nos relativos a couros e peles, 36,5%, e a ceras vegetais, 34,6%, enquanto as exportações de manufaturados, segmento de maior representatividade na pauta estadual, impactadas pelos recuos nas vendas de calçados e seus componentes, 15%, e tecidos e algodão, 39,1%, decresceram 18,4%. Em sentido inverso, os embarques de produtos básicos, impulsionados pelos aumentos nos embarques de castanha de caju, 27,8%, e mel natural, 113,2%, elevaram-se 6,8% no ano. Os principais destinos das exportações cearenses foram os EUA, Reino Unido, Argentina e Holanda, responsáveis, em conjunto, por 54,2% das vendas do estado em 2009.

O desempenho anual das compras externas traduziu as variações respectivas de -24,2% e 4,2% registradas nos preços e na quantidade importada. As aquisições de bens intermediários recuaram 30,7%, com ênfase na redução de 43,2% registrada nas relativas a trigo, principal item da pauta, enquanto as importações de bens de capital, traduzindo, em especial, o arrefecimento nas compras de aviões e de bens destinados à modernização do Porto do Pecém, decresceram 15%. Em sentido oposto, as aquisições de combustíveis e lubrificantes, impulsionadas pela expansão de 231,3% nas compras de gás natural liquefeito, em resposta à inauguração, em janeiro, do Terminal de Regaseificação do Porto do Pecém, aumentaram 112,9% em 2009, enquanto as importações de bens de consumo, refletindo as variações assinaladas nas relativas a bens não duráveis, 24,1%, e a bens duráveis, -10,1%, elevaram-se 6%. As importações do estado foram provenientes, principalmente, da China, 14,8%, Índia, 12%, Argentina, 7,3%, e Alemanha 6,4%.

3/ Segundo a Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (Funceme), a precipitação pluviométrica registrada no ano se constituiu na mais intensa desde 1985.

Tabela 2.21– Evolução do emprego formal – Ceará

Novos postos de trabalho

Acumulado no trimestre (em mil)[1/]

Discriminação	2008	2009			
	Nov	Fev	Mai	Ago	Nov
Total	16,1	-13,1	6,8	29,1	36,3
Extrativa	0,1	0,0	0,0	0,0	0,2
Ind. de transformação	2,8	-8,8	4,5	10,9	11,4
Serv. ind. de util. pública	-0,2	0,0	-0,1	0,1	0,0
Construção civil	-1,5	-2,6	-0,3	5,5	5,2
Comércio	6,8	0,2	0,7	3,1	7,8
Serviços	5,2	3,6	4,2	5,3	9,1
Agropecuária	2,6	-5,3	-2,0	3,2	2,6
Administração pública	0,3	-0,1	-0,3	0,9	0,0

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

Tabela 2.22 – IPCA – Fortaleza

Variação %

Discriminação	Pesos[1/]	2008	2009		
		Ano	III Tri	IV Tri	Ano
IPCA	100,0	6,27	1,10	1,09	4,43
Livres	70,9	7,32	1,21	1,13	4,04
Comercializáveis	38,1	7,22	1,07	0,66	2,30
Não comercializáveis	32,8	7,46	1,39	1,67	1,67
Monitorados	29,1	3,76	0,83	1,01	5,44
Principais itens					
Alimentação	24,9	10,49	0,63	1,05	2,82
Habitação	13,9	6,83	1,76	0,51	6,04
Art. residência	3,6	0,07	0,64	-0,86	3,09
Vestuário	7,7	6,68	2,86	4,15	9,84
Transportes	16,7	2,21	0,09	1,97	2,67
Saúde	12,3	5,81	0,10	0,50	4,08
Despesas pessoais	8,6	7,39	2,06	0,93	9,24
Educação	6,7	6,99	5,04	0,00	5,88
Comunicação	5,6	2,02	-0,37	0,34	-0,82

Fonte: IBGE

1/ Referentes a setembro de 2009.

A retomada da atividade no estado favoreceu, de acordo com o Caged/MTE, a criação de 36,3 mil postos de trabalho no trimestre encerrado em novembro, comparativamente à geração de 16,1 mil empregos formais em igual período de 2008. Foram registrados aumentos no contingente de trabalhadores em sete dos oito setores considerados no cadastro, com ênfase nos assinalados na indústria de transformação, 11,4 mil, e na construção civil, 5,2 mil. Considerados os onze primeiros meses do ano, foram gerados 64,8 mil empregos formais no estado, ante 47,2 mil em igual período do ano anterior. De acordo com dados dessazonalizados, o nível de emprego formal no Ceará cresceu 2,4% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, resultado de aumentos nas oito atividades pesquisadas, com ênfase no crescimento de 7,8% observado na construção civil.

A variação anual do IPCA na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) atingiu 4,43% em 2009, ante 6,27% em 2008, registrando-se desaceleração na variação dos preços livres, de 7,32%% para 4,04%, e aceleração na relativa aos preços monitorados, de 3,76% para 5,44%. Ressalte-se que a evolução dos preços livres esteve associada, em especial, à desaceleração expressiva, de 10,49% para 2,82%, assinalada no grupo alimentação e bebidas, enquanto o desempenho dos monitorados refletiu, em grande parte, as variações experimentadas pelos preços dos itens energia elétrica residencial, 7,76%; taxa de água e esgoto, 6,57%; e gasolina, 6,06%.

A análise na margem revela que a variação do IPCA da RMF atingiu 1,09% no trimestre encerrado em dezembro, ante 1,10% naquele finalizado em setembro. A estabilidade observada no período evidenciou a equivalência entre os impactos decorrentes da desaceleração, de 1,21% para 1,13% na variação dos preços livres, e da aceleração, de 0,83% para 1,01%, na relativa aos monitorados. O índice de difusão registrou estabilidade no período.

A evolução recente da economia cearense, em linha com a assinalada na região, reflete a recuperação da demanda interna, que, favorecida pelos programas de assistência do governo federal, confere maior dinamismo ao setor de serviços, em especial ao comércio, e à indústria. É relevante enfatizar, ainda, que a estrutura industrial do estado, voltada, em grande parte, à produção de bens de menor valor agregado e, portanto, menos dependente da demanda externa e das condições do mercado de crédito, exerceu desdobramentos positivos sobre o dinamismo recente deste setor.

Assim, embora condições climáticas adversas sensibilizassem os resultados da agropecuária, a economia do estado deverá crescer 2,5% em 2009, de acordo com o Ipece. As projeções deste instituto para 2010 consideram expansão de 3,5% para o PIB, resultado sustentado pelas perspectivas de preservação do dinamismo do consumo interno, em ambiente de aumento da massa salarial e de manutenção dos programas sociais federais no estado, e de elevação dos investimentos na região. Nesse sentido, assinalem-se as perspectivas de continuidade das obras governamentais em andamento no estado e de implantação de empreendimentos privados em siderurgia e em geração de energia eólica.

Gráfico 2.14– Índice de Atividade Econômica Regional – Pernambuco (IBCR-PE)
Dados dessazonalizados
2002 = 100

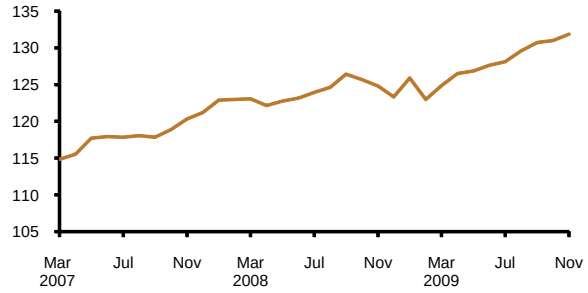
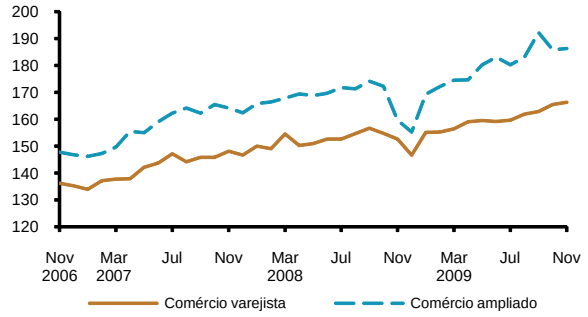


Gráfico 2.15 – Comércio varejista – Pernambuco
Dados dessazonalizados
2003 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 2.23 – Comércio varejista – Pernambuco
Geral e setores selecionados

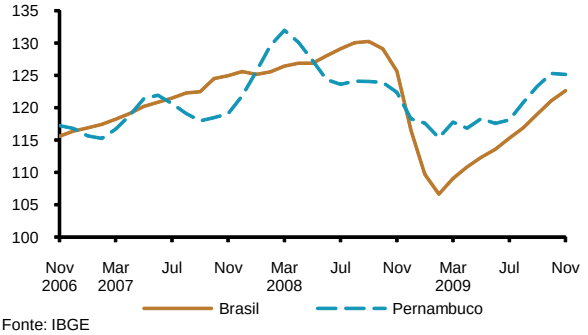
Variação % no período

Setores	2008	2009		
		Ago[1/]	Nov[1/]	12 meses
Comércio varejista	6,7	1,2	2,9	4,0
Combustíveis e lubrificantes	10,2	-0,9	3,8	10,3
Hiper, supermercados	7,8	2,8	2,5	5,4
Tecidos, vestuário e calçados	-1,9	2,3	4,0	-2,2
Móveis e eletrodomésticos	14,2	-2,2	-0,1	-0,2
Comércio ampliado	6,3	3,2	3,3	5,5
Automóveis e motocicletas	4,2	7,2	7,4	9,9
Material de construção	13,0	5,0	6,8	-2,9

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 2.16 – Produção industrial
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2002 = 100



Fonte: IBGE

Pernambuco

O PIB de Pernambuco manteve-se estável no trimestre encerrado em setembro, em relação ao terminado em junho, quando havia aumentado 1,1%, neste tipo de comparação, de acordo com estatísticas da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (Condepe/Fidem), dessazonalizadas pelo Banco Central. O dinamismo do mercado interno e a evolução da construção civil contribuíram para que a indústria crescesse 1,9% no período, enquanto o setor de serviços e a agropecuária registraram variações respectivas 0,9% e -2,3%. É relevante mencionar que o desempenho da economia do estado, na margem, inferior ao assinalado em âmbito nacional, refletiu, em parte, a desaceleração relativamente mais acentuada experimentada pela economia do país no primeiro semestre de 2009. A continuidade do crescimento da demanda interna, impulsionada pela expansão do crédito e pelos programas sociais do governo federal, seguiu favorecendo o dinamismo da economia pernambucana nos últimos meses do ano. Nesse sentido, o Índice de Atividade Econômica Regional – Pernambuco (IBCR-PE) cresceu 2,1% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, quando se elevara 1,9%, neste tipo de comparação, considerados dados dessazonalizados.

As vendas do comércio varejista de Pernambuco aumentaram 2,9% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, quando haviam se elevado 1,2%, no mesmo tipo de análise, considerando-se dados dessazonalizados da PMC do IBGE. Ressalte-se, no período, o aumento de 4% assinalado nas vendas de tecidos, vestuários e calçados, enquanto as relativas a hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, segmento responsável por cerca de 50% do comércio do estado, elevaram-se 2,5%. O comércio ampliado, evidenciando os aumentos registrados nas vendas de veículos, motos, partes e peças, 7,4%, e de material de construção, 6,8%, cresceu 3,3%, no trimestre.

Considerados períodos de doze meses, as vendas varejistas expandiram 4% em novembro, em relação a igual período de 2008, com ênfase nos desempenhos dos segmentos combustíveis e lubrificantes, 10,3%, e hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebida e fumo, 5,4%. Incorporadas as variações registradas nas vendas de veículos, motos, partes e peças, 9,9%, e de material de construção, -2,9%, o comércio ampliado do estado cresceu 5,5%, no período.

Tabela 2.24 – Produção industrial – Pernambuco
Geral e setores selecionados

Variação % no período

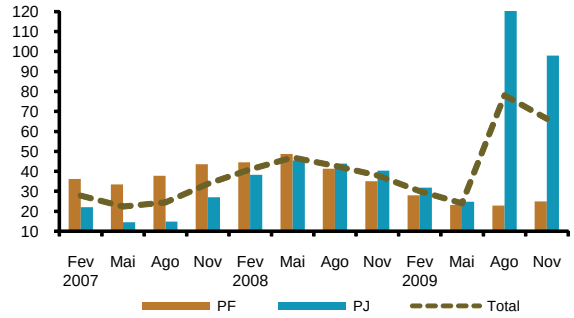
Setores	Pesos[1/]	2009		
		Ago[2/]	Nov[2/]	Acum. 12 meses
Indústria geral	100,0	2,1	3,6	-4,2
Alimentação e bebidas	38,4	1,6	2,3	2,1
Metalurgia básica	15,0	13,1	3,8	-4,2
Química	14,2	4,8	6,6	-7,9
Minerais não metálicos	6,6	10,2	0,7	-1,3
Produtos de metal	6,2	4,8	4,7	-7,8
Borracha e plástico	5,6	31,5	-9,9	-12,4

Fonte: IBGE

1/ Ponderação da atividade na indústria geral, conforme a PIM-PF/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 2.17 – Evolução do saldo das operações de crédito – Pernambuco[1/]
Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R$5 mil.

Tabela 2.25 – Produção agrícola – Pernambuco
Itens selecionados

Em mil toneladas

Discriminação	Peso[1/]	Produção[2/]		Variação %
		2008	2009[1/]	2009/2008
Grãos				
Feijão	8,0	152	130	-14,7
Milho	3,0	178	193	8,3
Outras lavouras				
Cana-de-açúcar	34,3	20 273	19 444	-4,1
Uva	10,9	163	159	-2,7
Banana	6,2	412	437	6,1
Tomate	4,9	153	157	2,7

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2008.

2/ Estimativa segundo o LSPA de dezembro de 2009.

A produção industrial do estado aumentou 3,6% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, quando havia crescido 2,1%, na mesma base de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PIM-PF, do IBGE. O maior dinamismo do setor refletiu, em parte, o aumento de 6,6% assinalado na indústria química, enquanto a produção de alimentos e bebidas, com participação de 38,4% no setor, avançou 2,3% no período.

Considerados períodos de doze meses, a produção industrial pernambucana recuou 4,2% em novembro, em relação a igual intervalo de 2008. Esse resultado, significativamente mais favorável do que a retração de 9,7% registrada em âmbito nacional, resultou do relativo dinamismo da indústria de alimentos e bebidas, que, detendo participação expressiva no setor industrial do estado, cresceu 2,1%, no período. Em sentido inverso, as indústrias de borracha e plástico e de química, refletindo a contração da demanda externa, assinalaram retrações respectivas de 12,4% e 7,9%, na mesma base de comparação.

O saldo da carteira de operações de crédito superiores a R$5 mil efetuadas no estado totalizou R$34 bilhões em novembro, elevando-se 3,2% em relação a agosto e 66% em doze meses. Os empréstimos negociados no segmento de pessoas físicas somaram R$11 bilhões, com expansões de 6,6% no trimestre e de 25% em doze meses, enquanto os pactuados no âmbito das pessoas jurídicas totalizaram R$23 bilhões, elevando-se, na ordem, 1,7% e 98%[4]. A inadimplência dos empréstimos no sistema financeiro do estado manteve-se estável em 3,4% no trimestre encerrado em novembro, atingindo 2% no segmento de pessoas jurídicas e 6,4% no relativo a pessoas físicas.

Os desembolsos do BNDES e Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) destinados ao financiamento de projetos de investimento no estado cresceram 552% no período de doze meses encerrado em novembro, em relação a igual intervalo do ano anterior, contribuindo para que a participação de Pernambuco nos desembolsos para a região se elevasse em 34 p.p., para 53%, no período.

De acordo com o LSPA, do IBGE, de dezembro, as culturas de feijão, cana-de-açúcar e uva, as mais importantes do estado, deverão registrar decréscimos anuais respectivos de 14,7%, 4,1% e 2,7%, em 2009, contrastando com as projeções de aumentos para as safras de milho, 8,3%; banana, 6,1%; e tomate, 2,7%.

4/ É importante enfatizar que o desempenho dessas operações de crédito no período de doze meses reflete a mudança de patamar no respectivo saldo observada em julho, quando o empréstimo do BNDES à Petrobras, direcionado às obras de construção da Refinaria Abreu e Lima, passou a compor a referida estatística.

O déficit da balança comercial do estado totalizou, de acordo com o MDIC, US$1,15 bilhão em 2009, ante US$1,53 bilhão no ano anterior, evolução consistente com os recuos assinalados nas importações, 19,7%, e nas exportações, 12,1%, que atingiram US$1.978 milhões e US$824 milhões, respectivamente. Ressalte-se que a distinção entre as taxas de variação desses fluxos refletiu, em parte, a menor retração relativa observada nos preços dos produtos exportados – com ênfase no aumento de 24% assinalado no preço médio do açúcar, que deteve participação de 39% nas vendas anuais do estado – com desdobramentos favoráveis sobre os termos de troca do estado.

Tabela 2.26 – Exportação por fator agregado – FOB
Janeiro-dezembro

US$ milhões

Discriminação	Pernambuco			Brasil
	2008	2009	Var. %	Var. %
Total	938	824	-12,1	22,7
Básicos	187	117	-37,4	-15,2
Industrializados	750	707	-5,8	-26,6
Semimanufaturados	181	192	5,8	-24,3
Manufaturados[1/]	569	515	-9,5	-27,9

Fonte: MDIC/Secex
1/ Inclui operações especiais.

A trajetória das vendas externas refletiu as reduções observadas nos preços, 1,2%, e no *quantum* exportado, 11,1%. Considerados por fator de agregação, os embarques de produtos básicos recuaram 37,4% no ano, com ênfase nas retrações observadas nas vendas de crustáceos, 68,3%, e de uvas, 36%. As exportações de produtos manufaturados decresceram 9,5%, com ênfase no impacto das retrações registradas nas relativas a material plástico, 28%, e a acumuladores elétricos, 35%, parcialmente neutralizado pelo aumento de 722% experimentado pelos embarques de resina politereftalato de etileno (PET), cuja participação na pauta deste segmento passou de 2,1%, em 2008, para 26% em 2009. Em sentido inverso, as vendas de semimanufaturados, evidenciando o crescimento de 64% das exportações de açúcar em bruto, apresentaram aumento anual de 5,8%. Os quatro principais países de destino foram os EUA, Venezuela, Argentina e Países Baixos, absorvendo, em conjunto, 44% das exportações do estado.

Tabela 2.27 – Importação por categoria de uso – FOB
Janeiro-dezembro

US$ milhões

Discriminação	Pernambuco			Brasil
	2008	2009	Var. %	Var. %
Total	2 464	1 978	-19,7	-26,2
Bens de consumo	223	220	-1,4	-4,5
Duráveis	73	67	-7,3	-8,6
Não duráveis	150	152	1,5	0,9
Bens intermediários	1 541	1083	-29,7	-28,2
Bens de capital	292	374	28,2	-17,4
Comb. e lubrificantes	408	254	-37,8	-46,8

Fonte: MDIC/Secex

O desempenho das importações traduziu o recuo de 22% registrado nos preços e o crescimento de 3% assinalado no *quantum* importado. A análise segmentada por categorias de uso revela que o recuo mais acentuado nas compras externas ocorreu no segmento combustíveis e lubrificantes, 37,8%, seguindo-se os assinalados nas aquisições de bens intermediários, 29,7%, com ênfase na retração de 32% nas importações de insumos para resina PET, e de bens de consumo duráveis, 7,3%, com destaque para a contração de 34% nas compras de veículos de transporte particular. Em sentido oposto, as importações de bens de capital, impulsionadas pelo aumento de 71% nas relativas a maquinaria industrial, aumentaram 28,2% no ano. As importações do estado originaram-se, em especial, do México, EUA, Argentina e China, responsáveis, em conjunto, por 52% do total do período.

Tabela 2.28 – Evolução do emprego formal – Pernambuco

Novos postos de trabalho

Acumulado no trimestre (em mil)[1/]

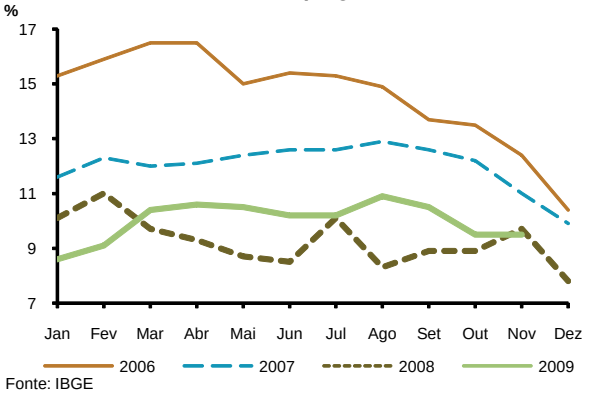
Discriminação	2008	2009			
	Nov	Fev	Mai	Ago	Nov
Total	45,9	-17,4	-27,9	36,3	48,4
Ind. de transformação	25,9	-5,5	-32,2	13,8	28,7
Comércio	5,8	-2,5	0,9	3,2	9,5
Serviços	8,4	-0,7	3,4	5,5	8,4
Construção civil	5,7	-0,5	0,9	2,9	7,4
Agropecuária	-0,2	-8,3	-1,2	9,0	-3,7
Serv. ind. de util. pública	0,1	0,3	0,3	1,8	-1,9
Outros[2/]	0,2	-0,2	0,0	0,0	0,1

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outras.

Gráfico 2.18 – Taxa de desemprego aberto – Recife



Fonte: IBGE

Tabela 2.29 – IPCA – Recife

Variação %

Discriminação	Pesos[1/]	2008	2009		
		Ano	III Tri	IV Tri	Ano
IPCA	100,0	6,98	0,51	1,59	4,62
Livres	71,4	8,06	0,27	1,64	4,44
Comercializáveis	39,0	7,21	0,71	1,22	3,10
Não comercializáveis	32,5	9,15	-0,25	2,15	6,15
Monitorados	28,6	4,34	1,11	1,46	5,14
Principais itens					
Alimentação	26,2	10,82	-1,14	2,16	3,03
Habitação	13,1	6,61	2,19	2,03	6,42
Art. residência	4,3	0,82	2,63	0,66	4,14
Vestuário	7,6	7,11	0,15	1,30	3,81
Transportes	15,1	4,48	0,49	1,68	2,75
Saúde	12,5	5,53	1,34	1,48	6,19
Despesas pessoais	9,2	10,23	1,53	1,42	10,12
Educação	6,1	5,98	0,50	0,15	7,11
Comunicação	5,9	2,31	-0,08	0,67	0,39

Fonte: IBGE

1/ Referentes a dezembro de 2009.

Os indicadores do mercado de trabalho seguem apresentando recuperação no estado. De acordo com o Caged/MTE, foram criados 48,4 mil empregos formais no trimestre encerrado em novembro, ante 45,9 em igual período de 2008, dos quais 28,7 mil na indústria de transformação, 9,5 mil no comércio – representando aumento de 62%, no período – e 8,4 mil no setor de serviços. Incorporado o resultado trimestral, foram gerados 47,8 mil postos de trabalho no estado, nos onze primeiros meses do ano, ante 61,2 mil vagas em igual intervalo de 2008, dos quais 17,5 mil no setor de serviços e 12,5 mil na construção civil. O nível de emprego formal aumentou 1,5% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, considerando dados dessazonalizados.

A taxa de desemprego da Região Metropolitana do Recife (RMR) atingiu 9,5% em novembro, de acordo com a PME, do IBGE, ressaltando-se que o recuo de 0,2 p.p. registrado em relação a igual mês de 2008 refletiu as elevações assinaladas na população ocupada, 2,9%, e na PEA, 2,6%. A massa de rendimento real habitual das pessoas ocupadas apresentou recuo de 1,7%, na mesma base de comparação. Na margem, considerados dados dessazonalizados, a taxa de desemprego atingiu 9,8% em novembro, recuando 0,5 p.p em relação a agosto.

A variação do IPCA atingiu 4,62% na RMR em 2009, ante 6,98% no ano anterior. Essa evolução, acompanhando o comportamento do indicador nacional, refletiu o impacto mais acentuado da desaceleração, de 8,06% para 4,44%, assinalada na variação dos preços livres, em relação ao decorrente da aceleração, de 4,34% para 5,14%, na relativa aos preços monitorados. Ressalte-se que o arrefecimento observado na variação dos preços livres traduziu, em especial, a desaceleração, de 7,21% para 3,10%, registrada na variação dos preços dos bens comercializáveis, com ênfase no recuo de 2,60% assinalado no preço das carnes, que haviam aumentado 29,91% em 2008. No mesmo sentido, a variação dos preços dos bens não comercializáveis recuou de 9,15%, em 2008, para 6,15%.

A análise na margem indica que a inflação da RMR atingiu 1,59% no trimestre encerrado em dezembro, ante 0,51% naquele finalizado em setembro, evolução associada, em especial, à aceleração, de 0,27% para 1,64%, registrada na variação dos preços livres, com ênfase nos aumentos respectivos de 11,61% e 4,55% registrados no item tubérculos, raízes e legumes e no subgrupo alimentação fora do domicílio, que contribuíram, em conjunto, com 0,4 p.p. da variação trimestral do IPCA. No mesmo sentido,

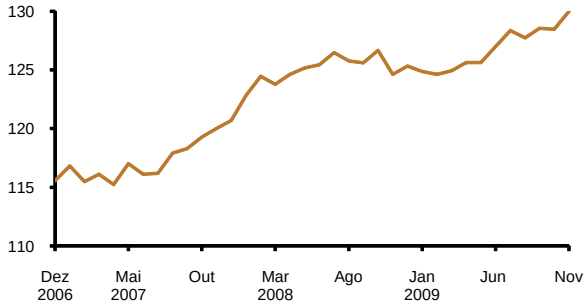
a variação dos preços monitorados, refletindo os reajustes observados na taxa de água e esgoto, 8,6%, e nos planos de saúde, 1,7%, aumentou de 1,11% para 1,46%, no período. O índice de difusão atingiu 69,1%, ante 58,7% no trimestre encerrado em setembro.

Embora o ritmo de expansão, na margem, da economia pernambucana mostre-se menos intenso do que na economia do país, os principais indicadores conjunturais revelam aceleração do consumo, da produção industrial e da geração de emprego, constituindo cenário favorável à consolidação de sua recuperação, ainda que em ambiente de maior pressão inflacionária.

Região Centro-Oeste

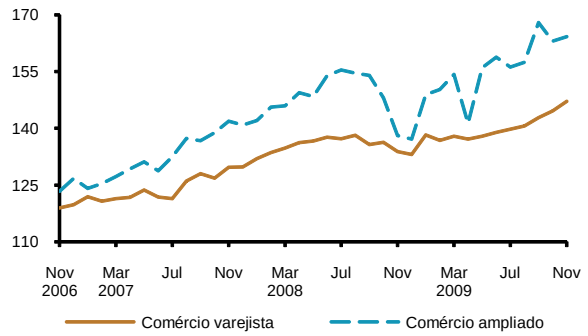
3

Gráfico 3.1 – Índice de Atividade Econômica Regional – Centro-Oeste (IBCR-CO)
Dados dessazonalizados
2002 = 100



A economia no Centro-Oeste manteve-se em expansão nos últimos meses. Essa trajetória é evidenciada pelo aumento de 1% registrado pelo IBCR-CO no trimestre encerrado em novembro, em relação ao terminado em agosto, quando ocorrera elevação de 1,8%, no mesmo tipo de comparação, considerados dados dessazonalizados, ressaltando-se que o menor ritmo de crescimento deste indicador em relação ao experimentado em outras regiões do país, em trimestres recentes, reflete a menor sensibilidade da economia do Centro-Oeste aos impactos da crise mundial – a participação expressiva do agronegócio na estrutura das exportações da região se constituiu em elemento importante para a sustentabilidade da atividade econômica, amparada também pelos gastos públicos no Distrito Federal. Nesse sentido, é relevante enfatizar que apenas, nas regiões Centro-Oeste e Nordeste – esta favorecida pela estrutura da indústria local, voltada à produção de bens de menor valor agregado, e pela intensificação dos programas de transferência de renda do governo federal –, ocorreram variações positivas do IBCR no horizonte de doze meses encerrados em novembro, em relação a igual período do ano anterior.

Gráfico 3.2 – Comércio varejista – Centro-Oeste
Dados dessazonalizados
2004 = 100



As vendas do comércio varejista no Centro-Oeste aumentaram 3,6% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, quando haviam se expandido 1,6%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PMC, do IBGE, resultado de elevações de 5,3% em Mato Grosso, 4,5%, no Mato Grosso do Sul, 2,9%, em Goiás, e 2,7% no Distrito Federal. O comércio ampliado da região, refletindo os resultados positivos assinalados no Mato Grosso do Sul, 7%; no Distrito Federal, 4,6%; em Goiás, 3%; e em Mato Grosso, 2,9%, cresceu 4,8% no trimestre. Considerados Goiás e Distrito Federal, únicos entes federados da região com estatísticas segmentadas por ramo de atividade comercial, as vendas varejistas cresceram 3,2% no período, destacando-se o aumento de 4,7% nas relativas a móveis e eletrodomésticos, enquanto o comércio ampliado, incorporadas as variações

Tabela 3.1 – Índice de vendas no varejo – Agregação para GO e DF[1/]

Geral e setores selecionados

Variação % no período

Setores	2008	2009		
		Ago[2/]	Nov[2/]	12 meses
Comércio varejista	7,0	2,5	3,2	2,7
Combustíveis e lubrificantes	14,4	-3,0	2,5	-0,8
Hiper, supermercados	-3,0	1,7	2,5	4,6
Tecidos, vestuário e calçados	2,1	2,6	3,3	-0,4
Móveis e eletrodomésticos	16,3	5,2	4,7	-1,5
Comércio varejista ampliado	8,8	4,9	2,8	3,8
Veículos e motos, partes e peças	11,2	9,3	3,5	8,2
Material de construção	6,2	3,7	3,1	-8,9

Fonte: IBGE

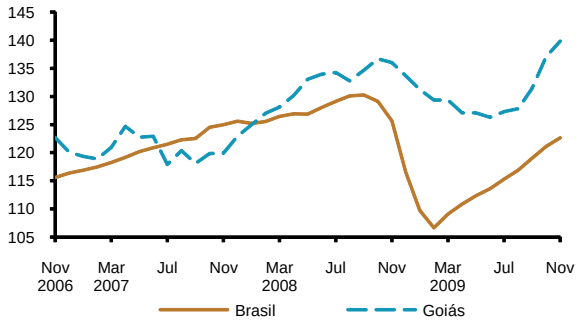
1/ Goiás e DF são os únicos entes federados da região com dados estratificados pelo IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 3.3 – Produção industrial – Centro-Oeste

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral

2002 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 3.2 – Produção industrial – Centro-Oeste

Geral e setores selecionados

Variação % trimestral

Setores	Pesos[1/]	2009		
		Ago[2/]	Nov[2/]	Ac. 12 meses
Indústria geral	100,0	9,4	-3,4	-0,3
Indústria extrativa	8,2	4,4	-2,6	-0,2
Indústria de transformação	91,8	7,4	-2,3	-0,3
Alimentos e bebidas	66,9	0,3	-1,3	-3,9
Produtos químicos	12,1	77,8	-19,8	16,3
Metalurgia básica	6,7	4,7	3,0	2,8
Minerais não metálicos	6,1	6,1	4,8	2,2

Fonte: IBGE

1/ Ponderação da atividade na indústria geral, conforme a PIM-PF/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

observadas nos segmentos veículos, motos partes e peças, 3,5%; e materiais de construção, 3,1%, expandiu 2,8%.

Considerando períodos de doze meses, as vendas na região elevaram-se 3,1% em novembro, comparativamente a igual período em 2008, com ênfase nas expansões assinaladas em Goiás, 3,9%, no Mato Grosso do Sul, 3,3%, e em Mato Grosso, 3%, enquanto o comércio ampliado cresceu 4,3%. Na mesma base de comparação, as vendas agregadas de Goiás e do Distrito Federal cresceram 2,7%, com ênfase no desempenho das referentes a outros artigos de uso pessoal e doméstico, 14,5%; e artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos, 13,5%, enquanto o comércio ampliado, refletindo as variações respectivas de 8,2% e -8,9% assinaladas nos segmentos veículos e materiais de construção, cresceu 3,8%.

A produção industrial de Goiás, único estado da região incluído na PIM-PF, do IBGE, recuou 3,4% no trimestre finalizado em novembro, em relação ao encerrado em agosto, quando havia registrado expansão de 9,4% no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados. A indústria extrativa registrou retração de 2,6% e a de transformação, de 2,3%, ressaltando-se o impacto das reduções assinaladas nos segmentos produtos químicos, 20%; e alimentação e bebidas, 1,3%, neutralizado, em parte, pelos resultados favoráveis experimentados pelas atividades metalurgia básica, 3%; e minerais não metálicos, 4,8%.

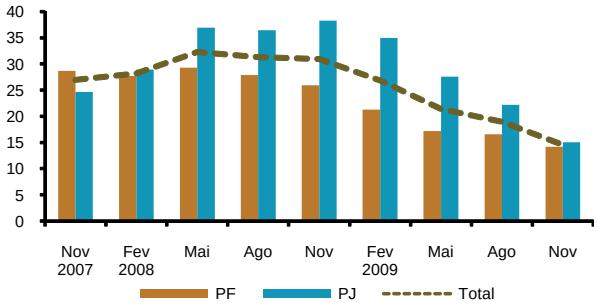
Considerados períodos de doze meses, a produção industrial do estado decresceu 0,3% em novembro, em relação a igual intervalo de 2008, reflexo de recuos respectivos de 0,2% e de 0,3% nas indústrias extrativa e de transformação. Assinale-se, no período, a redução de 3,9% observada no segmento alimentos e bebidas, influenciada pela menor safra de grãos na região, contrastando com as expansões registradas nas atividades produtos químicos, 16,3%; e metalurgia básica, 2,8%.

O faturamento real da indústria goiana aumentou 3,5% no trimestre encerrado em outubro, em relação ao finalizado em julho, quando havia recuado 0,5%, neste tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg). O salário real, as horas trabalhadas e o nível de emprego apresentaram aumentos respectivos de 4%, 2,6% e 1,7% no período, enquanto o Nuci recuou 0,5 p.p.

O Índice de Confiança do Empresário Industrial de Goiás (Icei-GO), da Fieg, evidenciando maior otimismo no

Gráfico 3.4 – Evolução do saldo das operações de crédito – Centro-Oeste[1/]

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R$5 mil.

Tabela 3.3 – Produção agrícola – Centro-Oeste

Itens selecionados

Em mil toneladas

Discriminação	Pesos[1/]	Produção[2/]		Variação %
		2008	2009[1/]	2009/2008
Grãos	86,9	50 798	48 810	-3,9
Algodão (caroço)	8,1	1 556	1 091	-29,9
Arroz (em casca)	1,8	1 109	1 229	10,8
Feijão	3,0	395	514	30,3
Milho	17,4	16 902	15 493	-8,3
Soja	55,0	29 147	28 974	-0,6
Sorgo	1,1	1 392	1 254	-9,9
Outras lavouras				
Banana	0,5	238	237	-0,6
Cana-de-açúcar	7,6	70 276	90 710	29,1
Mandioca	1,7	1 597	1 330	-16,7
Tomate	0,6	1 277	1 470	15,1

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2008.

2/ Estimativa segundo o LSPA de dezembro de 2009.

Tabela 3.4 – Prognósticos para 2010 – Centro-Oeste

Itens selecionados

Em mil toneladas

Discriminação	Produção		Variação %
	2009	2010[1/]	2010/2009
Grãos	48 810	48 666	-0,3
Algodão (caroço)	1 091	1 023	-6,3
Arroz (em casca)	1 229	1 123	-8,6
Feijão	514	507	-1,4
Milho	15 485	13 419	-13,3
Soja	28 974	31 098	7,3
Sorgo	1 254	1 237	-1,3

Fonte: IBGE

1/ Terceiro prognóstico, de dezembro de 2009.

setor, atingiu 67,1 pontos em outubro, ante 61,8 pontos em julho e 51,6 pontos em igual período de 2008. A evolução trimestral do indicador refletiu as elevações respectivas de 10,3 p.p. e de 2,7 p.p. assinaladas nos componentes Indicador de Condições, que avalia a situação atual, e Indicador de Expectativas, que considera a percepção dos empresários em relação aos próximos seis meses.

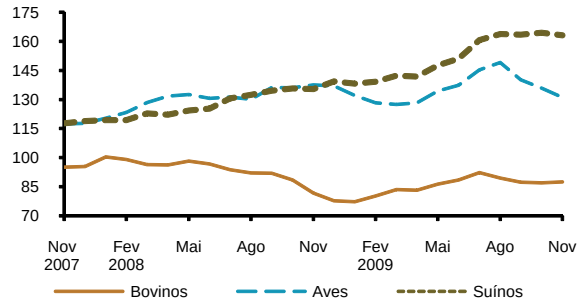
O saldo das operações de crédito superiores a R$5 mil totalizou R$113,5 bilhões em novembro, registrando crescimentos de 3,7% em relação a agosto e de 14,6% em doze meses. A carteira relativa a pessoas físicas somou R$64,3 bilhões, aumentando 3,5% no trimestre e 14,2% em doze meses, com ênfase no desempenho das modalidades financiamento habitacional, aquisição de veículos e arrendamento mercantil, enquanto os empréstimos contratados pelas pessoas jurídicas atingiram R$49,2 bilhões, elevando-se, na ordem, 4% e 15,1% nos períodos considerados. A inadimplência relativa a essas operações, refletindo variações respectivas de -0,4 p.p. e de 0,6 p.p. nos atrasos relativos aos segmentos de pessoas físicas e de pessoas jurídicas, atingiu 5,1% em novembro, registrando estabilidade no trimestre.

A safra de grãos da região totalizou 48,8 milhões de toneladas em 2009, de acordo com o LSPA de dezembro, do IBGE. A retração anual de 3,9% refletiu tanto o recuo de 8,3% registrado na lavoura de milho, consistente com a redução na área plantada decorrente do ambiente de preços deprimidos e estoques elevados na época do plantio, quanto o decréscimo de 0,6% assinalado na produção de soja, que evidenciou o impacto mais acentuado das condições climáticas adversas, sobretudo no Mato Grosso do Sul, em relação ao derivado do aumento da área ocupada pelo grão.

De acordo com o terceiro prognóstico para a safra de 2010, do IBGE, realizado em dezembro, a produção de grãos do Centro-Oeste deverá decrescer 0,3% no ano, registrando retração de 13,3% na safra de milho, decorrente de nova redução na área plantada, e aumento de 7,3% na produção de soja.

Os abates de bovinos processados em estabelecimentos fiscalizados pelo SIF, equivalendo a aproximadamente 96% dos realizados na região, decresceram 5,7% nos onze primeiros meses do ano, em relação a igual período de 2008, trajetória compatível com o impacto da evolução dos preços sobre a oferta de animais. Os abates de suínos e de aves aumentaram, na ordem, 2,2% e 15,9% no período.

Gráfico 3.5 – Abates de animais – Centro-Oeste
Média móvel trimestral
2005 = 100



Fonte: Mapa

Tabela 3.5 – Balança comercial – FOB
Janeiro-dezembro

US$ milhões

Discriminação	Centro-Oeste			Brasil
	2008	2009	Var. %	Var. %
Exportação	14 163	14 026	-1,0	-22,7
Importação	9 089	7 425	-18,3	-26,3
Saldo	5 074	6 601	30,1	2,5
Corrente de comércio	23 251	21 450	-7,7	-24,4

Fonte: MDIC/Secex

Tabela 3.6 – Exportação por fator agregado
Janeiro-dezembro

US$ milhões

Discriminação	Centro-Oeste			Brasil
	2008	2009	Var. %	Var. %
Total	14 163	14 026	-1,0	22,7
Básicos	12 211	12 059	-1,2	-15,2
Industrializados	1 951	1 967	0,8	-26,6
Semimanufaturados	1 330	1 520	14,2	-24,3
Manufaturados[1/]	621	447	-28,0	-27,9

Fontes: MDIC/Secex e BCB/Depec-MG
1/ Inclui operações especiais.

Tabela 3.7 – Importação por categoria de uso
Janeiro-dezembro

US$ milhões

Discriminação	Centro-Oeste			Brasil
	2008	2009	Var. %	Var. %
Total	9 089	7 425	-18,3	-26,2
Bens de consumo	1 968	2 286	16,2	-4,5
Duráveis	838	1 046	24,8	-8,6
Não duráveis	1 129	1 239	9,8	0,9
Bens intermediários	3 649	2 457	-32,7	-28,2
Bens de capital	756	1 043	38,0	-17,4
Comb. e lubrificantes	2 716	1 639	-39,7	-46,8

Fontes: MDIC/Secex e BCB/Depec-MG

Considerada a mesma base de comparação, as exportações de carnes de bovinos e de aves apresentaram decréscimos respectivos de 23,8% e 7,9%, evolução decorrente de variações, na ordem, de -19,6% e -15,1% nos preços em dólar e de -5,3% e 8,9% no *quantum* exportado. As exportações de carne suína permaneceram estáveis, com a redução de 29,9% registrada nos preços sendo neutralizada pelo aumento de 43,2% no volume, com ênfase no crescimento das exportações para África e Ásia.

O superávit comercial do Centro-Oeste cresceu 30,1% em 2009, totalizando US$6,6 bilhões, resultado de reduções de 1% nas exportações e de 18,3% nas importações, que atingiram, na ordem, US$14 bilhões e US$7,4 bilhões no ano.

A evolução das vendas externas decorreu de variações de 11,2% no *quantum* e de -11,5% nos preços. Os embarques de produtos básicos, com participação de 86% nas vendas anuais, decresceram 1,2%, impactados pelos recuos relativos a minério de ferro, 57,5%; minério de cobre, 34,2%; e carne bovina, 21,2%, que contrastaram com o desempenho favorável das vendas de milho, 23,6%; e de farelo de soja, 11,2%. As exportações de produtos semimanufaturados registraram elevação anual de 14,2%, com ênfase nas expansões relativas a açúcar em bruto, 337,2%; e ouro não monetário, 82,6%, enquanto as vendas de manufaturados recuaram 28%, ressaltando-se o impacto dos declínios nas referentes a adubos e fertilizantes, 78,6%; carnes de frango em preparações e conservas, 64,3%; e óleo de soja refinado, 59,5%, parcialmente neutralizado pelo crescimento de 77,4% nas vendas de açúcar refinado. Vale ressaltar que as exportações associadas ao segmento agroindustrial corresponderam a 92% do total e registraram estabilidade no ano. Os embarques da região destinados à China, Holanda, Espanha, Rússia, Irã e Tailândia representaram 51% do total das vendas externas no ano.

A redução das importações resultou de decréscimos de 8,5% nos preços e de 10,7% no *quantum*. As aquisições de bens intermediários, equivalentes a um terço do total das compras anuais da região, registraram recuo de 32,7%, com destaque para a redução de 47,6% nas relativas a adubos e fertilizantes. As importações de bens de consumo, impactadas pelos aumentos nas referentes a automóveis, 31,1%; e a produtos farmacêuticos, 14,4%, elevaram-se 16,2%, enquanto as relativas a bens de capital, traduzindo os investimentos realizados na indústria de papel da região, aumentaram 38%. Adicionalmente, as aquisições de combustíveis e lubrificantes decresceram 39,7%,

trajetória consistente tanto com a desaceleração da atividade econômica quanto com a substituição de fontes de energia, que provocaram recuo de 40,6% nas importações de gás natural. Bolívia, EUA, Coreia do Sul, Alemanha, Japão e China foram responsáveis, em conjunto, por 62% das compras anuais da região.

Tabela 3.8 – Evolução do emprego formal – Centro-Oeste
Novos postos de trabalho

Acumulado no trimestre (em mil)[1/]

Discriminação	2008	2009			
	Nov	Fev	Mai	Ago	Nov
Total	-0,5	-35,3	41,7	36,5	20,2
Ind. de transformação	-10,0	-11,8	15,0	7,1	0,9
Comércio	10,8	-5,9	0,1	7,7	14,5
Serviços	11,5	2,4	14,3	3,1	11,8
Construção civil	-2,5	-10,5	6,1	9,2	-0,5
Agropecuária	-9,4	-7,8	5,5	9,0	-6,0
Serv. ind. de util. pública	0,1	-0,6	0,1	0,0	-0,2
Outros[2/]	-1,0	-1,1	0,6	0,4	-0,3

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outras.

Tabela 3.9 – IPCA – Centro-Oeste

Variação % trimestral

Discriminação	Pesos[1/]	2008	2009		
		Ano	III Tri	IV Tri	Ano
IPCA	100,0	5,39	0,54	1,36	4,16
Livres	69,4	6,41	0,51	1,03	3,65
Comercializáveis	30,7	6,06	-0,10	0,38	1,37
Não comercializáveis	38,8	6,70	1,00	1,56	5,51
Monitorados	30,6	3,11	0,63	2,09	5,33
Principais itens					
Alim. e bebidas	19,0	10,89	0,10	0,15	1,53
Habitação	14,3	4,36	1,09	0,49	5,57
Art. de residência	3,6	1,81	0,86	0,85	2,06
Vestuário	7,2	6,16	-0,36	2,86	4,52
Transportes	21,6	2,17	0,26	3,26	3,22
Saúde	10,7	4,92	0,67	1,11	5,95
Desp. pessoais	9,8	7,60	1,16	1,50	8,33
Educação	8,1	6,32	1,47	0,14	6,47
Comunicação	5,6	0,73	0,01	0,76	0,67

Fonte: IBGE

1/ Referentes a dezembro de 2009.

A evolução do mercado de trabalho no Centro-Oeste seguiu favorecida pelo processo de retomada da atividade registrado na região. Nesse sentido, de acordo com o Caged/MTE foram criados, na região, 20,2 mil empregos formais no trimestre encerrado em novembro, ante 36,5 mil naquele finalizado em agosto, contrastando com a eliminação de 0,5 mil postos observada em igual período de 2008. O resultado trimestral refletiu as contratações efetuadas no comércio, 14,5 mil, e no setor de serviços, 11,8 mil, enquanto, em sentido inverso, evidenciando a sazonalidade do período, foram extintos 6 mil empregos formais na agropecuária. Considerando as unidades da Federação, foram geradas 9,4 mil vagas no Distrito Federal, 5,9 mil em Goiás e 5,8 mil no Mato Grosso do Sul, contrastando com a eliminação de 0,9 mil postos de trabalho assinalada em Mato Grosso. O nível de emprego aumentou 1,2% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, quando se elevara 0,6%, no mesmo tipo de comparação, considerados dados dessazonalizados.

A inflação na região, considerada a variação do IPCA[5], atingiu 4,16% em 2009, ante 5,39% no ano anterior, acompanhando a evolução do indicador nacional e traduzindo o impacto mais intenso da desaceleração, de 6,41% para 3,65%, assinalada na variação dos preços livres, em relação ao decorrente da aceleração, de 3,11% para 5,33%, registrada na relativa aos preços monitorados. Ressalte-se que o desempenho dos preços livres refletiu, fundamentalmente, o recuo de 4,69 p.p. observado na variação dos preços dos itens comercializáveis, que evidenciou, em especial, a desaceleração de 10,89% para 1,53% registrada no âmbito do grupo alimentação e bebidas.

O nível de preços na região, considerada a variação do IPCA, atingiu 1,36% no trimestre encerrado em dezembro, ante 0,54% naquele finalizado em setembro, evolução decorrente de acelerações nas variações dos preços livres, de 0,51% para 1,03%, e dos preços monitorados, de 0,63% para 2,09%, esta impulsionada, em especial, pelos aumentos nos preços dos itens gasolina, 2,77%, e passagens de avião 47,46%. O comportamento dos preços livres refletiu

5/ O IPCA abrange, na região, as cidades de Brasília e Goiânia.

os aumentos registrados nas variações dos preços dos itens comercializáveis, de -0,10% para 0,38%, com destaque para o crescimento de 2,86% no grupo vestuário, e dos itens não comercializáveis, de 1,00% para 1,56%. O índice de difusão, evidenciando a maior disseminação da inflação na região, atingiu 57% no trimestre encerrado em dezembro, ante 47,6% naquele encerrado em setembro.

O dinamismo do agronegócio e do setor de serviços, particularmente o comércio varejista, determinante para a sustentação da economia da região em 2009, deverá se manter no decorrer de 2010. Contribuem para essa perspectiva a previsão de crescimento na produção de soja e o cenário favorável à atividade sucroalcooleira, concorrendo para retomada de projetos de investimentos no setor. Paralelamente, a continuidade de crescimento do crédito, do emprego e da renda regional seguem estimulando o consumo, com impactos positivos sobre o setor de serviços e a atividade varejista, repercutindo também na dinâmica inflacionária.

Região Sudeste

4

Gráfico 4.1 – Índice de Atividade Econômica Regional – Sudeste (IBCR-SE)
Dados dessazonalizados
2002 = 100

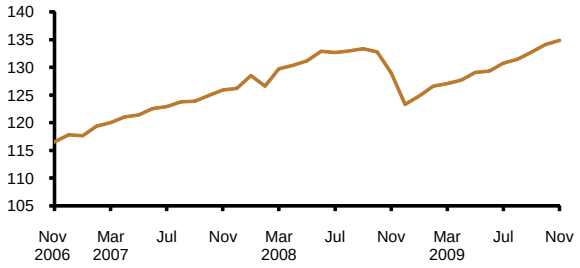
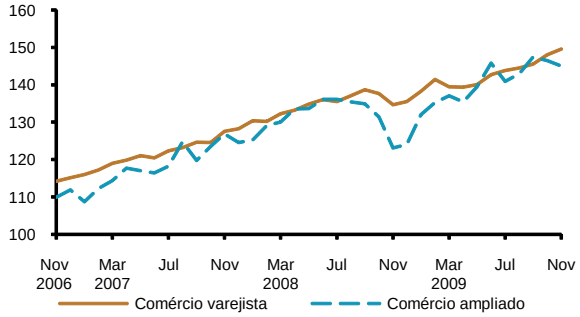


Gráfico 4.2 – Comércio varejista – Sudeste
Dados dessazonalizados
2004 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 4.1 – Comércio varejista – Sudeste
Geral e setores selecionados

Variação % no período

Setores	2008	2009		
		Ago[2/]	Nov[2/]	12 meses
Comércio varejista	10,5	2,9	2,8	5,8
Combustíveis e lubrificantes	12,7	-3,1	3,7	0,8
Hiper, supermercados	6,6	2,5	2,9	8,2
Tecidos, vestuário e calçados	7,9	5,2	-1,5	-5,7
Móveis e eletrodomésticos	17,5	7,4	7,2	1,1
Comércio ampliado	10,6	4,3	2,1	6,1
Automóveis e motocicletas	12,4	7,1	5,8	9,1
Material de construção	6,9	0,7	1,9	-5,7

Fonte: IBGE
1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

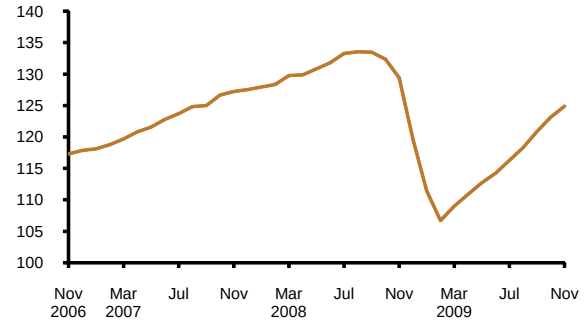
A evolução recente dos indicadores econômicos relativos ao Sudeste se constitui em indicativo importante da consistência do processo de retomada da atividade observado na região, ressaltando-se os impactos relevantes da recuperação da atividade industrial sobre a ampliação das vendas do comércio e da geração de empregos. Nesse cenário, o IBCR-SE cresceu 2,6% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, considerados dados dessazonalizados. Vale ressaltar que essa recuperação econômica, em cenário de retomada ainda incipiente da demanda externa, se traduziu em redução do superávit comercial da região, bem como em inflexão da dinâmica inflacionária.

As vendas varejistas aumentaram 2,8% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, quando haviam crescido 2,9%, no mesmo tipo de comparação, considerados dados dessazonalizados da PMC, do IBGE. Destacaram-se, no período, os aumentos registrados nos segmentos móveis e eletrodomésticos, 7,2%, e combustíveis e lubrificantes, 3,7%. As vendas de veículos e motocicletas aumentaram 5,8% e as relativas a material de construção, 1,9%, proporcionando expansão de 2,1% no comércio ampliado, no trimestre.

Considerados períodos de doze meses, as vendas no varejo elevaram-se 5,8% em novembro, em relação a igual intervalo de 2008, com ênfase no dinamismo do segmento supermercados, hipermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, com alta de 8,2% beneficiada pela expansão da renda real. O comércio ampliado, traduzindo o impacto das variações respectivas de 9,1% e -5,7% assinaladas nas vendas de veículos e de material de construção, cresceu 6,1%, no período.

A produção industrial do Sudeste cresceu 5,6% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, quando havia aumentado 5% no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da

Gráfico 4.3 – Produção industrial – Sudeste
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral



Fonte: IBGE

Tabela 4.2 – Produção industrial – Sudeste
Geral e setores selecionados

Variação % no período

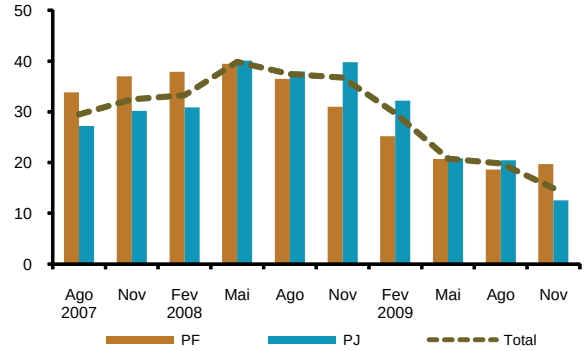
Setores	Pesos[1/]	2009		
		Ago[2/]	Nov[2/]	Ac. 12 meses
Indústria geral	100,0	5,0	5,6	-11,4
Indústria extrativa	7,0	8,1	5,1	-17,5
Indústria da transformação	93,0	4,1	5,4	-11,0
Veículos automotores	12,1	9,5	9,9	-16,4
Alimentos	9,3	-3,8	1,7	1,0
Metalurgia básica	8,3	17,6	9,5	-26,3
Refino de petróleo e álcool	7,6	-2,6	-1,6	-0,9
Máquinas e Equipamentos	7,0	7,9	16,5	-29,8
Outros produtos químicos	6,9	9,4	0,7	-8,8

Fonte: IBGE

1/ Ponderação das atividades na indústria conforme a PIM-PF/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 4.4 – Evolução do saldo das operações de crédito[1/] – Sudeste
Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R$5 mil.

PIM-PF, do IBGE, resultado que traduziu aumentos respectivos de 5,4% e 5,1% nas indústrias de transformação e de extrativa. Evidenciando a disseminação do movimento de recuperação no setor, dezenove das 23 atividades pesquisadas registraram variação positiva no período, com destaque para os aumentos relativos aos segmentos máquinas e equipamentos, 16,5%, e veículos automotores, 9,9%, que contrastaram com os recuos observados nas indústrias de refino de petróleo e produção de álcool, 1,6%, e farmacêutica, 2,1%.

Considerados períodos de doze meses, a indústria da região registrou retração de 11,4% em novembro, em relação a igual intervalo de 2008, assinalando recuperação em relação à retração de 12% observada em outubro. Ocorreram resultados negativos em dezesseis das 23 atividades pesquisadas, com ênfase nos relativos aos segmentos máquinas e equipamentos, 29,8%, e metalurgia básica, 26,3%. Ressalte-se que indústrias importantes que haviam apresentado, nessa base de comparação, retrações na maior parte de 2009 registraram variações positivas em novembro, a exemplo da expansão de, igualmente, 0,9% observada nos segmentos alimentos e bebidas e perfumaria e produtos de limpeza.

O Índice de confiança do Empresário Industrial (Icei), divulgado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), segue evidenciando a recuperação da atividade e da confiança dos empresários. O indicador atingiu 65,8 pontos em outubro, ante 58,6 pontos em julho, registrando aumentos de 12,9 pontos no componente que avalia a situação atual da economia e de 4,2 pontos naquele que considera as expectativas.

A recuperação gradual da atividade econômica, em especial da produção industrial, e o aumento do emprego formal influenciaram positivamente a demanda por empréstimos na região Sudeste no trimestre encerrado em novembro de 2009. Nesse sentido, o saldo das operações de crédito superiores a R$5 mil, representando 57,4% do volume total de crédito do país, totalizou R$708,1 bilhões em novembro, elevando-se 4,4% em relação a agosto e 14,9% em doze meses. Os empréstimos para pessoas físicas totalizaram R$244,8 bilhões, elevando-se 5,1% no trimestre e 19,7% em doze meses, enquanto os contratados no segmento de pessoas jurídicas atingiram R$463,3 bilhões, aumentando, na ordem, 4,1% e 12,6%.

A inadimplência do sistema financeiro atingiu 3,7% em novembro, ante 3,8% em agosto, sendo que os atrasos acima de noventa dias, relativos aos segmentos de pessoas

Tabela 4.3 – Desembolsos do BNDES – Sudeste

Discriminação	Var. % acum. 12 meses				2009	
	2006	2007	2008	2009	R$ milhões	Part.(%)
Sudeste	16,8	39,9	10,4	49,8	68 842	54,1
Brasil	14,9	37,4	28,8	49,3	127 237	100,0

Fonte: BNDES

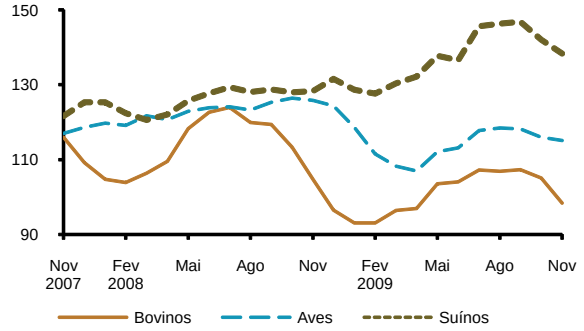
Tabela 4.4 – Produção agrícola – Sudeste
Itens selecionados

Em mil toneladas

Discriminação	Peso[1/]	Produção[2/]		Var. %
		2008	2009	2009/2008
Grãos		17 594	17 174	-2,4
Arroz (em casca)	0,4	236	216	-8,6
Feijão	4,8	891	952	6,9
Milho	9,8	11 408	10 934	-4,2
Soja	6,4	4 013	4 058	1,1
Outras lavouras				
Café	20,2	2 307	2 027	-12,1
Banana	2,2	2 106	2 210	4,9
Cana-de-açúcar	30,1	449 871	470 617	4,6
Laranja	9,9	15 072	15 211	0,0
Tomate	3,0	1 562	1 494	-4,4

Fonte: IBGE
1/ Por valor da produção – PAM 2008.
2/ Estimativa segundo o LSPA de dezembro de 2009.

Gráfico 4.5 – Abates de animais – Sudeste
Média móvel trimestral
2005 = 100



Fonte: Mapa

físicas e de pessoas jurídicas, totalizaram, na ordem, 5,4% e 2,7%.

Os empréstimos do BNDES destinados ao financiamento de investimentos na região aumentaram 49,8% no período de doze meses encerrado em outubro, em relação ao mesmo período do ano anterior, representando 54% dos desembolsos efetuados pela instituição.

A safra de grãos da região registrou, de acordo com o LSPA de dezembro do IBGE, recuo anual de 2,4% em 2009, atingindo 17,2 milhões de toneladas e representando 12,8% da produção nacional. A retração registrada na produção agrícola do Sudeste reflete, em grande parte, o recuo de 4,2% observado na colheita de milho, principal cultura da região, que, evidenciando o cenário de elevados estoques ao final de 2008 e preços deprimidos na época do plantio[6], ocupou área 4,3% menor do que em 2008. Adicionalmente, a cultura de soja totalizou 4,1 milhões de toneladas, elevando-se 1% no ano, enquanto a safra de cana-de-açúcar, estimulada pela evolução das cotações do açúcar, cresceu 4,6%. Em sentido inverso, a produção de café, em ciclo bianual de baixa produtividade, decresceu 12,1%.

De acordo com o terceiro prognóstico do IBGE, a safra de grãos do Sudeste deverá totalizar 16,3 milhões de toneladas em 2010, registrando recuo anual de 4,9%. Essa estimativa considera retração de 8,8% na produção de milho e aumento de 7,6% na relativa a soja, ressaltando-se que essa cultura, evidenciando a evolução dos preços relativos da *commodity*, passará a ocupar áreas destinadas anteriormente ao cultivo de milho, algodão e arroz.

Os abates de bovinos, aves e suínos registraram variações respectivas de -10,4%, -7,9% e 9% nos onze primeiros meses do ano, em relação a igual período de 2008, de acordo com estatísticas do Mapa referentes a estabelecimentos inspecionados pelo SIF, que abrangem, na ordem, 79%, 91% e 76% dos abates da região.

O superávit da balança comercial da região Sudeste totalizou US$7,1 bilhões em 2009, ante US$10,7 bilhões no ano anterior, resultado das retrações assinaladas nas exportações, 25,8%, e nas importações, 24,9%, que somaram, na ordem, US$82 bilhões e US$75 bilhões.

6/ Segundo o índice de preços de *commodities* agrícolas do Fundo Monetário Internacional, a cotação média do milho recuou 12,3% em 2008. Embora tenha aumentado 4,1% em 2009, permanece em patamar 8,7% inferior ao assinalado em dezembro de 2007.

Tabela 4.5 – Exportação por fator agregado – FOB
Janeiro-dezembro

US$ milhões

Discriminação	Sudeste			Brasil
	2008	2009	Var. %	Var. %
Total	110 570	82 012	-25,8	22,7
Básicos	33 800	25 984	-23,1	-15,2
Industrializados	76 770	56 028	-27,0	-26,6
Semimanufaturados	14 176	11 399	-19,6	-24,3
Manufaturados[1/]	62 594	44 628	-28,7	-27,9

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 4.6 – Importação por categoria de uso – FOB
Janeiro-dezembro

US$ milhões

Discriminação	Sudeste			Brasil
	2008	2009	Var. %	Var. %
Total	99 861	74 957	-24,9	-26,2
Bens de consumo	11 907	11 844	-0,5	-4,5
Duráveis	5 427	5 380	-0,9	-8,6
Não duráveis	6 481	6 464	-0,3	0,9
Bens intermediários	47 715	35 081	-26,5	-28,2
Bens de capital	24 093	19 057	-20,9	-17,4
Comb. e lubrificantes	16 146	8 975	-44,4	-46,8

Fonte: MDIC/Secex

Tabela 4.7 – Evolução do emprego formal – Sudeste
Novos postos de trabalho

Acumulado no trimestre (em mil)[1/]

Discriminação	2008	2009			
	Nov	Fev	Mai	Ago	Nov
Total	93,9	-486,8	249,4	243,4	318,3
Ind. de transformação	-8,3	-246,3	19,3	22,2	90,2
Comércio	97,3	-47,5	0,2	58,4	120,6
Serviços	109,0	-48,9	91,3	78,3	126,4
Construção civil	5,8	-30,4	27,5	38,0	26,5
Agropecuária	-107,4	-104,5	101,4	42,2	-51,0
Serv. ind. de util. pública	-0,4	1,2	0,3	0,6	0,7
Outros[2/]	-2,1	-10,4	9,4	3,8	4,9

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outras.

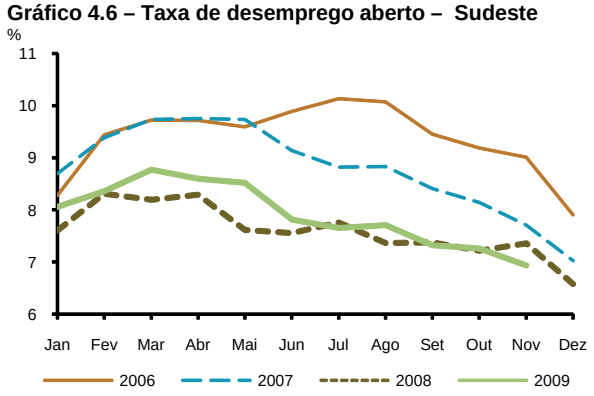
A evolução das vendas externas, traduzindo reduções de 14,1% nos preços e de 13,6% no *quantum* exportado, refletiu a ocorrência de recuos anuais generalizados nas exportações em todas as categorias de fator agregado. Os embarques de produtos manufaturados decresceram 28,7% no ano, com ênfase nas retrações observadas nos relativos a combustíveis, 43,2%, e a produtos automotivos, 38,1%. As exportações de produtos básicos, impactadas pelas retrações registradas nas relativas a petróleo em bruto, 32,2%, e a minério de ferro, 22,3%, decresceram 23,1%, enquanto os embarques de produtos semimanufaturados recuaram 19,6%, com destaque para os recuos nas vendas de ferro fundido, 69%, e outros produtos semimanufaturados de ferro ou aço, 53,4%. Os produtos direcionados aos EUA, China, Argentina, Holanda e Alemanha representaram, em conjunto, 40,7% das exportações da região.

A retração das importações, evidenciando recuos de 8,8% nos preços e de 17,7% na quantidade importada, decorreu de decréscimos nas compras em todas as categorias de uso. As aquisições de combustíveis e lubrificantes decresceram 44,4%, com destaque para o recuo de 43,3% nas relativas a óleos brutos de petróleo, seguindo-se as reduções nas compras de bens intermediários, 26,5%, influenciada pelo decréscimo nas relativas a enxofre a granel, 79%, e outros cloretos de potássio, 55%, e nas importações de bens de capital, 20,9%, com ênfase nos recuos nas compras de outras partes para aparelhos de transmissão e recepção de voz, 53,7%, e dispositivos de cristais líquidos, 36,3%. As importações de bens de consumo decresceram 0,5%, no período. EUA, China e Alemanha constituíram-se nos principais mercados de origem das importações, com participação de 41,5%.

A evolução do mercado de trabalho segue consistente com o processo de retomada da atividade econômica observado na região. De acordo com o Caged/MTE, foram criados 318,3 mil empregos formais no trimestre encerrado em novembro, dos quais 126,4 mil no setor de serviços e 120,6 mil no comércio, ante geração líquida de 93,9 mil postos de trabalho em igual trimestre de 2008. Considerados dados dessazonalizados, o nível do emprego formal cresceu 1,4% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto.

A taxa média de desemprego das regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte situou-se, em 7,2% no trimestre encerrado em novembro, ante 7,3% em igual período de 2008, segundo a PME, do IBGE, refletindo estabilidade no pessoal ocupado

Gráfico 4.6 – Taxa de desemprego aberto – Sudeste



Fonte: IBGE

Tabela 4.8 – IPCA – Sudeste

Variação %

Discriminação	Pesos[1/]	2008	2009		
			III Tri	IV Tri	Ano
IPCA	100,0	5,72	0,69	1,09	4,41
Livres	69,6	6,75	0,39	0,97	4,40
Comercializáveis	30,2	6,67	-0,20	0,48	2,45
Não comercializáveis	39,4	6,83	0,84	1,39	6,02
Monitorados	30,4	3,52	1,40	1,42	4,47
Principais itens					
Alimentação	21,8	10,71	0,26	0,70	3,95
Habitação	13,6	5,06	2,73	0,64	5,68
Art. residência	4,2	2,67	-0,05	1,90	3,91
Vestuário	6,1	8,13	0,46	1,89	6,66
Transportes	19,8	2,18	0,21	1,95	3,00
Saúde	10,5	6,13	0,83	0,64	5,44
Despesas pessoais	10,4	7,15	0,74	1,38	7,88
Educação	7,4	3,77	1,09	0,20	6,01
Comunicação	6,2	2,37	0,12	0,73	1,05

Fonte: IBGE

1/ Referentes a dezembro de 2009.

e recuo de 0,1% na PEA. O rendimento médio habitual e a massa salarial registraram aumentos reais de, igualmente, 2,2%, na mesma base de comparação. Considerados dados dessazonalizados, a taxa média de desemprego atingiu 7,5% no trimestre encerrado em novembro, ante 7,7% naquele finalizado em agosto.

A inflação da região Sudeste, medida pelo IPCA, do IBGE, atingiu 1,09% no trimestre encerrado em dezembro, ante 0,69% naquele terminado em setembro, evolução decorrente, fundamentalmente, da aceleração, de 0,39% para 0,97%, registrada na variação dos preços livres. Ressalte-se que a trajetória dos preços nesse grupo de bens decorreu de acelerações nas variações dos preços dos produtos não comercializáveis, de 0,84% para 1,39%, e dos comercializáveis, de -0,2% para 0,48%. A variação dos preços monitorados manteve-se estável, no período. O índice de difusão, evidenciando maior disseminação dos reajustes de preços, aumentou 2,3 p.p. no trimestre, situando-se em 51,8%.

A inflação na região atingiu 4,41% no ano, ante 5,72% em 2008, resultado de desaceleração, de 6,75% para 4,4%, na variação dos preços livres e de aceleração, de 3,52% para 4,47%, na relativa aos monitorados. O desempenho dos preços livres refletiu as desacelerações assinaladas nas variações dos preços dos bens comercializáveis, de 6,67% para 2,45%, e dos não comercializáveis, de 6,83% para 6,02%. Entre os principais grupos, a variação dos preços da alimentação recuou de 10,71% para 3,95%, contrastando com a aceleração, de 3,77% para 6,01%, registrada na referente aos preços da educação.

Os indicadores favoráveis em relação ao desempenho econômico da região em 2010 incorporam as perspectivas de continuidade do processo de recuperação industrial iniciado no segundo semestre de 2009, em especial em setores que registram patamar de produção deprimido, como o complexo metal-mecânico, que detém participação expressiva na estrutura do setor na região. Contribuem, adicionalmente, para a consolidação desse cenário, os impactos sobre a demanda interna exercidos pelos aumentos do emprego, das operações de crédito e dos desembolsos do BNDES para investimentos na região. Por outro lado, a aceleração inflacionária observada nos últimos meses requer atento monitoramento, visto que pode sinalizar tendência de desvio em relação à trajetória de metas.

Minas Gerais

A recuperação da demanda interna no segundo semestre de 2009, em ambiente de aumento contínuo do consumo privado, retomada mais expressiva dos investimentos, inflação em trajetória decrescente e melhora expressiva nos indicadores de expectativas de empresários e consumidores, têm favorecido a retomada da atividade econômica em Minas Gerais. Nesse contexto, o Índice de Atividade Econômica Regional – Minas Gerais (IBCR-MG) cresceu 2,7% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, quando registrou elevação de 2,2%, na mesma base de comparação, considerados dados dessazonalizados.

O comércio varejista no estado, favorecido pelo aumento assinalado na massa salarial e pela intensificação das operações de crédito no segmento de pessoas físicas, registrou crescimento de 2,2% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, considerados dados dessazonalizados da PMC, do IBGE. A trajetória do comércio no período, repetindo a expansão registrada no trimestre encerrado em agosto, refletiu, em parte, os aumentos observados nas vendas de supermercados e hipermercados, 2,1%, e de móveis e eletrodomésticos, 2%. Incorporados os crescimentos respectivos de 6% e 4,4% assinalados nas vendas de veículos e de materiais de construção, o comércio ampliado do estado aumentou 3,2%, no período.

Considerados períodos de doze meses, as vendas no varejo elevaram-se 3,9% em novembro, em relação a igual intervalo de 2008, com ênfase na expansão de 5,6% registrada no segmento supermercados e hipermercados e no recuo de 3,4% no relativo a móveis e eletrodomésticos. Incluídos os aumentos observados nas vendas de veículos, 9,9%, e de materiais de construção, 1,8%, o comércio ampliado cresceu 5,6%, nesta base de comparação.

O faturamento real do comércio varejista na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) cresceu 3,8% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, quando crescera 2,6%, na mesma base de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da Federação do Comércio do Estado de Minas Gerais (Fecomércio Minas). Registraram-se, no trimestre, elevações respectivas de 4,8% e 7,8% no faturamento dos segmentos concessionárias de veículos e materiais de construção, contrastando com a retração de 1,3% assinalada no segmento de bens de consumo duráveis, excluídos veículos.

Gráfico 4.7 – Índice de Atividade Econômica Regional – Minas Gerais (IBCR-MG)
Dados dessazonalizados
2002 = 100

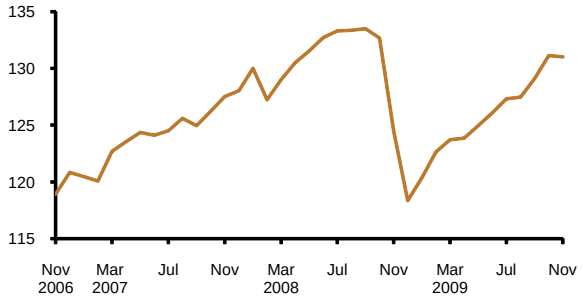
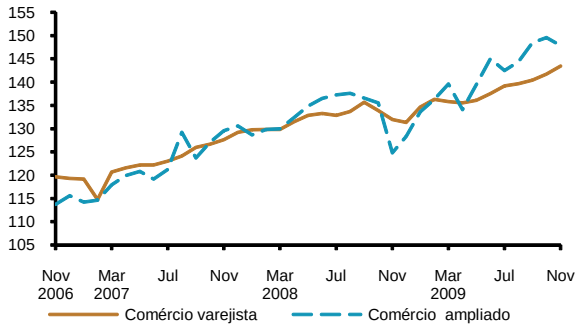


Gráfico 4.8 – Comércio varejista – MG
Dados dessazonalizados
2004 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 4.9 – Índice de vendas no varejo – Minas Gerais
Geral e setores selecionados

Variação % no período

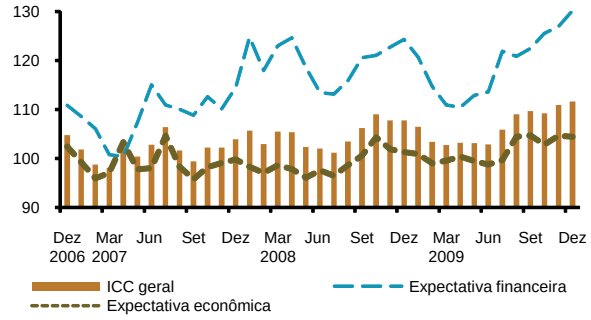
Setores	2008	2009		
		Ago[1/]	Nov[1/]	12 meses
Comércio varejista	7,6	2,2	2,2	3,9
Combustíveis e lubrificantes	12,7	-1,1	2,1	1,6
Hiper, supermercados	2,7	2,7	2,1	5,6
Tecidos, vestuário e calçados	4,2	2,9	-0,5	-1,7
Móveis e eletrodomésticos	14,2	5,2	2,0	-3,4
Comércio ampliado	9,1	4,5	3,2	5,6
Veículos e motos, partes e peças	12,9	10,1	6,0	9,9
Material de construção	7,1	8,8	4,4	1,8

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 4.9 – Índice de Confiança do Consumidor de Belo Horizonte – ICCBH

Janeiro de 2006 = 100



Fonte: Fecomércio e Ipead/UFMG

Tabela 4.10 – Produção industrial – Minas Gerais

Geral e setores selecionados

Variação % trimestral

Setores	Pesos[1/]	2009		
		Ago[2/]	Nov[2/]	Ac. 12 meses
Indústria geral	100,0	6,5	4,5	-16,6
Indústria extrativa	15,4	16,6	0,7	-30,7
Indústria de transformação	84,6	5,7	5,5	-14,0
Metalurgia básica	18,6	14,9	11,3	-29,9
Veículos automotores	16,5	6,0	6,8	-10,8
Alimentos	12,8	2,6	1,4	6,2
Minerais não metálicos	6,6	1,1	1,7	-7,4
Refino de petróleo e álcool	6,0	2,4	-2,0	-4,1

Fonte: IBGE

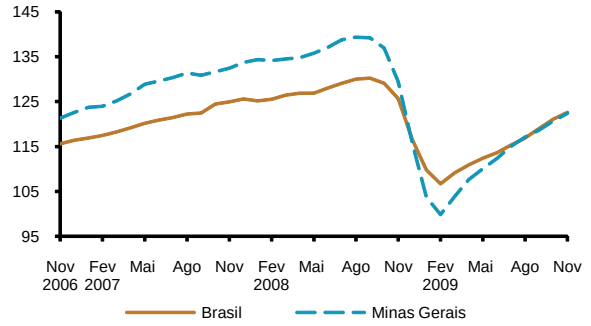
1/ Ponderação da atividade na indústria geral, conforme a PIM-PF/IBGE referente ao último mês disponível.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 4.10 – Produção industrial – MG

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral

2002 = 100



Fonte: IBGE

O Índice de Confiança do Consumidor de Belo Horizonte (ICCBH), divulgado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais (Ipead) e Fecomércio Minas, atingiu 52,7 pontos em dezembro, maior valor da série iniciada em maio de 2004. O aumento de 0,9 p.p. registrado pelo indicador em relação a setembro refletiu o acréscimo de 2,5 p.p. observado no componente expectativa econômica e o recuo de 0,2 p.p. naquele que avalia a expectativa financeira.

A produção industrial de Minas Gerais cresceu 4,5% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, quando havia aumentado 6,5%, no mesmo tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da PIM-PF, do IBGE. O aumento trimestral refletiu as expansões assinaladas na indústria extrativa, 0,7%, e na de transformação, 5,5%, esta evidenciando os desempenhos positivos observados nos segmentos metalurgia básica, 11,3%, e veículos automotores, 6,8%. A indústria do estado, interrompendo uma sequência de dez resultados mensais positivos, registrou recuo de 0,6% em novembro.

Considerados períodos de doze meses, a produção da indústria mineira recuou 16,6% em novembro, em relação a igual intervalo de 2008, traduzindo decréscimos de 31% na indústria extrativa e de 14% na de transformação. Vale mencionar que o desempenho negativo desse segmento refletiu, em especial, as retrações observadas nas atividades metalurgia básica, 29,9%, e veículos automotores, 10,8%, contrastando com os aumentos respectivos de 6,2% e 2,8% registrados nas indústrias de alimentos e de celulose, papel e produtos de papel.

O dinamismo, na margem, da indústria mineira, evidenciado na pesquisa do IBGE, ganha contornos mais nítidos a partir do exame de estatísticas da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg). Nesse sentido, o faturamento real da indústria aumentou 7,9% no trimestre finalizado em novembro, em relação ao encerrado em agosto, enquanto as horas trabalhadas na produção e o emprego industrial elevaram-se, na ordem, 3,4% e 2,1%. O Nuci atingiu 82% em novembro, elevando-se 0,2 p.p. no trimestre, mas mantendo-se em patamar 1,6 p.p. inferior ao de igual mês de 2008.

O Índice de Confiança do Empresário Industrial de Minas Gerais (Icei-MG), divulgado pela Fiemg, alcançou 67,7 pontos em outubro, recorde da série iniciada em julho de 2000, ante 58,5 pontos em julho. O desempenho favorável do indicador, que atingiu patamar dez pontos superior à sua

média histórica, refletiu os aumentos respectivos de quinze pontos e de 6,3 pontos assinalados nos componentes Índice de Condições Atuais e Índice de Expectativas.

O saldo das operações de crédito com valor superior a R$5 mil reais totalizou R$105,7 bilhões em novembro, elevando-se 3,1% no trimestre e 11,1% nos últimos doze meses. Os empréstimos contratados no segmento de pessoas físicas totalizaram R$45,8 bilhões, elevando-se 5% no trimestre e 20% em doze meses, enquanto os pactuados no âmbito das pessoas jurídicas somaram R$60 bilhões, aumentando, na ordem, 1,8% e 5,1%, nos períodos considerados.

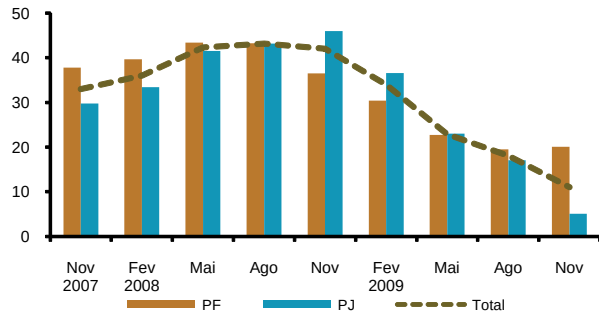
A inadimplência do crédito concedido pelo sistema financeiro no estado atingiu 3,8%, com ênfase no decréscimo registrado nos atrasos no segmento de pessoas físicas no trimestre encerrado em novembro. A inadimplência relativa aos empréstimos contratados por pessoas jurídicas manteve-se estável no período.

A safra de grãos do estado totalizou 10,4 milhões de toneladas em 2009, aumentando, de acordo com o LSPA de dezembro, do IBGE, 1,2% em relação ao ano anterior. Esse desempenho, contrastando com a retração de 8,3% assinalada em âmbito nacional, proporcionou que a participação de Minas Gerais na produção de grãos do país aumentasse 0,7 p.p., para 7,8%, no ano. A produção de soja, evidenciando o avanço desta cultura sobre áreas destinadas anteriormente ao plantio de milho, apresentou aumento anual de 7,2%, enquanto a produção de cana-de-açúcar elevou-se 21,8%. Em sentido inverso, a colheita de milho, principal lavoura de grãos do estado, recuou 1,1%, e a relativa ao café, em ciclo bianual de baixa produtividade, 15,4%.

O terceiro prognóstico para a safra 2010, divulgado pelo IBGE, indica que a produção mineira de grãos deverá recuar 3,3% em relação ao ano anterior. Esse resultado considera a estimativa de redução de 8,7% para a primeira safra de milho, perspectiva consistente com a redução na área destinada à cultura em decorrência do ambiente de preços depreciados, recuo nas exportações e aumento dos estoques. Em sentido oposto, está projetada expansão de 9,2% para a safra de soja.

Os abates de bovinos efetuados em estabelecimentos fiscalizados pelo SIF, correspondentes a aproximadamente 70% dos abates do estado, recuaram 7,9% nos onze primeiros meses do ano, em relação a igual período de 2008, enquanto os referentes a aves e a suínos cresceram 5,2% e

Gráfico 4.11 – Evolução do saldo das operações de crédito – Minas Gerais[1/]
Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R$5 mil.

Tabela 4.11 – Produção agrícola – Minas Gerais
Itens selecionados

Em mil toneladas

Discriminação	Pesos[1/]	Produção[2/]		Variação %
		2008	2009[1/]	2009/2008
Grãos	37,3	10 327	10 446	1,2
Arroz (em casca)	0,6	141	128	-8,7
Feijão	8,5	584	602	3,1
Milho	15,8	6 611	6 537	-1,1
Soja	10,9	2 566	2 751	7,2
Outras lavouras				
Cana-de-açúcar	9,6	47 915	58 337	21,8
Café	35,3	1 416	1 198	-15,4
Banana	2,3	536	620	15,7
Batata inglesa	4,2	1 206	1 131	-6,2
Laranja	1,6	584	750	28,4
Mandioca	2,7	889	864	-2,8

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2008.

2/ Estimativa segundo o LSPA de dezembro de 2009.

Tabela 4.12 – Prognósticos para 2010 – Minas Gerais
Itens selecionados

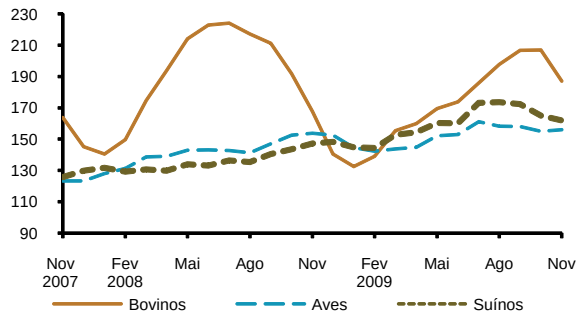
Em mil toneladas

Discriminação	Produção		Variação %
	2009	2010[1/]	2010/2009
Arroz (em casca)	128	122	-5,2
Feijão (1ª safra)	244	235	-3,8
Milho (1ª safra)	6 367	5 816	-8,7
Soja	2 751	3 004	9,2
Café	1 198	1 412	17,9

Fonte: IBGE

1/ Terceiro prognóstico, de dezembro de 2009.

Gráfico 4.12 – Abates de animais – Minas Gerais
Média móvel trimestral
2005 = 100



Fonte: Mapa

Tabela 4.13 – Exportação por fator agregado – FOB
Janeiro-dezembro

US$ milhões

Discriminação	Minas Gerais			Brasil
	2008	2009	Var. %	Var. %
Total	24 444	19 519	-20,2	22,7
Básicos	11 331	10 896	-3,8	-15,2
Industrializados	13 114	8 623	-34,2	-26,6
Semimanufaturados	6 332	3 999	-36,8	-24,3
Manufaturados[1/]	6 782	4 624	-31,8	-27,9

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 4.14 – Importação por categoria de uso – FOB
Janeiro-dezembro

US$ milhões

Discriminação	Minas Gerais			Brasil
	2008	2009	Var. %	Var. %
Total	10 481	7 350	-29,9	-26,2
Bens de consumo	1 021	1 204	17,9	-4,5
Duráveis	826	1 027	24,3	-8,6
Não duráveis	195	177	-9,3	0,9
Bens intermediários	5 570	3 301	-40,7	-28,2
Bens de capital	2 568	2 180	-15,1	-17,4
Comb. e lubrificantes	1 321	666	-49,6	-46,8

Fonte: MDIC/Secex

17,4%, respectivamente. A redução dos abates de bovinos refletiu a restrição da oferta de gado para corte, decorrente da deterioração contínua dos preços, que se situaram, em novembro, de acordo com o indicador Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz"/BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (Esalq/BM&FBOVESPA), no menor patamar desde dezembro de 2007.

As exportações mineiras de carne *in natura* de bovinos e de aves registraram recuos respectivos de 5,5% e 14,8% nos onze primeiros meses do ano, em relação a igual intervalo de 2008. Vale mencionar que essa trajetória refletiu a redução nas cotações em dólar destes produtos, que apresentaram, na ordem, elevações de 20,3% e 6,1% no *quantum* exportado, com ênfase nos embarques de carne bovina para a União Europeia. As vendas de carnes suínas, condicionadas pelo aumento de 96,5% na quantidade exportada, com destaque para o aumento dos embarques para a Europa Oriental, aumentaram 62,2% no período.

O superávit comercial do estado totalizou US$12,2 bilhões em 2009, reduzindo-se 12,9% no ano, conforme estatísticas da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), do MDIC. As exportações totalizaram US$19,5 bilhões e as importações US$7,4 bilhões, registrando decréscimos anuais respectivos de 20,2% e 29,9%.

A evolução anual das exportações, refletindo as reduções observadas nos preços, 10,8%, e no *quantum*, 10,5%, traduziu os recuos registrados nas vendas em todas as categorias de fator agregado. Os embarques de produtos básicos, que passaram a representar 56% da pauta do estado, ante 46% em 2008, decresceram 3,8% no ano, com ênfase no recuo de 7,7% observado nas exportações de minério de ferro. As vendas de produtos semimanufaturados, evidenciando os decréscimos nas relativas a ferro fundido, 73,3%; e a produtos semimanufaturados de ferro ou aço, 61,7%, retraíram 36,8%, enquanto os embarques de manufaturados, impactados pelas reduções nos relativos a automóveis, 45,6%; e a fio-máquina e barras de ferro ou aço, 40,7%, recuaram 31,8%. China, Alemanha, EUA, Suíça, Japão e Argentina absorveram, em conjunto, 57% das exportações mineiras.

O desempenho negativo das compras externas refletiu as retrações assinaladas nos preços, 9,3%, e no *quantum* importado, 22,7%, ressaltando-se que, consideradas por categorias de uso, apenas as importações de bens de consumo, sensibilizadas pelo aumento de 49,2% nas

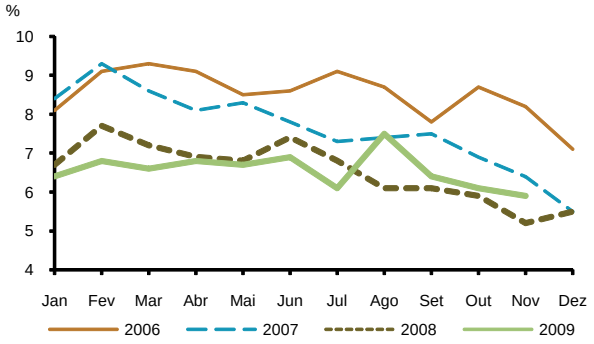
Tabela 4.15 – Evolução do emprego formal – Minas Gerais
Novos postos de trabalho

Acumulado no trimestre (em mil)[1/]

Discriminação	2008	2009			
	Nov	Fev	Mai	Ago	Nov
Total	-51,3	-115,7	62,5	57,2	48,3
Ind. de transformação	-3,3	-52,5	0,0	10,5	24,6
Comércio	23,2	-8,1	1,6	8,6	28,8
Serviços	9,2	-12,5	16,6	14,1	23,9
Construção civil	-3,1	-20,4	5,9	12,4	8,9
Agropecuária	-76,5	-19,7	37,6	11,1	-39,5
Serv. ind. de util. pública	-0,5	0,0	0,1	-0,2	0,2
Outros[2/]	-0,3	-2,7	0,8	0,7	1,5

Fonte: MTE
1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.
2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outras.

Gráfico 4.13 – Taxa de desemprego aberto – Belo Horizonte



Fonte: IBGE

Tabela 4.16 – IPCA – Belo Horizonte

Variação % trimestral

Discriminação	Pesos[1/]	2008	2009		
		Ano	III Tri	IV Tri	Ano
IPCA	100,0	5,34	0,45	1,21	4,68
Livres	68,3	7,46	0,55	1,06	4,58
Comercializáveis	32,4	7,59	0,05	0,22	2,40
Não comercializáveis	36,0	7,37	0,99	1,85	6,60
Monitorados	31,7	0,87	0,23	1,49	4,77
Principais itens					
Alim. e bebidas	22,7	10,48	-0,20	0,96	2,07
Habitação	13,6	-0,65	0,77	1,24	6,63
Art. de residência	4,1	3,86	0,34	1,14	4,17
Vestuário	6,6	3,47	1,21	1,44	6,46
Transportes	19,3	3,05	-0,04	2,17	4,25
Saúde	10,3	6,86	1,43	0,83	5,46
Despesas pessoais	10,5	8,92	1,29	1,48	7,82
Educação	7,0	5,51	0,43	0,01	6,93
Comunicação	6,0	2,52	-0,10	0,56	1,01

Fonte: IBGE
1/ Referentes a dezembro de 2009.

aquisições de automóveis, elevaram-se no ano, em 17,9%. As importações de combustíveis e lubrificantes retraíram-se em 49,6%, seguindo-se os recuos nas relativas a bens intermediários, 40,7%, e a bens de capital, 15,1%. EUA, Argentina, Alemanha, China, Itália e Japão forneceram, em conjunto, 66% das mercadorias importadas pelo estado.

A recuperação da economia mineira seguiu se traduzindo em aumento de oportunidades no mercado de trabalho. De acordo com o Caged/MTE, foram criados 48,3 mil empregos em Minas Gerais no trimestre finalizado em novembro, ante 57,2 mil naquele finalizado em agosto, dos quais 28,8 mil no comércio, 24,6 mil na indústria de transformação e 23,9 mil no setor de serviços. Em sentido oposto, refletindo, principalmente, a sazonalidade do período, foram eliminados 39,5 mil postos de trabalho na agropecuária. Ressalte-se que 67% dos postos de trabalho criados no estado, no trimestre, situam-se na RMBH. Considerados dados dessazonalizados, o nível do emprego formal no estado cresceu 1,7% no trimestre encerrado em novembro.

A taxa média de desemprego na RMBH atingiu, de acordo com a PME, do IBGE, 6,1% no trimestre encerrado em novembro, ante 5,7% em igual período de 2008, enquanto o rendimento médio real habitualmente recebido e a massa salarial das pessoas ocupadas na RMBH aumentaram, na ordem, 1,4% e 2,7%, na mesma base de comparação.

A variação do IPCA da RMBH atingiu 1,21% no trimestre encerrado em dezembro, ante 0,45% naquele finalizado em setembro. Esta trajetória refletiu as acelerações observadas nas variações relativas aos preços livres, de 0,55% para 1,06%, com ênfase nas altas nos itens empregado doméstico, produtos *in natura*, alimentação fora do domicílio e aluguel e condomínio; aos preços monitorados, de 0,23% para 1,49%, influenciada, em especial, pelo aumento da gasolina. O índice de difusão atingiu 46,3% no trimestre encerrado em dezembro, ante 44,3% naquele encerrado em setembro.

A inflação da RMBH, acompanhando a evolução do indicador nacional, atingiu 4,68% em 2009, ante 5,34% no ano anterior. A desaceleração registrada no período traduziu, em especial, o comportamento dos preços dos itens livres, que, após elevarem-se 7,46% em 2008, aumentaram 4,58% em 2009, trajetória associada, em grande parte, ao arrefecimento, de 7,59% para 2,40%, assinalado na variação dos preços dos bens comercializáveis. Os preços monitorados aumentaram 4,77% em 2009, ante 0,87% no ano anterior, aceleração associada, em grande parte, ao

aumento de 4,32% assinalado nas tarifas de energia elétrica residencial, que, em função da revisão tarifária quinquenal promovida pela Aneel, haviam recuado 17,22% em 2008.

A recuperação experimentada pela economia no estado no segundo semestre de 2009, em ambiente de ampliação do emprego e da oferta de crédito, e de recuperação da confiança dos consumidores e empresários se constitui em indicativo relevante de consolidação dessa retomada nos próximos meses. Ressalte-se ainda, entre aspectos que favorecem essa perspectiva, a melhoria nas expectativas referentes à recuperação da economia mundial, que canaliza parte relevante da produção industrial do estado. Cabe assinalar, contudo, que tal retomada de atividade vem sendo acompanhada por sensível aceleração da inflação.

Rio de Janeiro

Gráfico 4.14 – Índice de Atividade Econômica Regional – Rio de Janeiro (IBCR-RJ)
Dados dessazonalizados
2002 = 100

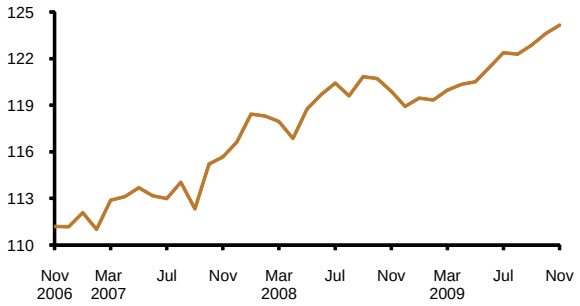
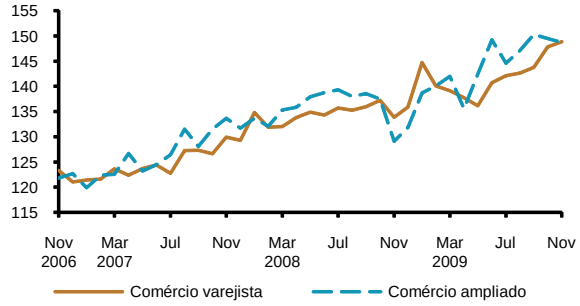


Gráfico 4.15 – Comércio varejista – Rio de Janeiro
Dados dessazonalizados
2003 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 4.17 – Índice de vendas no varejo – Rio de Janeiro
Geral e setores selecionados

Variação % no período

Setores	2008	2009		
		Ago[1/]	Nov[1/]	12 meses
Comércio varejista	7,6	3,0	3,5	5,5
Combustíveis e lubrificantes	9,5	-5,2	4,4	-1,7
Hiper, supermercados	4,5	2,2	3,9	5,8
Tecidos, vestuário e calçados	2,6	0,4	-3,3	-12,8
Móveis e eletrodomésticos	11,9	7,3	10,8	7,5
Comércio ampliado	7,3	5,0	1,7	5,3
Veículos e motos, partes e peças	6,4	9,1	1,8	5,7
Material de construção	6,6	0,5	4,6	-0,4

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

A retomada da atividade econômica no estado persistiu nos últimos meses de 2009, trajetória evidenciada pela evolução favorável do comércio, da atividade industrial e do mercado de trabalho. Nesse cenário, o Índice de Atividade Econômica Regional – Rio de Janeiro (IBCR-RJ), situando-se no patamar mais elevado da série iniciada em 2002, cresceu 1,2% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao terminado em agosto, quando, de acordo com dados dessazonalizados, havia avançado 1,5%, no mesmo tipo de comparação. A balança comercial do estado registrou deterioração em 2009, em relação ao ano anterior, evolução consistente com o recuo experimentado pelos preços médios do petróleo, após o acirramento da crise internacional.

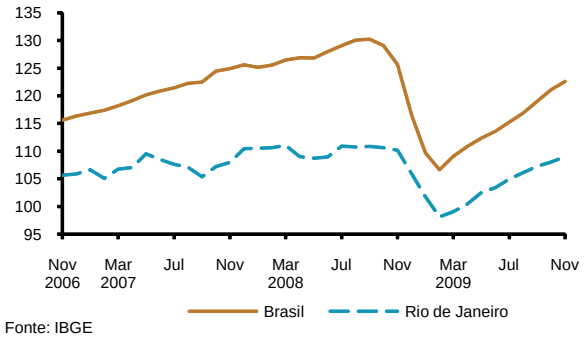
As vendas do comércio varejista aumentaram 3,5% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, de acordo com dados dessazonalizados da PMC do IBGE, ressaltando-se as expansões registradas nos segmentos móveis e eletrodomésticos, 10,8%, e hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, 3,9%, esta estimulada pelo aumento da massa salarial e pela redução nos preços dos alimentos[7]. O crescimento das vendas de móveis e eletrodomésticos refletiu, em grande parte, os impactos sobre os preços do setor decorrentes da apreciação da taxa de câmbio e do processo de desoneração tributária sobre os produtos da linha branca. Incorporados os aumentos assinalados nas vendas de material de construção, 4,6%, e de veículos, motos, partes e peças, 1,8%, o comércio ampliado do estado cresceu 1,7% no trimestre.

Considerados períodos de doze meses, as vendas varejistas do estado aumentaram 5,5% em novembro, em relação a igual intervalo de 2008, com ênfase nas expansões observadas nos segmentos outros artigos de uso pessoal e doméstico, 12,8%; artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos, 10,9%; e móveis e eletrodomésticos, 7,5%. O comércio ampliado, evidenciando as variações assinaladas nas vendas de veículos, motos, partes e peças, 5,7%, e de material de construção, -0,4%, expandiu 5,3% no período.

A produção industrial do estado aumentou 2,7% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao encerrado em agosto, quando havia crescido 3,5%, na mesma base de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da

7/ No trimestre, os preços médios no subgrupo alimentação no domicílio do IPCA recuaram 0,59% na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Gráfico 4.16 – Produção industrial – Total
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2002 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 4.18 – Produção industrial – Rio de Janeiro
Geral e setores selecionados

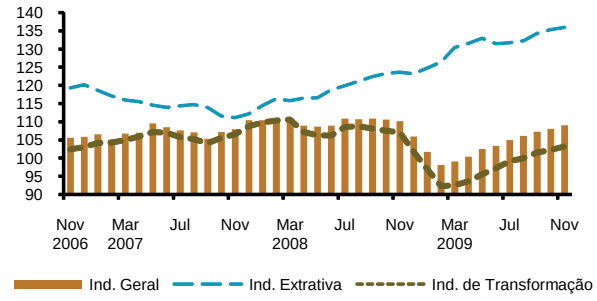
Variação % no período

Setores	Pesos[1/]	2009		
		Ago[2/]	Nov[2/]	Ac. 12 meses
Indústria geral	100,0	3,5	2,7	-5,6
Indústria extrativa	19,2	-0,6	2,8	10,5
Indústria de transformação	80,8	4,6	3,3	-9,4
Ref. de petróleo e álcool	12,4	-4,0	2,6	-1,8
Metalurgia básica	11,8	16,6	2,0	-21,1
Outros prod. químicos	8,5	11,1	1,3	-15,8
Ed., imp. e rep. gravações	8,3	3,3	-4,9	-6,4
Veículos automotores	8,2	3,5	12,5	-20,6

Fonte: IBGE

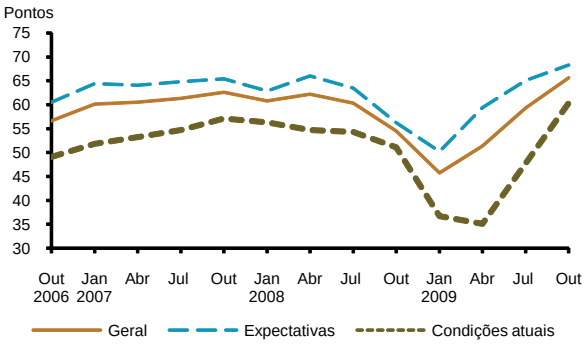
1/ Ponderação da atividade na indústria geral, conforme a PIM-PF/IBGE.
2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 4.17 – Produção industrial – Rio de Janeiro
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2002 = 100



Fonte: IBGE

Gráfico 4.18 – Índice de Confiança do Empresário Industrial – Rio de Janeiro
Pontos



Fonte: Firjan

PIM-PF, do IBGE. A indústria extrativa, traduzindo o aumento na extração de petróleo no estado, cresceu 2,8%, enquanto a indústria de transformação, evidenciando a ocorrência de resultados positivos em dez das doze atividades pesquisadas, com ênfase no relativo a veículos automotores, 12,5%, expandiu 3,3%.

Considerados períodos de doze meses, a produção industrial fluminense recuou 5,6% em novembro, em relação a igual intervalo do ano anterior, registrando-se aumento de 10,5% na indústria extrativa e recuo de 9,4% na de transformação. Ressalte-se que o desempenho negativo deste segmento refletiu a ocorrência de decréscimos na produção de dez das doze atividades incluídas na pesquisa, com ênfase nos relativos a metalurgia básica, 21,1%; veículos automotores, 20,6%; e outros produtos químicos, 15,8%. Em sentido inverso, registrem-se os aumentos observados, no período, nas indústrias de bebidas, 7,3%, e farmacêutica, 0,9%.

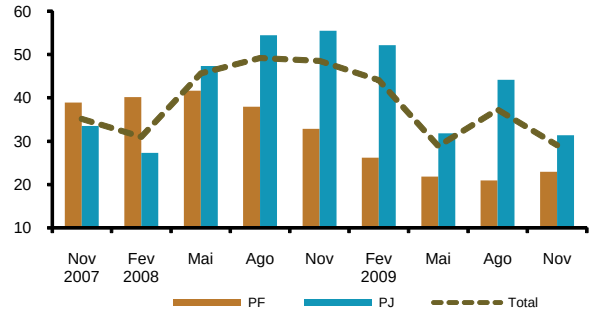
Os indicadores industriais da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), ratificando a recuperação da indústria fluminense, seguiram apresentando resultados positivos na margem. Nesse sentido, de acordo com dados dessazonalizados, as vendas reais da indústria aumentaram 8,1% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, representando o terceiro aumento consecutivo nesse tipo de comparação, enquanto os indicadores relacionados às horas trabalhadas, à massa salarial e ao pessoal ocupado aumentaram 4,3%, 3% e 1,4%, respectivamente. O Nuci médio da indústria atingiu 81% no trimestre encerrado em novembro, ante 80,5% naquele finalizado em agosto, ressaltando-se que o indicador relacionado ao segmento outros equipamentos de transporte, evidenciando o aumento da produção naval do estado, atingiu 94,7%, ante 95,1% – nível máximo da série iniciada em setembro de 2003 – no trimestre encerrado em agosto.

Refletindo o impacto das condições macroeconômicas favoráveis sobre a percepção dos empresários, o Icei, divulgado pela Firjan, registrou o recorde de 65,6 pontos em outubro, ante 59,3 pontos em julho e 54,5 pontos em igual período de 2008. Os componentes do Icei assinalaram, igualmente, valores recordes no trimestre, com o índice de condições atuais atingindo 60,3 pontos e o de expectativas, 68,3 pontos, comparativamente a 47,7 pontos e a 65,1 pontos, em julho.

O saldo das operações de crédito superiores a R$5 mil atingiu R$165,3 bilhões em novembro, dos quais R$43,4 bilhões no segmento de pessoas físicas e

Gráfico 4.19 – Evolução do saldo das operações de crédito – Rio de Janeiro[1/]

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R$5 mil.

Tabela 4.19 – Produção agrícola – Rio de Janeiro

Itens selecionados

Em mil toneladas

Discriminação	Pesos[1/]	Produção[2/]		Variação %
		2008	2009[1/]	2009/2008
Grãos				
Arroz (em casca)	0,8	8	8	-1,6
Feijão	1,3	5	5	-2,9
Milho	1,4	20	20	-1,1
Outras lavouras				
Abacaxi (mil frutos)	3,8	66 294	67 257	1,5
Cana-de-açúcar	19,3	6 583	6 491	-1,4
Coco-da-baía (mil frutos)	4,6	81 093	78 419	-3,3
Mandioca	8,1	129	131	1,3
Tomate	30,1	208	216	3,9

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2008.

2/ Estimativa segundo o LSPA de dezembro de 2009.

Tabela 4.20 – Exportação por fator agregado – FOB

Janeiro-dezembro

US$ milhões

Discriminação	Rio de Janeiro			Brasil
	2008	2009	Var. %	Var. %
Total	18 697	13 519	-27,7	22,7
Básicos	12 541	9 066	-27,7	-15,2
Industrializados	6 155	4 453	-27,7	-26,6
Semimanufaturados	188	161	-14,3	-24,3
Manufaturados[1/]	5 967	4 292	-28,1	-27,9

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

R$121,9 bilhões no de pessoas jurídicas, registrando crescimentos de 4,5% no trimestre e de 29,1% em doze meses. A evolução trimestral refletiu acréscimos respectivos de 5,9% e 4% nos segmentos mencionados, enquanto, em doze meses, os saldos considerados aumentaram, na ordem, 23% e 31,4%. A inadimplência relativa a essas operações de crédito atingiu 2,7% em novembro, ressaltando-se que o recuo trimestral de 0,12 p.p. registrado no indicador refletiu, em especial, o decréscimo de 0,43 p.p. assinalado no segmento de pessoas físicas. Os atrasos superiores a noventa dias observados no âmbito das pessoas jurídicas recuaram 0,04 p.p. no período.

A produção de cana-de-açúcar deverá recuar 1,4% em 2009, de acordo com o LSPA, do IBGE, de dezembro. Esse resultado, evidenciando o decréscimo de 1,7% registrado na área colhida, contrasta com os aumentos projetados para a cultura na região Sudeste, 4,6%, e no país, 5,9%. Em sentido inverso, as lavouras de tomate e mandioca deverão apresentar crescimentos anuais respectivos de 3,9% e 1,3%.

A balança comercial do estado acumulou superávit de US$1,9 bilhão em 2009, ante US$4,3 bilhões em igual período de 2008, de acordo com a Secex/MDIC. As exportações somaram US$13,5 bilhões e as importações, US$11,6 bilhões, registrando retrações anuais respectivas de 27,7% e 19,3%, ressaltando-se que o item óleos brutos de petróleo segue como o mais importante da balança comercial. Nesse sentido, embora as vendas e as compras externas desse produto registrassem recuos anuais respectivos de 27,7% e 43,2%, representaram 67% dos embarques e 18,7% das aquisições totais do estado em 2009.

O decréscimo experimentado pelas exportações evidenciou o recuo de 35,8% observado nos preços e a elevação de 12,7% assinalada nas quantidades exportadas. Consideradas por fator agregado, as vendas externas registraram retrações anuais em todas as categorias, com destaque para as relativas a produtos manufaturados, 28,1%, e a produtos básicos, 27,7%, que representaram, na ordem, 31,6% e 67,2% dos embarques do estado em 2009. EUA, Santa Lúcia e China mantiveram-se como principais destinos das exportações fluminenses, com participações respectivas de 21%, 17,3% e 10,6%, enquanto a Índia se constituiu no mercado que registrou o maior crescimento na participação das vendas do estado, atingindo 4,8% do total.

A retração das importações, traduzindo os recuos assinalados nos preços, 17,5%, e no *quantum* importado, 2,2%, refletiu, em especial, o decréscimo de 40,6% registrado

Tabela 4.21 – Importação por categoria de uso – FOB
Janeiro-dezembro

US$ milhões

Discriminação	Rio de Janeiro			Brasil
	2008	2009	Var. %	Var. %
Total	14 422	11 640	-19,3	-26,2
Bens de consumo	1 915	1 948	1,7	-4,5
Duráveis	920	951	3,3	-8,6
Não duráveis	995	997	0,2	0,9
Bens intermediários	5 228	4 616	-11,7	-28,1
Bens de capital	2 347	2 145	-8,6	-17,4
Comb. e lubrificantes	4 933	2 932	-40,6	-46,8

Fonte: MDIC/Secex

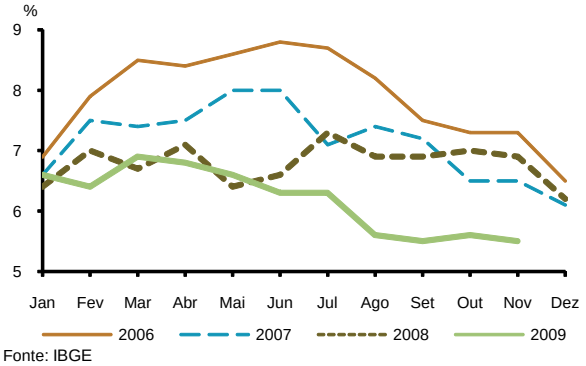
Tabela 4.22 – Evolução do emprego formal – Rio de Janeiro
Novos postos

Acumulado no trimestre (em mil)[1/]

Discriminação	2008	2009			
	Nov	Fev	Mai	Ago	Nov
Total	54,2	-30,4	20,8	30,9	56,0
Ind. de transformação	5,0	-11,9	0,4	4,5	9,0
Comércio	21,0	-14,7	-1,9	9,5	21,4
Serviços	23,0	-3,6	12,7	13,9	25,4
Construção civil	6,1	1,4	7,9	1,4	0,6
Agropecuária	-1,3	-0,8	0,9	1,5	-1,1
Serv. ind. de util. pública	0,1	0,3	0,3	0,0	0,0
Outros[2/]	0,3	-1,1	0,5	0,1	0,1

Fonte: MTE
1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.
2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outras.

Gráfico 4.20 – Taxa de desemprego aberto – Rio de Janeiro



Fonte: IBGE

nas aquisições de combustíveis e lubrificantes, seguindo-se as reduções respectivas de 11,7% e 8,6% registradas nas compras de matérias-primas e produtos intermediários, e de bens de capital. Em sentido inverso, favorecidas pelo cenário de crescimento da renda disponível e das operações de crédito, as importações de bens de consumo duráveis, exclusive automóveis, elevaram-se 3,3%, e as relativas a bens de consumo não duráveis, 0,2%, ressaltando-se que as compras externas de veículos recuaram 11,8% no ano. Metade das importações do estado originou-se da Arábia Saudita, Argentina, França e EUA.

A retomada da atividade na economia do estado segue favorecendo a evolução do mercado de trabalho. Nesse sentido, de acordo com o Caged/MTE, foram gerados 56 mil empregos formais no trimestre encerrado em novembro – enfatizando-se que, no último mês deste período, ocorreu o recorde mensal de criação de vagas no estado, ante 30,9 mil naquele finalizado em agosto e 54,2 mil em igual período de 2008. O desempenho favorável registrado no trimestre refletiu a criação generalizada, excetuando-se na agropecuária e nos serviços industriais de utilidade pública, de postos de trabalho nas atividades incluídas no cadastro, com ênfase nas contratações efetuadas no setor de serviços, 25,4 mil; no comércio, 21,4 mil; e na indústria de transformação, 9 mil. Considerando dados dessazonalizados, o nível de emprego formal do estado cresceu 0,9% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, quando crescera 0,7%, no mesmo tipo de comparação.

A taxa média de desemprego da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) atingiu 5,5% no trimestre encerrado em novembro, recuando, de acordo com a PME do IBGE, 1,4 p.p. em relação à observada em igual período de 2008. Esse resultado, refletindo estabilidade na população ocupada e decréscimo de 1,5% na PEA, se constituiu no mais reduzido da série, iniciada em março de 2002. A análise na margem, considerados dados dessazonalizados, revelou recuo de 0,3 p.p. na taxa de desemprego do trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto. O rendimento médio real habitualmente recebido pelas pessoas ocupadas na RMRJ aumentou 1,5%, no trimestre encerrado em novembro, em relação a igual período de 2008, ante expansão de 2,4% no país.

A inflação da RMRJ, medida pelo IPCA, atingiu 0,92% no trimestre encerrado em dezembro, ante 0,05% naquele finalizado em setembro, evolução decorrente das acelerações registradas nas variações dos preços

Tabela 4.23 – IPCA – Rio de Janeiro

Variação % trimestral

Discriminação	Pesos[1/]	2008	2009		
		Ano	III Tri	IV Tri	Ano
IPCA	100,0	6,37	0,05	0,92	3,85
Livres	66,5	7,34	-0,21	0,62	4,07
Comercializáveis	30,9	7,18	-0,49	0,52	3,03
Não comercializáveis	35,6	7,49	0,04	0,71	4,99
Monitorados	33,5	4,47	0,56	1,52	3,42
Principais itens					
Alimentação	22,6	11,58	-1,32	0,95	2,95
Habitação	14,5	6,59	1,17	0,69	4,30
Art. de residência	4,1	3,99	1,16	2,11	3,51
Vestuário	5,5	8,78	-0,37	2,47	7,64
Transportes	19,9	4,20	0,00	1,33	1,46
Saúde	11,0	4,68	1,04	0,72	4,94
Despesas pessoais	8,9	6,36	0,12	0,05	7,32
Educação	6,9	4,06	0,22	0,26	6,45
Comunicação	6,6	0,89	0,34	0,43	1,65

Fonte: IBGE

1/ Referentes a dezembro de 2009.

livres, de -0,21% para 0,62%, e dos preços monitorados, de 0,56% para 1,52%. O desempenho dos preços livres traduziu as elevações observadas nos segmentos de bens comercializáveis, 0,52%, e não comercializáveis, 0,71%, esta evidenciando, em especial, os impactos da elevação sazonal dos preços de produtos *in natura* e dos aumentos nos custos da alimentação fora do domicílio. A evolução dos preços monitorados esteve associada, principalmente, ao reajuste tarifário anual de uma das distribuidoras de energia elétrica na região e aos aumentos dos preços da gasolina e de passagens aéreas.

O IPCA da RMRJ cresceu 3,85% no ano, variação 2,5 p.p. inferior à observada em 2008 e a terceira menor entre as regiões abrangidas pela pesquisa. As desacelerações dos preços médios dos grupos alimentação e bebidas, transportes e habitação concorreram especialmente para esse resultado.

A trajetória favorável do mercado de trabalho e a ampliação da oferta de crédito, em cenário de recuperação dos níveis de confiança de empresários e consumidores, sugerem a continuidade do processo de retomada da atividade econômica observado no estado nos últimos meses. Deve ser enfatizado, no entanto, que a evolução dos preços do petróleo e o término dos efeitos das medidas temporárias de estímulo à economia permanecem como focos de incerteza em relação às perspectivas da economia do Rio de Janeiro para 2010, que também tem convivido com o recrudescimento das pressões inflacionárias.

Gráfico 4.21 – Índice de Atividade Econômica Regional – São Paulo (IBCR-SP)
Dados dessazonalizados
2002 = 100

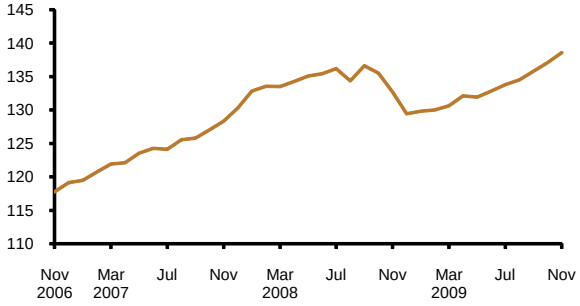
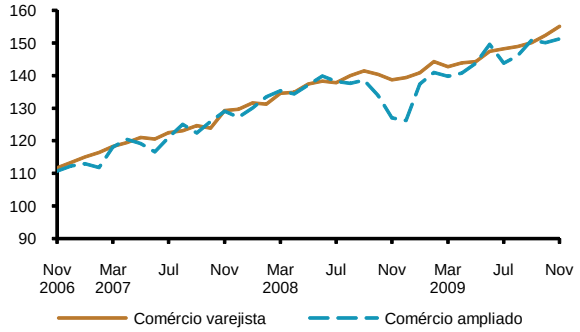


Gráfico 4.22 – Comércio varejista – São Paulo
Dados dessazonalizados
2004 = 100



Fonte: IBGE

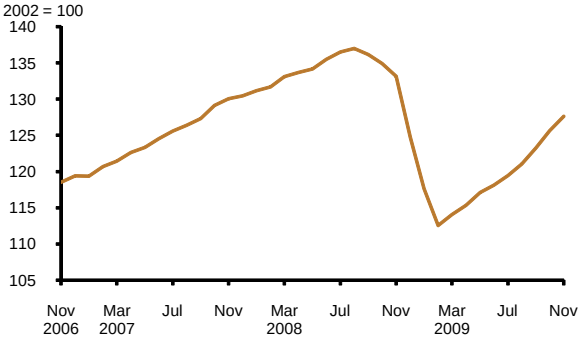
Tabela 4.24 – Comércio varejista – São Paulo
Geral e setores selecionados

Variação % no período

Setores	2008	2009		
		Ago[1/]	Nov[1/]	12 meses
Comércio varejista	12,5	3,1	2,9	7,0
Combustíveis e lubrificantes	13,6	-2,0	5,7	1,3
Hiper, supermercados	8,9	2,3	2,9	11,0
Tecidos, vestuário e calçados	10,0	6,8	-1,8	-4,7
Móveis e eletrodomésticos	19,6	9,0	6,9	0,7
Comércio ampliado	11,4	3,6	2,9	6,6
Automóveis e motocicletas	10,2	5,4	3,9	8,9
Material de construção	7,4	0,9	0,4	-8,8

Fonte: IBGE
1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 4.23 – Produção industrial – São Paulo
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2002 = 100



Fonte: IBGE

São Paulo

Os indicadores da economia paulista evidenciaram, nos últimos meses do ano, os desdobramentos favoráveis da retomada da indústria do estado sobre o desempenho do mercado de trabalho e das vendas varejistas. Nesse ambiente, o Índice de Atividade Econômica Regional – São Paulo (IBCR-SP) registrou alta de 2,6% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, quando crescera 1,6%, neste tipo de comparação, considerados dados dessazonalizados.

As vendas do comércio varejista do estado aumentaram 2,9% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, quando registraram expansão de 3,1%, segundo dados dessazonalizados da PMC, do IBGE, com ênfase no desempenho dos segmentos móveis e eletrodomésticos, 6,9%, e combustíveis e lubrificantes, 5,7%. Incorporadas as variações assinaladas nas vendas de veículos, motos, partes e peças, 3,9%, e de material de construção, 0,4%, o comércio ampliado cresceu 2,9% no período.

Considerados períodos de doze meses, o comércio varejista do estado cresceu 7% em novembro, em relação a igual período de 2008, destacando-se a expansão, impulsionada pelos crescimentos do emprego e dos rendimentos reais observados ao longo do ano, de 11% assinalada no segmento supermercados, hipermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo. Incorporadas as variações observadas nas vendas de veículos, 8,9%, e de material de construção, -8,8%, o comércio ampliado registrou expansão de 6,6% no período.

O índice de confiança do consumidor, medido pela Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomércio SP), cresceu 9,5% no trimestre encerrado em novembro, relativamente ao finalizado em agosto. O componente que avalia as condições econômicas atuais aumentou 11% e aquele que mede as expectativas futuras, 8,6%. O índice geral aumentou 10,2% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, com destaque para a elevação de 12,6% assinalada nas expectativas futuras.

A produção industrial do estado de São Paulo cresceu 5,5% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, quando havia crescido 3,4%, na mesma base de comparação, considerados dados dessazonalizados da PIM-PF do IBGE. A aceleração registrada no período refletiu a ocorrência de resultados favoráveis em dezesseis

Tabela 4.25 – Produção industrial – São Paulo
Geral e setores selecionados

Variação % trimestral

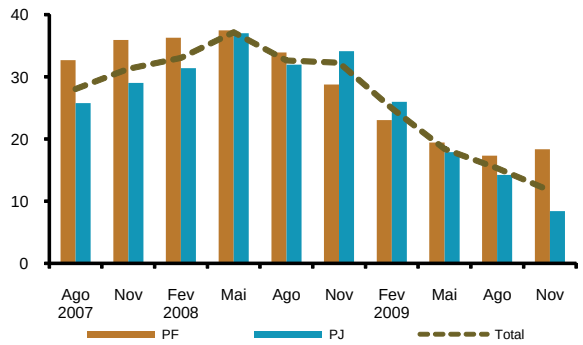
Setores	Pesos[1/]	2009		
		Ago[2/]	Nov[2/]	Ac. 12 meses
Indústria geral	100,0	3,4	5,5	-10,7
Veículos automotores	12,7	10,5	10,8	-17,5
Máquinas e equipamentos	9,8	6,6	14,8	-29,3
Alimentos	9,4	-6,5	1,7	0,9
Outros prod. químicos	7,2	7,8	0,9	-4,4
Refino de petr. e álcool	7,3	-3,3	-1,4	0,4
Farmacêutica	6,6	6,9	0,3	8,5

Fonte: IBGE

1/ Ponderação da atividade na indústria geral, conforme a PIM-PF/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 4.24 – Evolução do saldo das operações de crédito – São Paulo[1/]
Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R$5 mil.

Tabela 4.26 – Produção agrícola – São Paulo
Itens selecionados

Em mil toneladas

Discriminação	Pesos[1/]	Produção[2/]		Var. %
		2008	2009	2009/2008
Produção de grãos		7 134	6 575	-7,8
Arroz (em casca)	0,2	82	75	-8,2
Feijão	2,7	284	326	14,8
Milho	7,0	4 683	4 281	-8,6
Soja	4,3	1 447	1 306	-9,7
Outras lavouras selecionadas				
Café	3,8	256	194	-24,3
Cana-de-açúcar	48,5	390 197	400 539	2,7
Laranja	17,2	14 412	14 385	-0,2
Tomate	2,5	770	672	-12,7

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2008.

2/ Estimativa segundo o LSPA de dezembro de 2009.

dos vinte setores considerados na pesquisa, ante catorze no trimestre encerrado em agosto, com ênfase nos crescimentos relativos a máquinas e equipamentos, 14,8%, e veículos automotores, 10,8%, e nos recuos assinalados nos segmentos vestuário e acessórios, 8,6%, e refino de petróleo e produção de álcool, 1,4%.

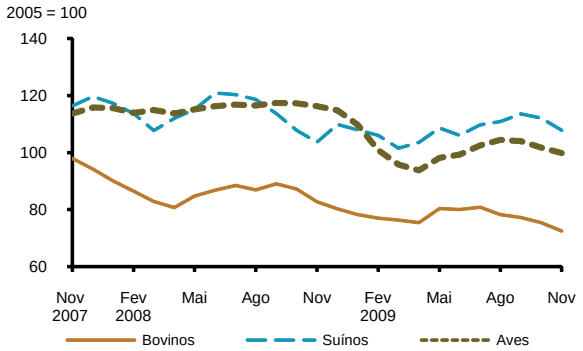
Considerados períodos de doze meses, a produção da indústria paulista recuou 10,7% em novembro, ante retração de 11,1% em outubro, ressaltando-se os resultados negativos assinalados nas indústrias de máquinas e equipamentos, 29,3%, e de veículos automotores, 17,5%, ambas impactadas de forma acentuada pela conjuntura que sucedeu o agravamento da crise financeira mundial. Em sentido inverso, registraram-se desempenhos positivos importantes nos segmentos equipamentos de transporte, 25,7%, e farmacêutica, 8,5%.

O saldo das operações de crédito superiores a R$5 mil, representando 33,8% do volume total de crédito do país, atingiu R$416,8 bilhões em novembro, no estado, elevando-se 4,8% em relação a agosto e 11,7% em doze meses. Os empréstimos para pessoas físicas somaram R$146,7 bilhões, com expansões de 4,9% no trimestre e de 18,4% em doze meses, enquanto os relativos ao segmento de pessoas jurídicas totalizaram R$270,1 bilhões, elevando-se, na ordem, 4,8% e 8,4%. A inadimplência registrada nas operações de crédito contratadas em São Paulo atingiu 4% em novembro, ante 4,1% em agosto, registrando-se quedas nos atrasos relativos aos segmentos de pessoas físicas e de pessoas jurídicas, que totalizaram, na ordem, 5,3% e 3,2%.

Os desembolsos do BNDES destinados a investimentos aumentaram 32,5% no período de doze meses encerrado em outubro de 2009, em relação ao mesmo período do ano anterior, representando 50% do total liberado para a região Sudeste.

A safra de grãos do estado deverá registrar recuo anual de 7,8% em 2009, segundo o LSPA de dezembro do IBGE, evolução associada, em especial, às retrações assinaladas nas safras de milho, 8,6%, e de soja, 9,7%. Ressalte-se que o desempenho desfavorável dessas culturas refletiu as reduções de 3,7% e 10,6% assinaladas nos respectivos rendimentos médios, impactados tanto pela conjuntura econômica desfavorável observada no início do plantio, quanto pelas condições meteorológicas adversas assinaladas nos primeiros meses do ano. Dentre as demais lavouras, a cultura do café, em ciclo bianual de baixa, recuou 24,3%, enquanto a produção de cana-de-açúcar,

Gráfico 4.25 – Abates de animais – São Paulo
Média móvel trimestral



Fonte: Mapa

Tabela 4.27 – Exportação por fator agregado – FOB
Janeiro-dezembro

US$ milhões

Discriminação	São Paulo			Brasil
	2008	2009	Var. %	Var. %
Total	57 331	42 464	-25,9	22,7
Básicos	4 568	2 944	-35,5	-15,2
Industrializados	52 763	39 519	-25,1	-26,6
Semimanufaturados	4 383	5 402	23,2	-24,3
Manufaturados[1/]	48 379	34 118	-29,5	-27,9

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 4.28 – Importação por categoria de uso – FOB
Janeiro-setembro

US$ milhões

Discriminação	São Paulo			Brasil
	2008	2009	Var. %	Var. %
Total	66 351	50 482	-23,9	-26,2
Bens de consumo	7 612	7 513	-1,3	-4,5
Duráveis	2 957	2 788	-5,7	-8,6
Não duráveis	4 655	4 725	1,5	0,9
Bens intermediários	33 384	25 359	-24,0	-28,2
Bens de capital	16 684	12 997	-22,1	-17,4
Comb. e lubrificantes	8 671	4 613	-46,8	-46,8

Fonte: MDIC/Secex

impulsionada pela expansão de 3,4% na área colhida, aumentou 2,7%.

De acordo com estatísticas do Mapa relativas a estabelecimentos fiscalizados pelo SIF, os abates de bovinos, suínos e aves, seguindo a tendência assinalada em âmbito nacional, decresceram, na ordem, 9,9%, 14,1% e 4,6% nos onze primeiros meses do ano, em relação a igual período do ano anterior. Esses abates representaram 94%, 88% e 96%, respectivamente, do total do estado.

O déficit da balança comercial de São Paulo atingiu US$8 bilhões em 2009, registrando recuo anual de 11,1%, com as exportações totalizando US$42,5 bilhões e as importações, US$50,5 bilhões. A retração anual de 25,9% experimentada pelas vendas externas resultou de reduções de 5,6% nos preços e de 21,6% no *quantum* exportado, enquanto o decréscimo de 23,9% registrado nas aquisições externas decorreu de recuos de 7,8% nos preços e de 17,5% na quantidade importada.

A evolução anual das exportações refletiu, em especial, os recuos registrados nos embarques de produtos básicos, 35,5%, com ênfase nas reduções relativas a petróleo bruto, 98,1%, e a carne bovina congelada, 30,6%; e de produtos manufaturados, 29,5%, sobressaindo as retrações observadas nas vendas de tratores, 83,2%, gasolina, 49,7%, e álcool etílico, 45,8%. Em sentido inverso, os embarques de produtos semimanufaturados, favorecidos pelo aumento de 74,8% nas vendas de açúcar, beneficiadas pela quebra de safra na Índia, cresceram 23,2%. Argentina, EUA, Holanda e Venezuela constituíram-se nos principais destinos do estado, absorvendo, em conjunto, 32,5% do total das vendas anuais, enquanto a participação da Índia, impulsionada pelo forte acréscimo nos embarques de açúcar, aumentou de 0,4%, em 2008, para 3,2%.

A retração anual registrada nas importações de São Paulo se caracterizou por apresentar intensidade menos acentuada do que em âmbito nacional, trajetória associada, em parte, à maior representatividade relativa da utilização de insumos importados na estrutura industrial do estado. As aquisições de combustíveis e lubrificantes, influenciadas pelas reduções nas relativas a óleo diesel, 67,4%, e a petróleo em bruto, 43,3%, recuaram 46,8%, seguindo-se os decréscimos observados nas compras de bens intermediários, 24%, com ênfase nas reduções relativas a enxofre a granel, 79,7%; outros cloretos de potássio, 57,5%; e outras partes para aviões e helicópteros, 33,5%, e nas importações de bens de capital, 22,1%, influenciadas pelos decréscimos

Tabela 4.29 – Evolução do emprego formal – São Paulo

Novos postos de trabalho

Acumulado no trimestre (em mil)[1/]

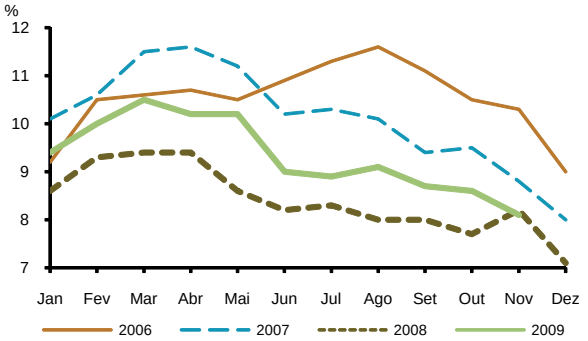
Discriminação	2008	2009			
	Nov	Fev	Mai	Ago	Nov
Total	85,7	-324,3	150,8	158,4	198,4
Ind. de transformação	-10,6	-177,2	19,5	6,6	52,7
Comércio	47,6	-21,7	1,8	39,3	64,3
Serviços	73,6	-31,0	58,2	47,2	72,9
Construção civil	4,3	-7,5	12,7	21,9	15,0
Agropecuária	-27,2	-81,5	50,4	39,7	-9,4
Serv. ind. de util. pública	-0,1	0,8	-0,2	0,7	0,3
Outros[2/]	-1,9	-6,2	8,3	3,0	2,7

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outras.

Gráfico 4.26 – Taxa de desemprego aberto – São Paulo



Fonte: IBGE

Tabela 4.30 – IPCA – São Paulo

Variação %

Discriminação	Pesos[1/]	2008	2009		
		Ano	III Tri	IV Tri	Ano
IPCA	100,0	5,61	1,02	1,12	4,51
Livres	71,4	6,25	0,58	1,07	4,45
Comercializáveis	30,2	6,11	-0,04	0,59	2,70
Não comercializáveis	41,1	6,38	1,04	1,50	5,81
Monitorados	28,7	4,02	2,14	1,37	4,84
Principais itens					
Alimentação	21,2	10,44	0,71	0,50	4,60
Habitação	13,2	6,31	4,02	0,42	5,95
Art. residência	4,3	1,70	-0,69	2,05	3,96
Vestuário	6,3	9,43	0,56	1,82	6,32
Transportes	19,9	1,05	0,36	2,14	3,20
Saúde	10,3	6,50	0,56	0,56	5,68
Despesas pessoais	11,0	6,90	0,82	1,90	8,13
Educação	7,8	3,10	1,67	0,22	5,50
Comunicação	6,1	2,95	0,09	0,91	0,80

Fonte: IBGE

1/ Referentes a dezembro de 2009.

assinalados nas aquisições de outras partes para aparelhos de transmissão e recepção de voz, 53,6%, e dispositivos de cristal líquido (LCD), 35%. Adicionalmente, as importações de bens de consumo duráveis reduziram-se 5,7% e as relativas a bens de consumo não duráveis cresceram 1,5%. Os produtos originários dos EUA, China e Alemanha representaram 43,1% das aquisições externas do estado.

De acordo com o Caged/MTE, foram criados 198,4 mil empregos formais no estado, no trimestre encerrado em novembro, ante 85,7 mil em igual período de 2008, dos quais 72,9 mil no setor de serviços e 64,3 mil no comércio. Considerados dados dessazonalizados, o nível de emprego aumentou 1,5% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, quando havia crescido 0,3%.

A taxa de desemprego da região metropolitana de São Paulo situou-se em 8,5% no trimestre encerrado em novembro, ante 8% em igual período de 2008, segundo a PME, do IBGE, registrando-se recuo de 0,3% no pessoal ocupado e elevação de 0,2% na PEA. O rendimento médio real habitualmente recebido e a massa salarial cresceram 2,9% e 2,6%, respectivamente, no período. A análise na margem, evidenciando o processo de retomada da atividade econômica, registrou recuo de 0,2 p.p. na taxa de desemprego no trimestre finalizado em novembro, em relação ao encerrado em agosto, considerados dados dessazonalizados.

A inflação da região metropolitana de São Paulo, medida pelo IPCA, do IBGE, atingiu 1,12% no trimestre encerrado em dezembro, ante 1,02% naquele finalizado em setembro. A variação dos preços livres registrou aceleração, de 0,58% para 1,07%, no período, enquanto a relativa aos preços monitorados apresentou desaceleração, de 2,14% para 1,37%. No âmbito dos preços livres, a variação dos preços não comercializáveis registrou aceleração de 1,04% para 1,50% e a relativa aos comercializáveis, de -0,40% para 0,59%. O índice de difusão, evidenciando maior disseminação dos reajustes de preços, aumentou 1,2 p.p., para 50,4%, no trimestre.

A variação do IPCA atingiu 4,51% em 2009, ante 5,61% em 2008, movimento decorrente do impacto mais acentuado da desaceleração, de 6,25% para 4,45%, registrada na variação dos preços livres, em relação ao proporcionado pela aceleração, de 4,02% para 4,84%, assinalada na relativa aos monitorados. O desempenho dos preços livres refletiu, em especial, o arrefecimento, de 10,44% para 4,60%, observado na variação dos preços no grupo alimentação, enquanto, em

sentido inverso, ocorreram acelerações nas variações relativas aos preços nos grupos educação, de 3,10% para 5,50%, e despesas pessoais, de 6,90% para 8,13%.

A evolução recente da economia paulista ratifica as expectativas de consolidação do processo de recuperação econômica no estado. Essa perspectiva é fortalecida, adicionalmente, pela trajetória dos desembolsos do BNDES destinados a investimentos, que, se constituindo em importante componente da demanda em 2010, deverá impulsionar a indústria metal-mecânica, que detém participação relevante na estrutura do setor em São Paulo. No mesmo sentido, a continuidade do dinamismo do consumo, em ambiente de crescimento da renda disponível e de intensificação das operações de crédito, delineia perspectivas favoráveis para a economia estadual, na qual a deterioração da dinâmica inflacionária parece mais contida do que em outras unidades da Federação.

Região Sul

5

Gráfico 5.1 – Índice de Atividade Econômica Regional – Sul (IBCR-S)
Dados dessazonalizados
2002 = 100

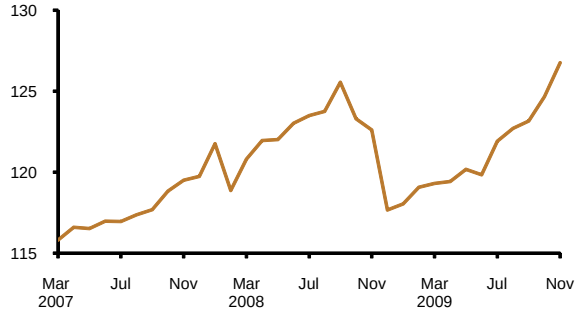
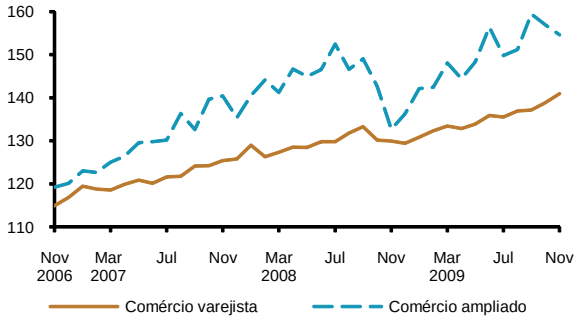


Gráfico 5.2 – Comércio varejista – Sul
Dados dessazonalizados
2003 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 5.1 – Comércio varejista – Sul
Geral e setores selecionados

Variação % no período

Discriminação	2008	2009		
		Ago[1/]	Nov[1/]	12 meses
Comércio varejista	6,6	2,0	2,1	4,0
Combustíveis e lubrificantes	4,2	-4,7	1,6	-1,3
Hiper, supermercados	3,3	2,5	0,2	3,4
Tecidos, vestuário e calçados	3,1	6,6	0,0	-0,7
Móveis e eletrodomésticos	10,9	4,1	4,5	1,8
Comércio ampliado	9,7	3,8	3,0	3,9
Automóveis e motocicletas	16,3	3,1	10,4	7,3
Material de construção	7,6	2,1	5,2	-12,3

Fonte: IBGE

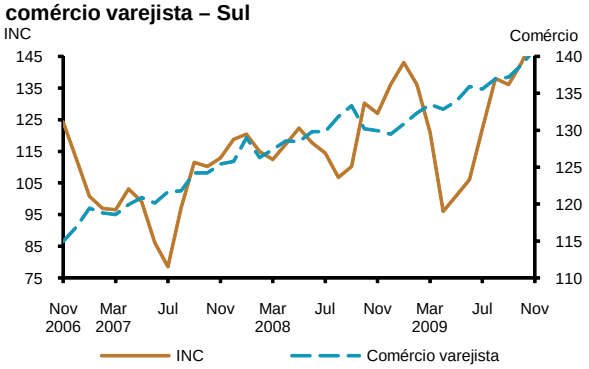
1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

A recuperação da economia da região, acompanhando o padrão nacional, vem sendo sustentada pelo desempenho das atividades industrial e varejista, em ambiente de crescimento da massa salarial, expansão das operações de crédito e, até recentemente, retração nas taxas de inflação. Nesse cenário, o IBCR-S apresentou elevação de 2,8% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, quando se expandira 1,6%, no mesmo tipo de comparação, considerados dados dessazonalizados. Ressalte-se que, embora o indicador registrasse evolução favorável na margem, recuou 1,1% no período de doze meses encerrado em novembro, em relação a igual intervalo de 2008, evidenciando que comparações envolvendo prazos mais dilatados carregam o impacto do acirramento da crise mundial sobre o nível de atividade na região.

As vendas do comércio varejista elevaram-se 2,1% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, quando haviam aumentado 2%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados agregados e dessazonalizados da PMC, do IBGE. Esse resultado refletiu os aumentos registrados em oito dos nove segmentos considerados na pesquisa, com ênfase nos relativos a equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação, 13%; móveis e eletrodomésticos, 4,5%; e artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos, 2,6%. O comércio ampliado, agregando as variações registradas nas vendas de automóveis e motocicletas, 10,4%, e material de construção, 5,2%, cresceu 3% no trimestre.

Considerados intervalos de doze meses, o comércio varejista da região cresceu 4% em novembro, em relação ao período correspondente de 2008, refletindo, em grande parte, as expansões observadas nos segmentos material de escritório e informática, 51,9%; artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos, 18,5%; e livros, jornais, revistas e papelaria, 15,3%. O comércio ampliado, incorporadas as variações registradas nas

Gráfico 5.3 – Índice Nacional de Confiança e comércio varejista – Sul



Fonte: ACSP e IBGE

Tabela 5.2 – Produção industrial – Sul

Geral e setores selecionados

Variação % no período

Discriminação	Pesos[1/]	2009		
		Ago[2/]	Nov[2/]	Acum. 12 meses
Indústria geral	100,0	1,6	4,7	-7,6
Alimentos	19,6	-4,5	-1,1	-4,4
Veículos automotores	13,8	2,6	13,3	30,5
Máquinas e equipamentos	11,7	14,6	5,9	-19,3
Refino de petróleo e álcool	7,4	1,3	0,3	7,9
Celulose, papel prod. papel	6,4	6,2	1,3	-0,8
Outros produtos químicos	5,3	-2,3	0,1	1,2

Fonte: IBGE

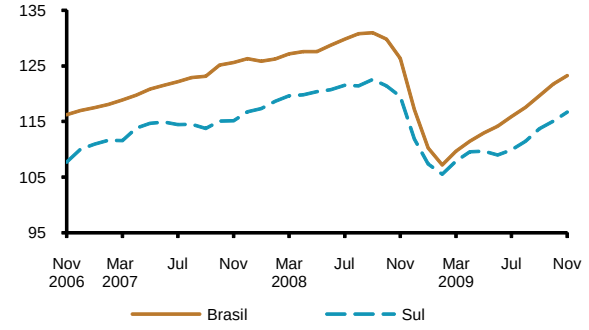
1/ Ponderação das atividades na indústria conforme a PIM-PF/IBGE de novembro.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 5.4 – Produção industrial – Sul

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral

2002 = 100



Fonte: IBGE

vendas de automóveis e motocicletas, 7,3%, e materiais de construção, -12,3%, cresceu 3,9% no período.

O Índice Nacional de Confiança (INC) da região Sul, divulgado pela Associação Comercial de São Paulo (ACSP), atingiu 152 pontos em novembro, ante 138 pontos em agosto e 127 pontos em igual período do ano anterior. O desempenho do indicador refletiu, em especial, a melhora das expectativas em relação à economia da região, à situação financeira pessoal e à segurança no emprego.

A produção da indústria na região registrou expansão de 4,7% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, quando se elevara, na mesma base de comparação, 4%, segundo dados da PIM-PF, do IBGE, agregados e dessazonalizados pelo Banco Central. As atividades que demonstraram maior dinamismo no período foram metalurgia básica, 29,9%; máquinas, aparelhos e materiais elétricos, 20,2%; e veículos automotores, 13,3%, enquanto, em sentido inverso, a produção de fumo recuou 10,5%.

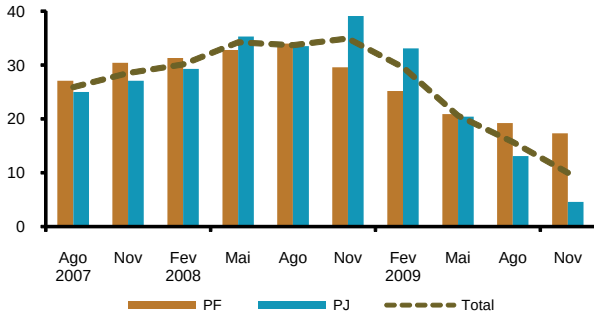
A indústria da região declinou 7,6% no período de doze meses encerrado em novembro, em relação ao intervalo correspondente de 2008, ante retração de 6,1%, no mesmo tipo de comparação, em agosto. Ocorreram recuos em catorze das dezenove atividades incluídas na pesquisa, ressaltando-se os relativos a metalurgia básica, 29,8%; veículos automotores, 30,5%; calçados e artigos de couro, 21,5%; e madeira, 19,9%.

A evolução dos indicadores da Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (Pimes), do IBGE, indicou recuperação no mercado de trabalho da indústria da região Sul. Nesse sentido, a folha real de pagamentos aumentou 1,2% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, enquanto o pessoal ocupado e as horas trabalhadas registraram crescimento de, igualmente, 0,5%, considerados dados dessazonalizados. Ressalte-se que, mantido o tipo de comparação, esses indicadores haviam experimentado declínios respectivos de 0,4%, 0,6% e 0,3% no trimestre encerrado em agosto.

O saldo das operações de crédito superiores a R$5 mil realizadas na região Sul atingiu R$226,7 bilhões em novembro, elevando-se 4,5% no trimestre e 10% em doze meses, ante variações respectivas de 2,1% e 15,7% em agosto. O total dos empréstimos relativo ao segmento de pessoas jurídicas somou R$123,8 bilhões, aumentando 3,2% no trimestre, com ênfase no aumento das operações

Gráfico 5.5 – Evolução do saldo das operações de crédito – Sul[1/]

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R$5 mil.

Tabela 5.3 – Produção agrícola – Sul

Itens selecionados

Em mil toneladas

Discriminação	Pesos[1/]	Produção[2/]		Variação %
		2008	2009	2009/2008
Grãos	78,6	61 321	52 392	-14,6
Soja	34,7	20 520	18 399	-10,3
Milho	20,7	25 025	18 647	-25,5
Arroz (em casca)	11,3	8 562	9 117	6,5
Trigo	5,8	5 450	4 542	-16,7
Outras lavouras				
Fumo	9,7	824	837	1,6
Cana-de-açúcar	3,9	53 430	52 137	2,4
Mandioca	3,1	5 248	6 122	16,6
Maçã	1,9	1 120	1 219	8,9
Uva	1,5	936	907	-3,1

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2008.

2/ Estimativa segundo o LSPA de dezembro de 2009.

contratadas pelo comércio atacadista. A carteira de pessoas físicas totalizou R$102,9 bilhões, elevando-se 6,2% no trimestre, com destaque para os desempenhos das modalidades aquisição de veículos e crédito consignado. Os empréstimos relativos aos segmentos mencionados elevaram-se, na ordem, 4,6% e 17,3% no período de doze meses finalizado em novembro.

A taxa de inadimplência no sistema financeiro da região, considerado o total das operações de crédito, atingiu 3,6% em novembro, mesmo patamar assinalado em agosto, refletindo estabilidade nos atrasos superiores a noventa dias tanto nos segmentos de pessoas jurídicas quanto de pessoas físicas, com taxas de 2,8% e 4,6%, respectivamente.

A safra de grãos da região Sul totalizou 52,4 milhões de toneladas em 2009, registrando recuo anual de 14,6%, de acordo com o LSPA de dezembro, do IBGE. Esse resultado, consistente com o impacto da ocorrência de condições meteorológicas desfavoráveis em períodos de desenvolvimento de importantes culturas da região, traduziu os declínios observados nas safras de milho, 25,5%; trigo, 16,7%; e soja 10,3%.

De acordo com a Associação Riograndense de Empreendimentos e de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/RS) e a Secretaria de Agricultura e do Abastecimento do Paraná (Seab), as cotações médias anuais das principais culturas da região recuaram em 2009. Nesse sentido, as cotações relativas aos itens feijão, trigo e milho decresceram, na ordem, 38,4%, 18,1% e 17,1% em relação a 2008, contrastando com o aumento de 2,3% assinalado no preço médio da soja. Ressalte-se que as cotações da soja, evidenciando, em parte, a expansão da safra dos EUA, registram trajetória decrescente na margem, enquanto as condições climáticas adversas reduziram a qualidade do grão do trigo.

O Terceiro Levantamento de Intenção de Plantio da Safra de 2010, realizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) entre 16 e 20 de novembro, estimou crescimento anual de 8,4% para a produção de grãos do Sul. Esse resultado traduz, em especial, as projeções relacionadas aos aumentos nas colheitas de soja, 24%, milho, 6%, e feijão, 21,3%, contrastando com o recuo esperado para as relativas a trigo, 13,8%, e arroz, 6%. Vale mencionar que o prognóstico, ao considerar a manutenção da área destinada ao plantio de grãos, incorpora perspectivas de aumento expressivo na produtividade média da atividade agrícola.

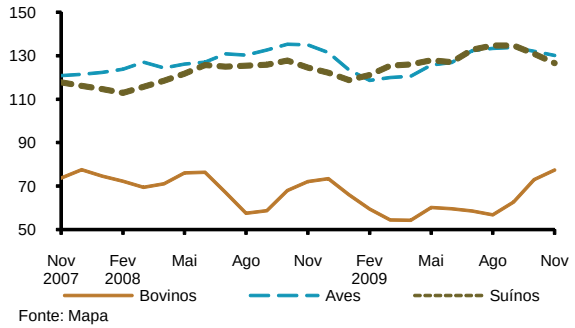
Tabela 5.4 – Indicadores da pecuária – Sul
Novembro de 2009

Variação % no ano

Discriminação	Abates (nº de animais)	Exportações (kg)	Preços (R$)
Bovinos	-10,3	-22,0	-8,2
Suínos	4,8	-3,2	-26,4
Aves	-1,4	-3,7	0,9

Fonte: Mapa, Emater/RS, Iepe, Seab/PR e MDIC

Gráfico 5.6 – Abates de animais – Sul
Média móvel trimestral
2005 = 100



Fonte: Mapa

Tabela 5.5 – Exportação por fator agregado – FOB
Janeiro-novembro

US$ milhões

Discriminação	Sul			Brasil
	2008	2009	Var. %	Var. %
Total	41 964	32 887	-21,6	22,7
Básicos	16 342	14 701	-10,0	-15,2
Industrializados	25 622	18 186	-29,0	-26,6
Semimanufaturados	3 473	2 359	-32,1	-24,3
Manufaturados[1/]	22 149	15 827	-28,5	-27,9

Fonte: MDIC/Secex
1/ Inclui operações especiais.

Tabela 5.6 – Importação por categoria de uso – FOB
Janeiro-novembro

US$ milhões

Discriminação	Sul			Brasil
	2008	2009	Var. %	Var. %
Total	37 065	26 375	-28,8	-26,2
Bens de capital	5 558	4 779	-14,0	-17,4
Matérias-primas	18 999	13 124	-30,9	-28,2
Bens de consumo	4 765	4 419	-7,3	-4,5
Duráveis	3 104	2 752	-11,3	-8,6
Não duráveis	1 661	1 667	0,4	0,9
Combustíveis	7 742	4 053	-47,7	-46,8

Fonte: MDIC/Secex

Os abates de bovinos e de aves registraram reduções respectivas de 10,3% e de 1,4% nos onze primeiros meses do ano, em relação a igual período de 2008, enquanto os relativos a suínos elevaram-se 4,8%, de acordo com dados do Mapa. As exportações de carnes bovinas, de aves e de suínos registraram declínios respectivos de 22%, 3,7% e 3,2%, no período.

O superávit comercial da região atingiu US$6,5 bilhões em 2009, aumentando 32,9% em relação ao ano anterior, de acordo com o MDIC, com as exportações totalizando US$32,9 bilhões e as importações, US$26,4 bilhões. A retração de 21,6% observada nas vendas externas refletiu recuos de 10,4% nos preços e de 12,5% no *quantum*, enquanto o decréscimo de 28,8% assinalado nas compras externas decorreu de reduções respectivas de 18,9% e 12,3%.

O desempenho das exportações evidenciou as retrações assinaladas nas vendas em todas as categorias de fator agregado. Os embarques de produtos manufaturados decresceram 28,5%, com ênfase nas reduções das exportações de calçados, 31,3%, e veículos, 24,4%; os relativos a semimanufaturados reduziram-se 32,1%, impactados pelo desempenho negativo dos itens óleo de soja, 54,2%, e couros 34,6%; enquanto os referentes a produtos básicos recuaram 10%, ressaltando-se as reduções registradas nas exportações de carnes, 21%, e farelo e resíduos da extração de óleo de soja, 12,4%. Os principais mercados externos foram China, Argentina e EUA, com participação de 29,1% no total das vendas da região, ressaltando-se que, enquanto as vendas à China elevaram-se 2,8% no ano, os embarques direcionados à Argentina e aos EUA experimentaram retrações respectivas de 8,3% e 42,7%.

As importações, excetuado o aumento de 0,4% observado nas compras de bens de consumo não duráveis, registraram redução generalizada quando segmentadas por categorias de uso. As aquisições de combustíveis decresceram 47,7%, seguindo-se o recuo assinalado nas relativas a matérias-primas, 30,9%, destacando-se as retrações nas importações de naftas, 35%, e partes e peças para veículos, 26,7%. As compras de bens de capital, impactadas pelo declínio de 35,7% nas relativas a bombas, compressores e ventiladores, recuaram 14%, enquanto as aquisições de bens de consumo duráveis, traduzindo a redução de 16,3% observada nas relativas a automóveis, decresceram 11,3%. Os principais mercados de origem foram Argentina, China e Nigéria, com participação conjunta de 42,8% nas compras da região.

Tabela 5.7 – Evolução do emprego formal – Sul

Novos postos de trabalho

Acumulado no trimestre (em mil)[1/]

Discriminação	2008	2009			
	Nov	Fev	Mai	Ago	Nov
Total	75,9	-85,6	32,5	54,7	149,6
Ind. de transformação	-4,5	-67,5	2,3	9,4	45,4
Comércio	37,0	-8,5	6,8	16,1	46,8
Serviços	29,7	0,5	27,3	22,2	33,8
Construção civil	2,7	-3,9	5,5	8,2	9,5
Agropecuária	9,9	-4,1	-12,6	-2,1	12,7
Serv. ind. de util. pública	0,3	0,2	0,2	0,1	0,6
Outros[2/]	0,7	-2,4	3,0	0,9	0,9

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outras.

Tabela 5.8 – IPCA – Sul

Variação %

Discriminação	Pesos[1/]	2008	2009		
			III Tri	IV Tri	Ano
IPCA	100,0	6,04	0,46	0,89	4,15
Livres	72,2	7,46	0,36	0,75	3,95
Comercializáveis	34,5	6,74	-0,81	0,38	2,03
Não comercializáveis	37,7	8,16	1,46	1,08	5,77
Monitorados	27,8	2,46	0,69	1,26	4,69
Principais itens					
Alimentação	22,1	12,36	-0,47	-0,06	2,73
Habitação	14,0	5,20	1,30	0,73	6,10
Artigos residência	4,5	0,89	-1,01	0,41	0,99
Vestuário	6,9	6,97	0,49	1,75	4,27
Transportes	19,9	2,73	0,37	2,03	1,96
Saúde	10,3	4,88	1,02	0,48	4,46
Despesas pessoais	10,9	7,17	1,43	1,25	8,87
Educação	6,5	5,46	0,65	0,04	6,97
Comunicação	4,9	1,03	0,54	1,04	2,15

Fonte: IBGE

1/ Referentes a dezembro de 2009.

O mercado de trabalho da região registrou, de acordo com o Caged/MTE, a criação de 149,6 mil empregos formais no trimestre finalizado em novembro, ante 54,7 mil naquele finalizado em agosto e 75,9 mil em igual período de 2008. Ocorreram contratações líquidas em sete dos oito setores incluídos no cadastro, com ênfase nas referentes ao comércio, 46,8 mil, e à indústria de transformação, 45,4 mil. Ressalte-se que a recuperação do emprego na indústria refletiu a ocorrência de resultados positivos em onze das doze atividades pesquisadas, com ênfase nos associados às indústrias de alimentação e bebidas, 10 mil; metalúrgica, 6,3 mil; e mecânica, 6 mil. Vale mencionar que, revertendo o processo de eliminação de empregos formais observado nos trimestres finalizados em fevereiro, maio e agosto, o setor agrícola foi responsável pela criação de 12,7 mil postos de trabalho no trimestre, dos quais 7,5 mil nas lavouras permanentes.

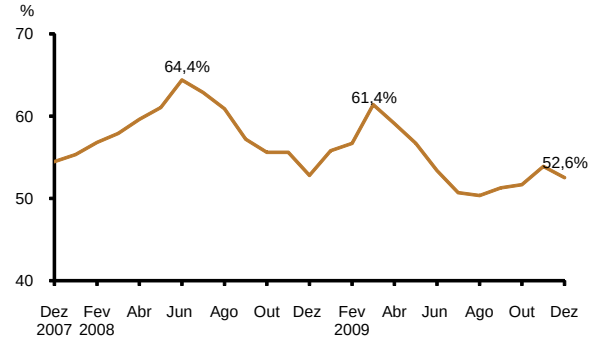
O nível de emprego cresceu 1,4% no trimestre finalizado em novembro, em relação ao encerrado em agosto, quando havia apresentado elevação de 0,6%, no mesmo tipo de comparação, considerados dados dessazonalizados. As taxas de crescimento mais acentuadas ocorreram no comércio, 1,8%; na indústria de transformação, 1,5%; e no setor de serviços, 1,3%.

A inflação da região Sul[8], medida pelo IPCA, atingiu 0,89% no trimestre encerrado em dezembro, ante 0,46% naquele finalizado em setembro, aumento decorrente das acelerações registradas nas variações dos preços livres, de 0,36% para 0,75%, e dos monitorados, de 0,69% para 1,26%, esta atribuída, em especial, às elevações observadas nos preços dos itens passagens aéreas, 43,69%, e gasolina, 2,30%, que responderam, em conjunto, por 0,20 p.p. da variação do indicador trimestral.

A evolução dos preços livres traduziu o impacto mais acentuado da aceleração, de -0,81% para 0,38%, experimentada pela variação dos preços dos itens comercializáveis, com ênfase no crescimento de 17,83% registrado no preço do álcool, em relação ao decorrente da desaceleração, de 1,46% para 1,08%, assinalada no âmbito dos itens não comercializáveis, influenciada, em especial, pela redução de 0,38% no preço do item frutas, que havia aumentado 14,93% no trimestre encerrado em setembro.

8/ Calculado com base nos pesos e variações dos subitens que compõem o IPCA das regiões metropolitanas de Porto Alegre e de Curitiba, ponderados pelos pesos destas regiões na composição do IPCA nacional.

Gráfico 5.7 – IPCA – Índice de difusão – Sul
Média móvel trimestral



Fonte: IBGE

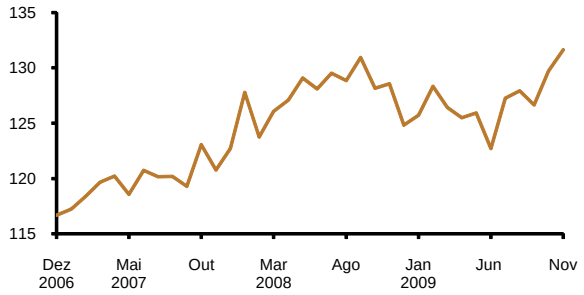
Refletindo maior disseminação dos reajustes de preços, o índice de difusão atingiu média de 52,6% no trimestre finalizado em dezembro, ante 51,3% no trimestre encerrado em setembro.

A variação do IPCA atingiu 4,15% em 2009, ante 6,04% em 2008, reflexo do arrefecimento, de 7,46% para 3,95%, na variação dos preços livres e da aceleração, de 2,46% para 4,69%, na relativa aos monitorados, que evidenciou os reajustes assinalados nos preços dos itens gasolina, 1,98%; ônibus urbano, 11,91%; e gás de bujão, 12,60%, que exerceram impacto conjunto de 0,55 p.p. sobre a variação do IPCA no ano. A trajetória dos preços livres decorreu de desacelerações nos preços dos bens comercializáveis, de 6,74% para 2,03%, e dos não comercializáveis, de 8,16% para 5,77%, com destaque para os impactos favoráveis exercidos pelo arrefecimento registrado nas variações dos preços nos grupos vestuário e alimentação e pelos recuos observados nos preços dos itens automóvel usado e feijão.

As perspectivas favoráveis em relação à evolução da economia da região Sul em 2010 encontram-se fundamentadas nos impactos da continuidade da trajetória favorável do mercado interno sobre as vendas do comércio e sobre o processo de recuperação da indústria. No mesmo sentido, o maior dinamismo do processo de recuperação das principais economias maduras poderá se constituir em fator adicional de sustentação da retomada da atividade econômica na região. Por outro lado, a aceleração da inflação deve ser cuidadosamente monitorada.

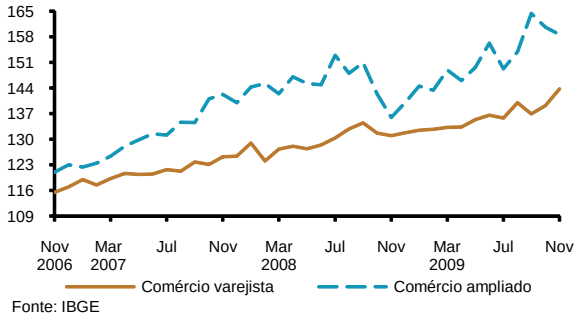
Paraná

Gráfico 5.8 – Índice de Atividade Econômica Regional – Paraná (IBCR-PR)
Dados dessazonalizados
2002 = 100



Fonte: IBGE

Gráfico 5.9 – Comércio varejista – Paraná
Dados dessazonalizados
2003 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 5.9 – Índice de vendas no varejo – Paraná
Geral e setores selecionados

Variação % no período

Setores	2008	2009		
		Ago[1/]	Nov[1/]	12 meses
Comércio varejista	7,0	2,6	1,8	4,8
Combustíveis e lubrificantes	2,3	-8,4	4,9	-0,6
Hiper, supermercados	3,7	5,9	-2,0	4,1
Tecidos, vestuário e calçados	4,5	2,6	2,7	-1,7
Móveis e eletrodomésticos	9,8	5,6	6,2	-0,7
Comércio ampliado	9,8	3,3	5,3	4,3
Automóveis e motocicletas	16,0	4,9	10,1	7,4
Material de construção	2,5	2,2	5,9	-15,6

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

A retomada da atividade econômica observada no Paraná, em especial a partir do segundo semestre de 2009, refletiu o impacto da relativa recuperação da economia mundial e do maior dinamismo da atividade doméstica sobre a evolução da indústria e do comércio do estado. Nesse cenário, o Índice de Atividade Econômica Regional – Paraná (IBCR-PR) aumentou 2,7% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, quando registrara estabilidade, no mesmo tipo de comparação, considerados dados dessazonalizados.

As vendas varejistas aumentaram 1,8% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, quando cresceram 2,6%, neste tipo de comparação, conforme dados dessazonalizados da PMC, do IBGE. As expansões mais significativas ocorreram nas vendas de equipamentos e materiais de escritório, informática e comunicação, 10%; móveis e eletrodomésticos, 6,2%; e artigos farmacêuticos, médicos e de perfumaria, 5,4%, contrastando com recuos observados nos segmentos livros, jornais e revistas, 4,4%; e hipermercados e supermercados, 2%. Incorporadas as expansões respectivas de 10,1% e 5,9% assinaladas nas vendas de veículos e de material de construção, o comércio ampliado do Paraná registrou crescimento de 5,3% no trimestre.

As vendas acumuladas em doze meses registraram elevação de 4,8% em novembro, em relação a igual período de 2008, ante expansão de 5% em agosto, registrando-se resultados positivos em seis dos nove segmentos analisados, com ênfase nos relativos a equipamentos e materiais de escritório, informática e comunicação, 63,2%; e artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos, 22,7%. Evidenciando as variações assinaladas nos segmentos veículos, 7,4%, e material de construção, -15,6%, o comércio ampliado cresceu 4,3% no período.

Dados da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores do Estado do Paraná (Fenabrave-PR) e Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos no Estado do Paraná (Sincodiv-PR) indicaram retração de 0,8% nas vendas de veículos no estado, no trimestre encerrado em novembro, em relação a igual período de 2008, comparativamente à redução de 3,4% registrada no trimestre terminado em agosto, no mesmo tipo de comparação.

A produção industrial do estado cresceu 6% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, quando registrara recuo de 3,8%, no mesmo tipo

Tabela 5.10 – Produção industrial – Paraná
Geral e setores selecionados

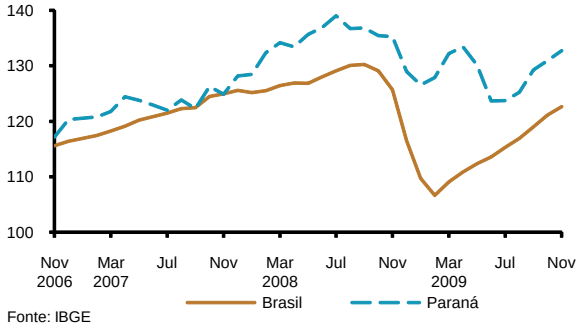
Variação % no período

Setores	Pesos[1/]	2009		
		Ago[2/]	Nov[2/]	Acum. 12 meses
Indústria geral	100,0	-3,8	6,0	-4,4
Produtos alimentícios	20,2	-7,8	-3,5	-4,7
Veículos automotores	20,4	-1,0	23,8	-32,6
Máquinas e equipamentos	9,8	18,1	10,1	-15,6
Refino de petróleo e álcool	9,6	-4,5	-0,9	-0,2
Celulose e papel	7,8	10,5	0,3	-1,0
Edição e impressão	7,8	-19,9	16,1	77,1
Madeira	4,2	-9,9	6,5	-22,1

Fonte: IBGE

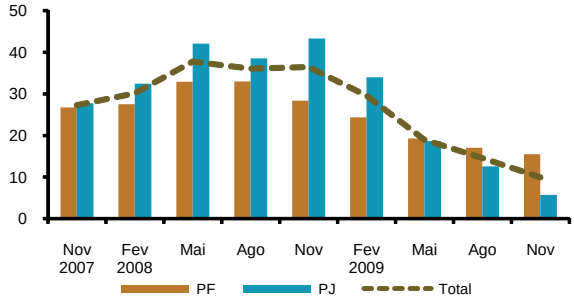
1/ Ponderação da atividade na indústria geral, conforme a PIM-PF/IBGE.
2/ Variação relativa aos trimestres. encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 5.10 – Produção industrial
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2002 = 100



Fonte: IBGE

Gráfico 5.11 – Evolução do saldo das operações de crédito – Paraná[1/]
Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R$5 mil.

de comparação, considerados dados dessazonalizados da PIM-PF, do IBGE. Dentre as catorze atividades pesquisadas, onze registraram resultados positivos, com destaque para veículos automotores, 23,8%, edição e impressão, 16,1%, e máquinas e equipamentos, 10,1%. O recuo mais representativo ocorreu na indústria de alimentos, 3,5%, refletindo, especialmente, o comportamento da produção do setor agropecuário.

Considerados períodos de doze meses, a produção da indústria do estado, em trajetória declinante desde outubro de 2008, decresceu 4,4% em novembro, em relação a igual intervalo do ano anterior, com ênfase nas reduções assinaladas nos segmentos veículos automotores, 32,6%, máquinas e equipamentos, 15,6%, madeira, 22,1%, e alimentos, 4,7%. O desempenho desses setores refletiu a importância da demanda externa para a sustentação dos setores automotivo e madeireiro do estado e da atividade agropecuária para o dinamismo das atividades alimentos e máquinas e equipamentos agrícolas.

Os indicadores da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep), considerados dados dessazonalizados, registraram desempenho divergente na margem, com o aumento de 1,9 p.p., para 80%, alcançado pelo Nuci no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, contrastando com o recuo de 2,9% experimentado, no período, pelas vendas reais.

De acordo com o Sindicato Nacional da Indústria de Cimento (SNIC), a demanda pelo produto, embora em ritmo mais lento do que em 2008, segue em expansão no Paraná. Nesse sentido, o consumo aparente de cimento cresceu 1,4% nos dez primeiros meses do ano, em relação a igual período de 2008, representando 6% do total consumido no país.

O saldo das operações de crédito superiores a R$5 mil realizadas no Paraná totalizou R$83,2 bilhões em novembro, elevando-se 5,2% em relação a agosto e 9,9% em doze meses. Os empréstimos no segmento de pessoas físicas atingiram R$37,8 bilhões, aumentando 5,8% no trimestre, com destaque para o desempenho das modalidades financiamento de veículos automotores e financiamentos rurais e agroindustriais de custeio e pré-custeio; e 15,5% em doze meses, enquanto a carteira de pessoas jurídicas somou R$45,4 bilhões, registrando variações respectivas de 4,6% e 5,7%, com ênfase no dinamismo dos empréstimos para capital de giro. A inadimplência das operações contratadas no estado alcançou 3,9% em novembro, ante 4,1% em agosto, resultado das reduções de 0,2 p.p. assinaladas tanto nos

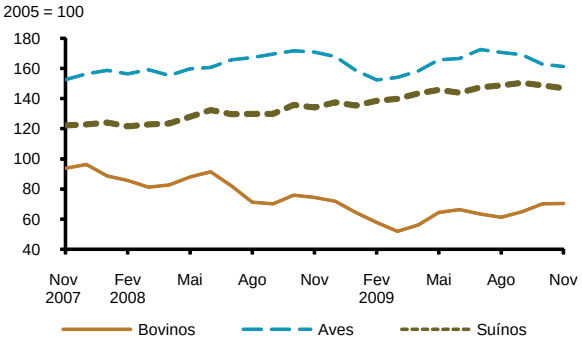
Tabela 5.11 – Produção agrícola – Paraná
Itens selecionados

Em mil toneladas

Discriminação	Peso[1/]	Produção[2/]		Variação %
		2008	2009[1/]	2009/2008
Grãos	81,4	31 968	24 393	-23,7
Feijão	7,8	771	753	-2,4
Milho	23,8	15 613	11 133	-28,7
Soja	39,2	11 800	9 492	-19,6
Trigo	6,6	3 068	2 453	-20,0
Outras lavouras				
Cana-de-açúcar	6,9	51 244	50 096	-2,2
Fumo	3,3	148	146	-1,5
Mandioca	2,4	3 326	4 271	28,4

Fonte: IBGE
1/ Por valor da produção – PAM 2008
2/ Estimativa segundo o LSPA de dezembro de 2009.

Gráfico 5.12 – Abates de animais – Paraná
Média móvel trimestral



Fonte: Mapa

Tabela 5.12 – Balança comercial – FOB
Janeiro-dezembro

US$ milhões

Discriminação	Paraná			Brasil
	2008	2009	Var. %	Var. %
Exportação	15 226	11 223	-26,3	-22,7
Importação	14 570	9 621	-34,0	-26,2
Saldo	656	1.602	144,4	1,6
Corrente de comércio	29 796	20 844	-30,0	-24,3

Fonte: MDIC/Secex

atrasos registrados no segmento de pessoas físicas quanto no de pessoas jurídicas, que se situaram, na ordem, em 5% e em 3%.

A safra de grãos do Paraná totalizou 24,4 milhões de toneladas em 2009, de acordo com o LSPA de dezembro do IBGE. O recuo anual de 23,7% refletiu as reduções significativas, decorrentes de condições meteorológicas adversas, observadas nos rendimentos médios das culturas de feijão, 22,5%; milho, 23,9%; soja, 21,3%; e trigo, 31,9%, principais lavouras do estado.

O valor bruto da produção (VBP) agrícola do estado, considerando o LSPA de dezembro e os preços médios recebidos pelos produtores do Paraná em 2009, divulgados pela Seab/Departamento de Economia Rural (Deral), recuou 22,9% no ano. Esse resultado é compatível com o acompanhamento do Mapa, que registrou redução de 20,6% no VBP do estado, ante declínio de 4,5%, em média, no país.

Estimativa da Seab/Deral para a safra de 2010, divulgada em dezembro, revela que a produção de grãos relativa à primeira safra de verão deverá crescer 24,1% no ano, totalizando 20,5 milhões de toneladas. Vale mencionar que a área destinada ao plantio de soja, em detrimento do cultivo de milho e feijão, deverá crescer 9,1%, favorecendo a aumento anual de 43,1% projetado para esta cultura, que deverá atingir safra recorde de 13,4 milhões de toneladas. No mesmo sentido, o quarto levantamento de intenção de plantio da Conab para a safra de 2010 considera aumento de 16,5% para a produção de grãos, com ênfase na perspectiva de crescimento de 39,6% na colheita de soja.

Os abates de bovinos e de frangos realizados em estabelecimentos fiscalizados pelo SIF recuaram, na ordem, 21% e 1,2% nos onze primeiros meses do ano, em relação a igual período de 2008, enquanto os relativos a suínos, impulsionados pela intensificação da demanda externa, aumentaram 12,2%. A participação do Paraná no total desses abates realizados no país atingiu, na ordem, 3,6%, 27,5% e 17,5% no período, enquanto os preços médios recebidos pelos produtores no estado registraram, de acordo com a Seab, recuos respectivos de 6% e 26,8% nos segmentos de bovinos e de suínos e estabilidade no relativo a carnes de frango.

O superávit da balança comercial do Paraná atingiu US$1,6 bilhão em 2009, ante US$0,7 bilhão no ano anterior. As exportações totalizaram US$11,2 bilhões e as importações, US$9,6 bilhões, ressaltando-se que a redução anual de 26,3% observada nas vendas externas refletiu recuos

de 8,3% nos preços e de 19,6% no *quantum*, enquanto o decréscimo de 34% experimentado pelas compras externas resultou de retrações respectivas de 15,9% e 21,5%.

As exportações do estado registraram recuos em todas as categorias de fator agregado. A retração nos embarques de produtos industrializados, exercendo impacto negativo sobre o dinamismo da indústria, atingiu 33,9%, registrando-se decréscimo de 37% nas vendas de produtos manufaturados, impactadas pelas reduções observadas nas relativas a óleo de soja refinado, 84,8%; madeira compensada, 46,6%; e automóveis de passageiros, 24,1%, e recuo de 19,1% nos embarques de semimanufaturados, com ênfase na retração de 50% assinalada nas vendas de óleo de soja em bruto. As exportações de produtos básicos decresceram 13,9%, ressaltando-se as reduções nas relativas a carne de frango, 21,8%; e farelo de soja, -19,1%. A China se manteve como principal destino dos produtos paranaenses, absorvendo, em conjunto com a Alemanha, Argentina, Holanda e EUA, 37,6% das exportações do estado.

A evolução das importações refletiu as retrações generalizadas, e mais intensas do que as registradas no país, observadas em todas as categorias de uso. As aquisições de combustíveis, refletindo, em grande parte, a trajetória do preço do petróleo, decresceram 58,3% no ano, seguindo-se o recuo de 33,4% observado nas compras de matérias-primas e bens intermediários, com ênfase na redução relativa a adubos e fertilizantes, 75,3%. As aquisições de bens de capital, registrando recuperação na margem consistente com a evolução recente dos investimentos no estado, reduziram-se 17,9% no ano, enquanto as relativas a bens de consumo duráveis e a de bens de consumo não duráveis assinalaram retrações respectivas de 14,2% e 12,5%. As compras externas provenientes da Argentina, da Nigéria, da China, da Alemanha e dos EUA representaram 53,4% do total adquirido pelo Paraná em 2009.

De acordo com dados do Caged/MTE, foram criados 43,2 mil postos de trabalho no estado, no trimestre encerrado em novembro, ante 27,3 mil naquele finalizado em agosto e 23,2 mil em igual período de 2008, dos quais 15,2 mil na indústria de transformação, 15,1 mil no comércio, 9,3 mil no setor de serviços e 3,6 mil na construção civil. Considerada a Região Metropolitana de Curitiba (RMC), foram gerados, na ordem, 8 mil, 5,3 mil, 4,1 mil e 2,4 mil empregos formais nos setores mencionados.

A taxa de desemprego na RMC situou-se em 4,5% em novembro, ante 5,7% em agosto e 4,8% em igual período de 2008, assinalando-se, segundo a PME, elaborada pelo Instituto

Tabela 5.13 – Exportação por fator agregado – FOB
Janeiro-dezembro

US$ milhões

Discriminação	Paraná			Brasil
	2008	2009	Var. %	Var. %
Total	15 226	11 223	-26,3	22,7
Básicos	5 787	4 985	-13,9	-15,2
Industrializados	9 439	6 238	-33,9	-26,6
Semimanufaturados	1 611	1 304	-19,1	-24,3
Manufaturados[1/]	7 827	4 933	-37,0	-27,9

Fonte: MDIC/Secex
1/ Inclui operações especiais.

Tabela 5.14 – Importação por categoria de uso – FOB
Janeiro-dezembro

US$ milhões

Discriminação	Paraná			Brasil
	2008	2009	Var. %	Var. %
Total	14 570	9 621	-34,0	-26,2
Bens de consumo	2 047	1 766	-13,7	-4,5
Duráveis	1 461	1 253	-14,2	-8,6
Não duráveis	587	513	-12,5	0,9
Bens de capital	2 055	1 688	-17,9	-17,4
Bens intermediários	7 251	4 826	-33,4	-28,2
Combustíveis	3 217	1 341	-58,3	-46,8

Fonte: MDIC/Secex

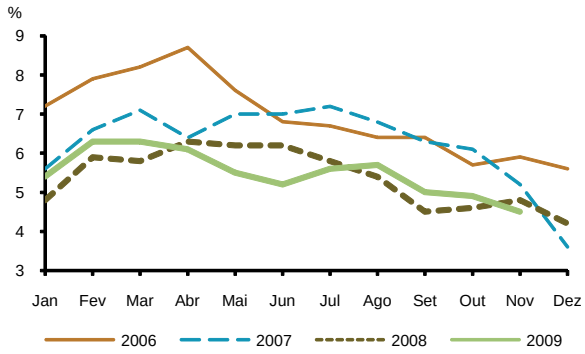
Tabela 5.15 – Evolução do emprego formal – Paraná
Novos postos de trabalho

Acumulado no trimestre (em mil)[1/]

Discriminação	2008	2009			
	Nov	Fev	Mai	Ago	Nov
Total	23,2	-45,7	30,5	27,3	43,2
Ind. de transformação	1,6	-27,8	7,9	6,4	15,2
Comércio	12,4	-3,8	3,2	7,3	15,1
Serviços	7,5	-2,1	10,5	8,9	9,3
Construção civil	1,3	-1,9	3,3	3,3	3,6
Agropecuária	0,4	-9,3	5,0	0,8	-0,1
Serv. ind. de util. pública	0,1	-0,1	-0,2	0,2	0,2
Outros[2/]	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: MTE
1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.
2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outras.

Gráfico 5.13 – Taxa de desemprego aberto – Curitiba



Fonte: Ipardes/IBGE

Tabela 5.16 – IPCA – RMC

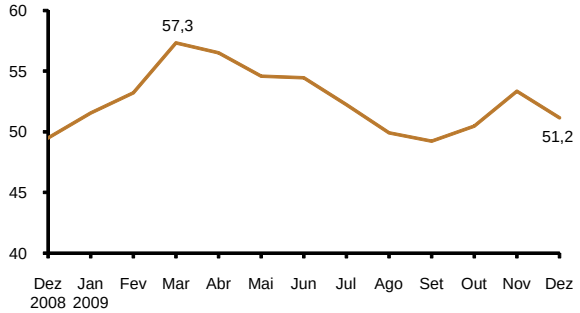
Variação %

Discriminação	Pesos[1/]	2008	2009		
		Ano	III Tri	IV Tri	Ano
IPCA	100,0	5,41	0,51	1,03	4,67
Livres	71,0	7,21	0,52	0,68	4,13
Comercializáveis	33,2	6,03	-0,53	0,64	2,79
Não comercializáveis	37,9	8,28	1,46	0,72	5,33
Monitorados	29,0	1,17	0,48	1,90	6,07
Principais itens					
Alimentação	20,8	12,45	-0,12	-0,90	2,07
Habitação	13,6	5,12	1,08	1,24	7,28
Art. residência	4,3	-1,14	-1,76	1,47	4,81
Vestuário	6,3	5,29	1,56	1,04	4,30
Transportes	22,6	1,51	0,21	2,77	3,51
Saúde	9,9	4,41	1,50	0,74	4,90
Despesas pessoais	10,7	7,81	0,75	1,07	8,52
Educação	6,5	5,02	0,73	-0,02	6,40
Comunicação	5,1	0,94	0,80	2,18	3,73

Fonte: IBGE

1/ Referentes a dezembro de 2009.

Gráfico 5.14 – Índice de difusão IPCA – Curitiba
Média móvel trimestral



Fonte: IBGE

Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes) em convênio com o IBGE, refletindo aumentos de 3,7% na população ocupada e 2,4% na PEA, com redução de 10,1% no total de desocupados. A análise da série sem influências sazonais revela que a taxa de desemprego alcançou 5,2% em novembro, ante 5,4% em agosto. O rendimento médio real habitualmente recebido elevou-se 1,7% no trimestre, acumulando aumento de 8,2% em doze meses.

A inflação da RMC, mensurada pelo IPCA, atingiu 4,67% em 2009, ante 5,41% no ano anterior e média de 4,31% no país. Essa evolução refletiu o impacto mais intenso da desaceleração, de 7,21% para 4,13%, assinalada na variação dos preços livres, em relação ao derivado da aceleração, de 1,17% para 6,07%, registrada na relativa aos monitorados, que traduziu, em especial, as elevações nos preços dos itens gás de botijão, 19,67%; ônibus urbano, 14,69%; plano de saúde, 6,64%; gasolina, 5,46%; e telefone fixo, 3,84%, responsáveis, em conjunto, por 1,29 p.p. da variação anual do IPCA. O desempenho dos preços livres resultou do arrefecimento observado nas variações dos preços dos bens não comercializáveis, de 8,28% para 5,33%, e dos comercializáveis, de 6,03% para 2,79%.

O IPCA da RMC cresceu 1,03% no trimestre encerrado em dezembro, ante 0,51% naquele finalizado em setembro. A expressiva aceleração do indicador refletiu, em especial, o incremento de 0,48% para 1,90% assinalado na variação dos preços monitorados, com ênfase nos aumentos relativos aos itens passagem aérea, 54,33%; gasolina, 3,63%; gás de botijão, 3,36%; telefone fixo, 2,66%; e plano de saúde, 1,76%, que responderam por 52,7% da inflação trimestral. A variação dos preços livres aumentou de 0,52% para 0,68%, ressaltando-se a expansão de 18,99% experimentada pelo preço do álcool combustível, em período de entressafra. O índice de difusão, revelando maior dispersão dos aumentos de preços, atingiu 51,2%, em média, no trimestre encerrado em dezembro, ante 49,2% naquele finalizado em setembro.

A recuperação da economia paranaense ocorre em ambiente de aumento da massa salarial, de intensificação das operações de crédito e de retomada da atividade industrial, delineando perspectivas favoráveis em relação à sua consolidação nos próximos meses. As perspectivas benignas em relação ao desenvolvimento do setor agrícola na próxima safra e os indicativos de superação da recessão nas principais economias mundiais – importante destino da produção estadual – constituem-se em fatores adicionais para a sustentação do dinamismo desse processo de crescimento. A aceleração da inflação, por outro lado, suscita atenção.

Rio Grande do Sul

A continuidade da retomada da atividade, em cenário de superação dos efeitos da crise econômica recente, se evidenciou, nos últimos meses de 2009, em resultados positivos, na margem, nos principais indicadores econômicos do estado. Nesse cenário, a elevação de 1,7% registrada no Índice de Atividade Econômica Regional – Rio Grande do Sul (IBCR-RS) no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, se constituiu no terceiro aumento consecutivo do indicador neste tipo de comparação, considerados dados dessazonalizados. Vale ressaltar que, repercutindo o impacto do acirramento da crise mundial sobre a trajetória da economia do estado nos primeiros meses de 2009, o IBCR-RS recuou 2,2% no período de doze meses encerrado em novembro, em relação a igual intervalo de 2008, resultado que, embora antecipe variação negativa para o PIB do estado em 2009, incorpora a recuperação registrada pela economia gaúcha na margem.

Gráfico 5.15 – Índice de Atividade Econômica Regional – Rio Grande do Sul (IBCR-RS)
Dados dessazonalizados
2002 = 100

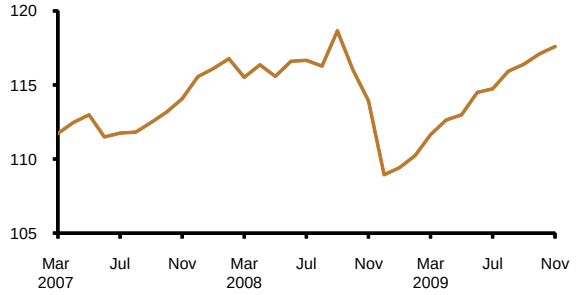
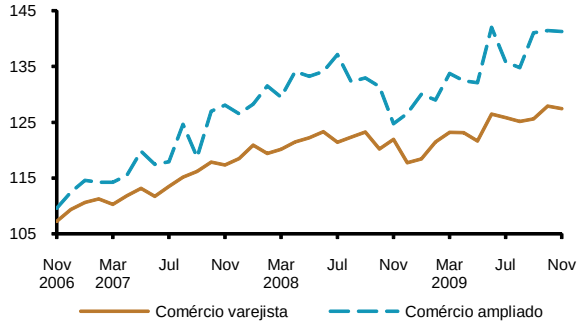


Gráfico 5.16 – Comércio varejista – RS
Dados dessazonalizados
2003 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 5.17 – Comércio varejista – RS
Geral e setores selecionados

Variação % no período

Discriminação	2008	2009		
		Ago[1/]	Nov[1/]	12 meses
Comércio varejista	6,4	2,8	1,6	1,6
Combustíveis e lubrificantes	7,2	2,4	-4,9	-6,4
Hiper, supermercados	3,4	1,0	0,9	1,3
Tecidos, vestuário e calçados	1,0	11,1	-1,6	-2,3
Móveis e eletrodomésticos	12,2	4,1	3,1	2,4
Comércio ampliado	9,5	3,6	2,7	2,8
Automóveis e motocicletas	16,2	5,3	10,6	9,9
Material de construção	13,6	2,3	4,1	-14,2

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

O PIB do Rio Grande do Sul registrou retração anual de 0,8% em 2009, de acordo com estatísticas preliminares da Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE), ressaltando-se que esse resultado, embora negativo, incorpora a acentuada recuperação experimentada pela economia do estado no segundo semestre do ano. Setorialmente, a agropecuária e o setor de serviços registraram crescimentos respectivos de 1,2% e 0,9%, contrastando com o recuo de 5,3% assinalado na indústria. A FEE projetou desempenho vigoroso para a economia gaúcha em 2010, com destaque para as perspectivas de maior dinamismo da indústria de transformação e de acentuada recuperação da agropecuária.

As vendas varejistas aumentaram 1,6% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, quando cresceram 2,8% neste tipo de comparação, considerados dados dessazonalizados do IBGE. Ressaltem-se, no período, os aumentos relativos aos segmentos equipamentos e materiais de escritório, 16,7%; livros, jornais, revistas e papelaria, 7,5%; e móveis e eletrodomésticos, 3,1%, contrastando com o recuo de 4,9% assinalado nas vendas de combustíveis. O comércio ampliado, incorporadas as variações de 10,6% nas vendas de veículos, motos, partes e peças e de 4,1% nas associadas a materiais de construção, cresceu 2,7% no período.

Considerados períodos de doze meses, as vendas varejistas elevaram-se 1,6% em novembro, em relação a igual período do ano anterior, registrando-se resultados

positivos em sete dos nove segmentos analisados, com destaque para livros, jornais, revistas e papelaria, 21,7%; artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos, 12,1%; e equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação, 15,1%. Em sentido inverso, registrem-se as reduções observadas nas vendas de combustíveis e lubrificantes, 6,4%, e de tecidos, vestuário e calçados, 2,3%. O comércio ampliado, refletindo as variações assinaladas nas vendas de veículos, motos, partes e peças, 9,9%, e nas relativas a materiais de construção, -14,2%, cresceu 2,8% no período.

A indústria gaúcha, mantendo-se na trajetória de recuperação iniciada em meados do ano, cresceu 4,1% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, quando havia registrado expansão de 4%, no mesmo tipo de comparação, conforme dados dessazonalizados da PIM-PF, do IBGE. Ocorreram resultados positivos em dez das catorze atividades pesquisadas, com ênfase nos registrados nas indústrias de veículos automotores, 10,3%; e calçados e artigos de couro, 6,2%.

A análise de períodos de doze meses revela que a indústria do estado decresceu 9,9% em novembro, em relação a igual período do ano anterior, com destaque para as retrações observadas nos segmentos máquinas e equipamentos, 29,4%; veículos automotores, 22,6%, e calçados e artigos de couro, 21,5%. Em contraste, ressaltem-se os aumentos registrados nas atividades refino de petróleo e álcool, 16,2%, e bebidas, 4,3%.

O Índice de Desempenho Industrial (IDI), considerados dados da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs), dessazonalizados, cresceu 3,1% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, evolução decorrente do impacto das expansões observadas nas vendas industriais, 9,4%; horas trabalhadas, 2,8%; pessoal ocupado, 0,3%; e Nuci, 2 p.p. Apesar da expansão na margem, o IDI recuou 12,8% no período de doze meses encerrado em novembro, em relação a igual período de 2008, refletindo retrações nas horas trabalhadas, 12,7%; vendas industriais, 10,4%; pessoal ocupado, 6,6%; e Nuci, 7 p.p.

Ainda de acordo com a Fiergs, a confiança do empresário industrial gaúcho, medida pelo Índice de Confiança do Empresariado Industrial – Rio Grande do Sul (Icei-RS), consolidando a percepção do setor sobre a retomada do crescimento econômico, atingiu 63 pontos em outubro – maior patamar desde abril de 2001, elevando-se

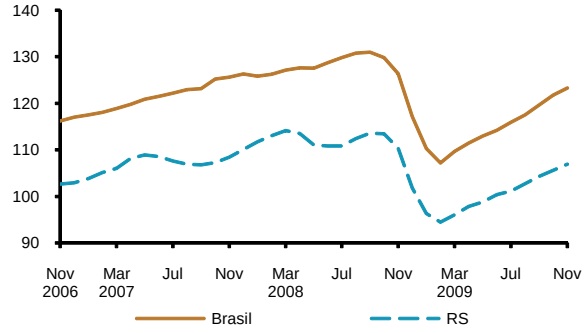
Tabela 5.18 – Produção industrial – Rio Grande do Sul
Geral e atividades selecionadas

Variação % no período

Setores	Pesos[1/]	2009		
		Ago[2/]	Nov[2/]	12 meses
Indústria geral	100,0	4,0	4,1	-9,9
Alimentos	17,0	0,7	-0,9	-5,0
Máquinas e equipamentos	11,7	11,8	0,9	-29,4
Veículos automotores	10,8	10,2	10,3	-22,6
Refino de petróleo e álcool	10,2	4,7	0,6	16,2
Outros produtos químicos	9,9	0,5	3,8	-2,4
Calçados e artigos de couro	9,5	1,3	6,2	-21,5

Fonte: IBGE
1/ Ponderação da atividade conforme a PIM-PF/IBGE de novembro.
2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 5.17 – Produção industrial – RS
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2002 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 5.19 – Indicadores da produção industrial – Rio Grande do Sul

Variação %

Discriminação	2009		
	Ago[2/]	Nov[2/]	12 meses
IDI	1,0	3,1	-12,8
Vendas industriais	4,5	9,4	-10,4
Pessoal ocupado	-1,3	0,3	-6,6
Horas trabalhadas	1,7	2,8	-12,7
Nuci[1/]	79,0	81,0	79,6

Fonte: Fiergs
1/ Percentual médio de utilização.
2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados pelo Banco Central.

oito pontos em relação a julho e acumulando alta de dezoito pontos desde janeiro de 2009. Em relação aos componentes do indicador, o índice de condições atuais atingiu 58 pontos, superando a linha de cinquenta pontos pela primeira vez desde abril de 2008, e o índice de expectativas para os próximos seis meses situou-se em 65,7 pontos, melhor resultado desde abril de 2007.

A taxa de velocidade das vendas de imóveis novos no mercado imobiliário de Porto Alegre, expressando a relação entre vendas e oferta, atingiu 21,6% em novembro, ante 12,8% em outubro e 9,6% em igual mês de 2008, de acordo com o Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Rio Grande do Sul (Sinduscon-RS). O indicador situou-se, em média, em 10,7% no período de doze meses encerrado em novembro, ante 14,8% em igual intervalo do ano anterior.

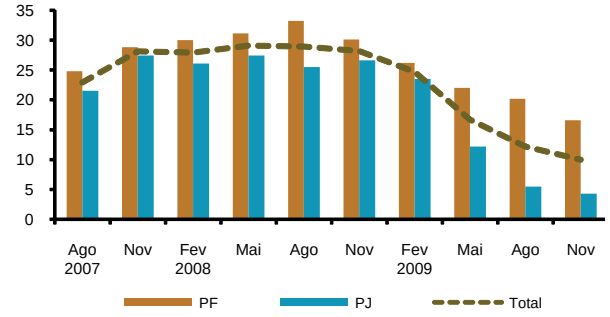
O saldo das operações de crédito superiores a R$5 mil realizadas no estado totalizou R$83,8 bilhões em novembro, elevando-se 5,4% em relação a agosto e 10% em doze meses. Os empréstimos contratados no segmento de pessoas físicas atingiram R$41,4 bilhões, aumentando 6% no trimestre e 16,6% em doze meses, com destaque para o desempenho das modalidades financiamentos rurais e agroindustriais, habitacional, aquisição de veículos e crédito consignado. A carteira das pessoas jurídicas totalizou R$42,4 bilhões, registrando variações de 4,8% no trimestre e de 4,3% em doze meses, com ênfase no aumento das operações contratadas pelo comércio atacadista.

A inadimplência do sistema financeiro atingiu 3,6% em novembro, ante 3,5% em agosto, resultado de aumento de 0,2 p.p. nos atrasos relativos ao segmento de pessoas jurídicas, e de estabilidade no de pessoas físicas que totalizaram, na ordem, 2,8% e 4,4%.

A safra de grãos do estado registrou, de acordo com o LSPA de dezembro, do IBGE, decréscimo anual de 2,7% em 2009, atingindo 22,3 milhões de toneladas e representando 16,7% da produção nacional. Esse desempenho refletiu, em especial, o impacto das retrações observadas nas culturas de milho, 20,2%, e trigo, 12,3%, neutralizado, em parte, pelos acréscimos respectivos de 22,4%, 7,3% e 1,8% registrados nas safras de feijão, arroz e soja. Em relação às outras culturas de inverno com participação relevante na produção agrícola do estado, a colheita de aveia cresceu 9,2% no ano, enquanto as relativas à cevada e ao centeio experimentaram retrações respectivas de 14% e 14,5%.

Gráfico 5.18 – Evolução do saldo das operações de crédito – RS[1/]

Variação em 12 meses - %



1/ Operações com saldo superior a R$5 mil.

Tabela 5.20 – Produção agrícola – Rio Grande do Sul

Itens selecionados

Em mil toneladas

Discriminação	Pesos[1/]	Produção[2/]		Variação %
		2008	2009	2009/2008
Grãos	70,9	22 960	22 331	-2,7
Soja	30,3	7 773	7 913	1,8
Arroz (em casca)	22,8	7 371	7 913	7,3
Milho	11,2	5 322	4 249	-20,2
Trigo	4,9	2 058	1 806	-12,3
Outras lavouras				
Fumo	11,7	446	444	-0,4
Mandioca	4,0	1 340	1 282	-4,3
Uva	2,8	776	737	-5,0
Maçã	2,1	515	557	8,1

Fonte: IBGE

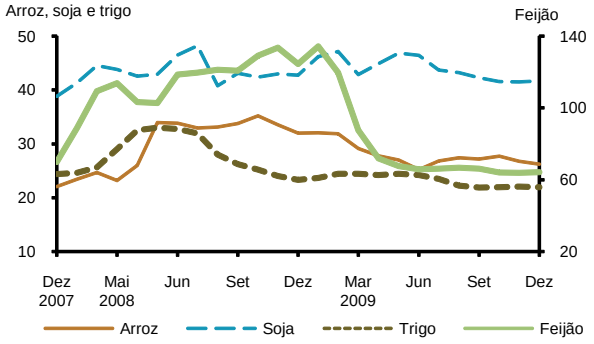
1/ Por valor da produção – PAM 2008.

2/ Estimativa segundo o LSPA de dezembro de 2009.

Gráfico 5.19 – Preços médios mensais pagos ao produtor – RS (R$/saca)

Arroz, soja e trigo

Feijão



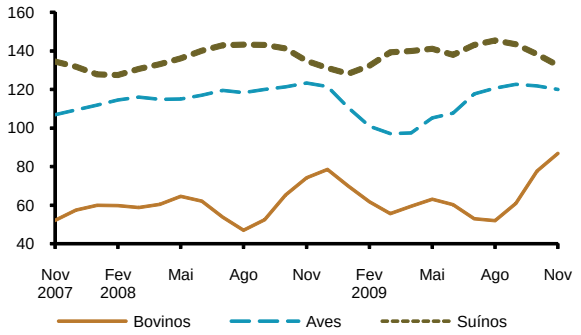
Fonte: Emater

Tabela 5.21 – Indicadores da pecuária – RS
Novembro de 2009

Discriminação	Produção	Exportações (kg)	Preços (R$)
		Variação % no ano	
Abates[1/]			
Bovinos	5,2	-15,8	-0,8
Suínos	1,3	-0,1	-26,1
Aves[2/]	-6,4	-5,7	3,6
Leite[3/]	0,4	-	1,7

Fonte: Emater/RS, Embrapa Gado de Leite, IBGE, Iepe, Mapa e MDIC
1/ Número de animais.
2/ Os preços correspondem aos praticados no varejo.
3/ Litros.

Gráfico 5.20 – Abates de animais – RS
Média móvel trimestral
2005 = 100



Fonte: Mapa

Tabela 5.22 – Exportação por fator agregado – FOB
Janeiro-dezembro

Discriminação	Rio Grande do Sul			Brasil
	2008	2009	Var. %	Var. %
	US$ milhões			
Total	18 460	15 236	-17,5	22,7
Básicos	7 332	6 884	-6,1	-15,2
Industrializados	11 128	8 352	-24,9	-26,6
Semimanufaturados	1 671	949	-43,2	-24,3
Manufaturados[1/]	9 457	7 403	-21,7	-27,9

Fonte: MDIC/Secex
1/ Inclui operações especiais.

Tabela 5.23 – Importação por categoria de uso – FOB
Janeiro-dezembro

Discriminação	Rio Grande do Sul			Brasil
	2008	2009	Var. %	Var. %
	US$ milhões			
Total	14 525	9 471	-34,8	-26,2
Bens de capital	2 097	1 782	-15,0	-17,4
Matérias-primas	6 459	3 720	-42,4	-28,2
Bens de consumo	1 459	1 276	-12,6	-4,5
Duráveis	1 129	962	-14,8	-8,6
Não duráveis	331	314	-5,0	0,9
Combustíveis	4 510	2 693	-40,3	-46,8

Fonte: MDIC/Secex

Os abates de aves, bovinos e suínos registraram variações respectivas de -6,4%, 5,2% e 1,3% nos onze primeiros meses, em relação a igual período de 2008, de acordo com estatísticas do Mapa, enquanto suas exportações recuaram, na ordem, 5,7%, 15,8% e 0,1%. De acordo com a Emater/RS e o Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Iepe/UFRGS), os preços médios destes itens registraram variações respectivas de 3,6%, -0,8% e -26,1%, no período.

A produção gaúcha de leite registrou aumento anual de 0,4% em 2009, de acordo com estatísticas do IBGE e estimativas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) Gado de Leite, e os preços recebidos pelos produtores assinalaram ganhos de 1,71%, de acordo com a Emater/RS.

O superávit comercial do estado totalizou US$5,8 bilhões em 2009, ante US$3,9 bilhões em 2008, de acordo com o MDIC. As exportações somaram US$15,2 bilhões e as importações, US$9,4 bilhões, registrando retrações anuais respectivas de 17,5% e de 34,8%.

O desempenho das vendas externas, decorrente de declínios de 11,9% nos preços e de 6,3% no *quantum* exportado, refletiu a ocorrência de recuos nos embarques de todas as categorias de fator agregado, com ênfase na retração de 43,2% assinalada nos relativos a produtos semimanufaturados, impactada pelas contrações observadas nas vendas de óleo de soja, 57,2%, e couros, 38,9%. As exportações de produtos manufaturados recuaram 21,7%, com destaque para a retração de 31,3% registrada nas relativas a calçados, enquanto as vendas de produtos básicos decresceram 6,1%, com ênfase nas reduções dos embarques de carnes, 24,9%. As exportações direcionadas à China, Argentina e aos EUA representaram, em conjunto, 37,8% das vendas externas do estado.

A evolução anual das compras externas traduziu os recuos assinalados nos preços, 27,2%, e 10,5% nas quantidades importadas. As aquisições de matérias-primas e produtos intermediários decresceram 42,4%, impactadas pelo recuo de 34,7% assinalado nas relativas a naftas, seguindo-se as retrações observadas nas importações de combustíveis, 40,3%; bens de capital, 15%; bens de consumo duráveis, 14,8%; e bens de consumo não duráveis, 5%. As compras provenientes da Argentina, Nigéria e Argélia representaram, em conjunto, 54,9% do total adquirido pelo estado em 2009.

Tabela 5.24 – Evolução do emprego formal – Rio Grande do Sul

Novos postos de trabalho

Acumulado no trimestre (em mil)[1/]

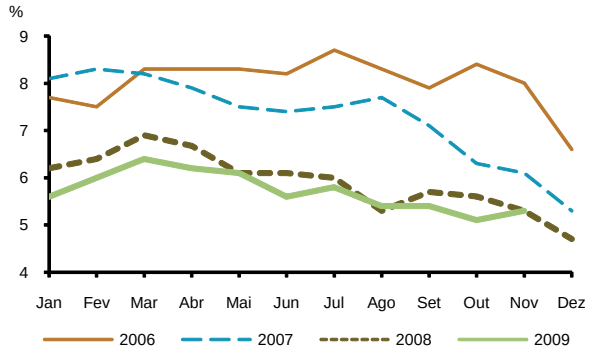
Discriminação	2008	2009			
	Nov	Fev	Mai	Ago	Nov
Total	27,4	-24,1	3,6	9,1	59,7
Ind. de transformação	-5,1	-21,9	-3,1	-3,9	17,8
Comércio	15,7	-2,4	2,8	4,1	17,3
Serviços	12,8	-0,3	11,5	7,2	12,4
Construção civil	0,7	-1,9	1,0	3,4	5,1
Agropecuária	2,9	2,6	-8,7	-1,9	6,6
Serv. ind. de util. pública	0,2	0,1	0,4	-0,1	0,2
Outros[2/]	0,2	-0,4	-0,3	0,4	0,2

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

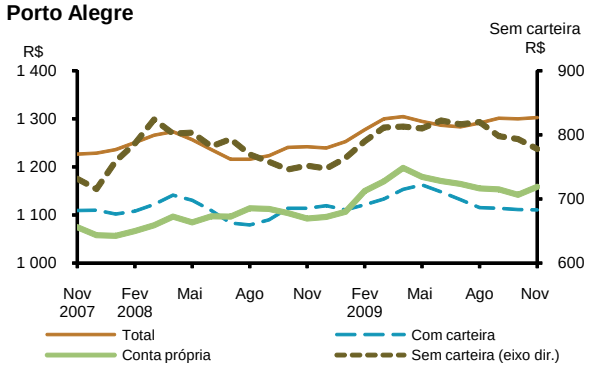
2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outras.

Gráfico 5.21 – Taxa de desemprego aberto – Porto Alegre



Fonte: IBGE

Gráfico 5.22 – Rendimento habitual médio real[1/] – Porto Alegre



Fonte: IBGE

1/ Média móvel trimestral, a preços de nov/2009 corrigidos pelo INPC.

O desempenho do mercado de trabalho manteve-se consistente com a trajetória de retomada do nível da atividade observada no estado. Nesse sentido, de acordo com o Caged/MTE, foram gerados 59,7 mil empregos formais no trimestre encerrado em novembro, ante 9,1 mil naquele finalizado em agosto e 27,4 mil em igual período de 2008. Registraram-se resultados positivos em todos os setores considerados no cadastro, com destaque para a geração de 17,8 mil postos de trabalho na indústria de transformação, dos quais 6,4 mil na indústria da alimentação e bebidas, 2,6 mil na mecânica, e 2,5 mil na metalúrgica. O comércio, em cenário de aquecimento das vendas, foi responsável pela criação de 17,3 mil empregos, enquanto no setor de serviços, na agricultura e na construção civil ocorreram, na ordem, 12,4 mil, 6,6 mil e 5,1 mil contratações líquidas.

O nível de emprego formal cresceu 1,4% no trimestre finalizado em novembro, em relação ao encerrado em agosto, quando havia avançado 0,7%, no mesmo tipo de comparação, considerados dados dessazonalizados, com ênfase nas expansões observadas na construção civil, 4%; no comércio, 1,7%; na indústria de transformação, 1,3%; e em serviços, 1,1%.

A taxa de desemprego na região metropolitana de Porto Alegre (RMPA) atingiu 5,3% em novembro, ante 5,4% em agosto e 5,3% em igual período de 2008, registrando-se, de acordo com a PME, do IBGE, decréscimos de 0,9% na PEA e de 0,8% na população ocupada. Considerando dados dessazonalizados, a taxa de desemprego manteve-se estável em 5,5% no trimestre, enquanto o rendimento médio real habitualmente recebido e a massa salarial real cresceram 0,8% e 3,2%, respectivamente, acumulando aumentos de 4% e 3,6% no período de doze meses.

A inflação da RMPA, medida pelo IPCA, atingiu 0,77% no trimestre encerrado em dezembro, ante 0,41% naquele finalizado em setembro, evolução decorrente das acelerações registradas nas variações dos preços livres, de 0,28% para 0,72%, e dos monitorados, de 0,76% para 0,90%. O desempenho dos preços nesse segmento refletiu, em grande parte, a elevação em passagens aéreas, 34,84%, associada ao reajuste da tarifa de ônibus intermunicipal ocorrido em outubro, item que assinalou aumento de 5,64% no trimestre.

A trajetória dos preços livres refletiu o impacto mais intenso da aceleração, de -1,18% para 0,23%, observada na variação dos preços dos itens comercializáveis, com destaque para o aumento dos preços no grupo vestuário,

Tabela 5.25 – IPCA – RMPA

Variação %

Discriminação	Pesos[1/]	2008	2009		
			III Tri	IV Tri	Ano
IPCA	100,0	6,56	0,41	0,77	3,72
Livres	73,3	7,68	0,28	0,72	3,66
Comercializáveis	35,6	7,36	-1,18	0,23	1,29
Não comercializáveis	37,7	8,00	1,71	1,19	6,00
Monitorados	26,7	3,60	0,76	0,90	3,83
Principais itens					
Alimentação	23,1	12,26	-0,76	0,63	3,27
Habitação	14,2	5,24	1,48	0,31	5,11
Artigos residência	4,8	2,59	-0,38	-0,47	-2,13
Vestuário	7,3	8,37	-0,38	2,34	4,24
Transportes	18,0	3,74	0,51	1,41	0,65
Saúde	10,7	5,28	0,63	0,26	4,11
Despesas pessoais	10,6	6,65	2,00	1,40	9,14
Educação	6,4	5,81	0,58	0,09	7,46
Comunicação	4,9	1,10	0,32	0,10	0,85

Fonte: IBGE

1/ Referentes a dezembro de 2009.

que impactou o indicador geral em 0,17 p.p., em relação ao derivado da desaceleração, de 1,71% para 1,19%, assinalada na variação dos preços dos itens não comercializáveis, com ênfase na deflação de 0,63% registrada nos preços das frutas e no crescimento de 3,05% observado nos relativos ao item alimentação fora do domicílio.

A desaceleração, de 6,56% em 2008, para 3,72% em 2009, assinalada na inflação anual no estado refletiu, em especial, o arrefecimento, de 7,68% para 3,66%, registrado na variação dos preços livres, contrastando com a aceleração, de 3,60% para 3,83%, assinalada nos preços dos bens e serviços monitorados. O desempenho dos preços nesse grupo evidenciou as elevações assinaladas nos itens energia elétrica residencial, 3,99%; ônibus urbano, 9,52%; e produtos farmacêuticos, 4,13%, que responderam, em conjunto, por 0,51 p.p. da variação do IPCA. A evolução dos preços livres refletiu, principalmente, a desaceleração, de 7,36% para 1,29%, registrada na variação dos preços dos itens comercializáveis, com ênfase nas deflações registradas em carnes, arroz, panificados e frango, que mitigaram o indicador em 0,20 p.p. ante contribuição de 0,96 p.p. em 2008. A variação dos preços dos itens não comercializáveis, traduzindo a desaceleração dos preços da alimentação fora do domicílio e as retrações assinaladas nos preços dos itens automóvel usado, 12,67%, e feijão preto, 41,88%, recuou de 8% para 6%, no ano.

Indicando maior dispersão dos reajustes de preços, o índice de difusão atingiu, em média, 51,9% no trimestre finalizado em dezembro, ante 49,6% naquele encerrado em setembro.

A evolução recente dos principais indicadores da economia do estado se constitui em indicativo relevante de que o processo de recuperação em curso deverá se consolidar no decorrer de 2010. Esta percepção é fortalecida pela perspectiva de que as principais economias maduras, importantes destinos dos produtos do estado, experimentem recuperação mais acentuada nos próximos meses. Por outro lado, também na economia gaúcha há evidências de reaceleração inflacionária.

Desempenho Recente e Perspectivas para a Agricultura

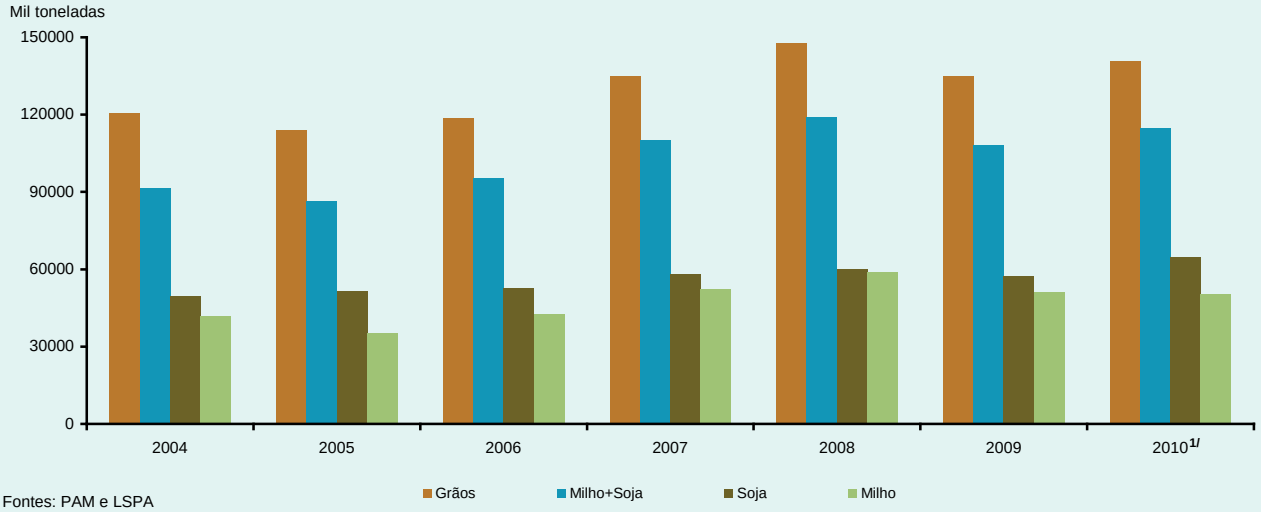
A safra de grãos do país totalizou 133,8 milhões de toneladas em 2009, de acordo com o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) de dezembro, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), registrando, após apresentar três resultados anuais positivos em sequência, recuo de 8,3% em relação ao ano anterior. Tal desenvolvimento contribuiu para deprimir a atividade econômica em 2009 nas regiões em que o *agribusiness* tem peso importante. O objetivo deste boxe consiste em avaliar esse desempenho e, sempre enfatizando sua distribuição regional, as perspectivas para o setor agrícola do país em 2010[1].

A reversão, em 2009, da trajetória crescente experimentada pela safra de grãos no país a partir de 2006 refletiu, em especial, o impacto das adversidades meteorológicas observadas nas principais regiões produtoras de soja, milho, trigo e caroço de algodão herbáceo sobre o desenvolvimento dessas culturas, que registraram recuos anuais respectivos de 4,8%, 13,5%, 16% e 25,9%. No mesmo sentido, a produção de café, em ciclo bianual de baixa produtividade, recuou 12,8%, enquanto as relativas a arroz e feijão aumentaram, na ordem, 4,2% e 0,5% (gráfico 1).

O Terceiro Prognóstico do IBGE estima que a produção de cereais, leguminosas e oleaginosas deverá atingir 140,7 milhões de toneladas em 2010, elevando-se 5,2% em relação ao ano anterior e ocupando área 2% superior à cultivada em 2009. De acordo com o Quarto Levantamento da Companhia

1/ As projeções relativas a 2010 são elaboradas a partir dos resultados do LSPA e do Terceiro Prognóstico para a safra 2010, ambos do IBGE, das estimativas do valor bruto da produção, elaboradas pela Assessoria de Gestão Estratégica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (AGE/Mapa), e do Quarto Levantamento para a safra 2009/2010, da Conab.

Gráfico 1 – Quandidade produzida de grãos (cereais, leguminosas e oleaginosas) – Brasil



Fontes: PAM e LSPA
1/ Estimativa grãos IBGE; soja e milho Conab.

Tabela 1 – Estimativa de área plantada e produção, por produto – 2009 e 2011

Lavoura	Área (mil hectares)			Produção (mil toneladas)		
	2009	2010	Var.%	2009	2010	Var.%
Algodão	843,2	792,4	-6,0	1 890,6	1 868,6	-1,2
Arroz	2 909,0	2 832,0	-2,6	12 602,5	12 030,2	-4,5
Feijão	4 147,8	4 084,4	-1,5	3 490,6	3 645,3	4,4
Milho	14 171,8	13 182,3	-7,0	51 003,9	50 488,3	-1,0
Soja	21 743,1	23 062,6	6,1	57 165,5	65 159,0	14,0
Trigo	2 396,2	2 428,0	1,3	5 884,0	5 026,3	-14,6
Demais produtos	1 463,3	1 501,1	2,6	3 097,4	3 129,0	1,0
Brasil	47 674,4	47 882,8	0,4	135 134,5	141 346,7	4,6

Fonte: Conab – Quarto Levantamento Jan/2010

Nacional de Abastecimento (Conab)[2], que admite a ocorrência de condições climáticas favoráveis durante o desenvolvimento das culturas e o aumento de 0,4% na área plantada, a produção de grãos aumentará 4,6% no período (tabela 1).

Vale ressaltar que as duas projeções estão sustentadas pela perspectiva de recuperação da produtividade, em especial nas culturas de milho primeira safra e soja, impactadas negativamente, em 2009, pela estiagem, que afetou seu desenvolvimento nos estados do Paraná, do Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul. Nesse sentido, o levantamento da Conab incorpora aumento anual de 4,1% para a produtividade média da safra de grãos em 2010, com ênfase nas expansões respectivas de 10,2% e 7,1% projetadas para as regiões Sul e Nordeste.

A produção de grãos da região Norte, ocupando área 3,3% maior, deverá aumentar 2,7% em 2010. Esse resultado reflete, em especial, a projeção de aumento anual de 7,9% para a lavoura de soja, impulsionada pelos aumentos respectivos de 9,7% e de 8,9% nas áreas plantadas nos estados do Tocantins e de Rondônia. Ainda de acordo com a tabela 2, a produção de arroz aumentará 4,5% e seu rendimento médio, 1,2%, contrastando com resultados negativos assinalados nas colheitas de feijão e de milho.

2/ A metodologia utilizada na pesquisa da Conab mantém, para 2010, a mesma área plantada das culturas de verão de segunda e terceira safras em 2008/2009 e dos estados das regiões Norte e Nordeste, onde o plantio ainda não teve início, diferentemente do IBGE, cujos dados correspondem a uma projeção obtida a partir das informações de anos anteriores.

Tabela 2 – Estimativas para a safra de grãos 2009 e 2010 – Norte
Produtos selecionados e total

Região	Área (mil ha)			Produtividade média (kg/ha)			Produção (mil t)		
	2009	2010	Var.%	2009	2010	Var.%	2009	2010	Var.%
Algodão em caroço	2,8	2,5	-10,7	3 150,0	3 730,0	18,4	8,8	9,3	5,7
Arroz	386,7	398,2	3,0	2 421,0	2 451,0	1,2	936,3	975,9	4,2
Feijão	167,2	167,3	0,1	844,0	785,0	-7,0	141,1	131,4	-6,9
Milho	521,4	524,1	0,5	2 393,0	2 310,0	-3,5	1 247,5	1 210,9	-2,9
Soja	497,6	537,1	7,9	2 841,0	2 840,0	-0,0	1 414,0	1 525,2	7,9
Total	1 607,5	1 661,0	3,3	2 372,0	2 358,0	- 0,6	3 812,2	3 916,5	2,7

Fonte: Conab – Levantamento Jan/2010

O prognóstico de crescimento anual de 9% na produção de grãos do Nordeste, passando a representar 9% do total nacional, resulta de expansões de 1,7% na área cultivada e de 7,1% na produtividade média das lavouras, conforme expresso na tabela 3. A safra de soja, ocupando área 8,9% mais extensa, deverá crescer 18,3% no ano, enquanto os aumentos projetados para as outras lavouras refletem melhoras nas respectivas produtividades médias. Ressalte-se que o cultivo de milho registra rendimento médio consideravelmente reduzido na região, representando apenas 43% e 40% da média assinalada, em âmbito nacional, nas safras de 2008 e 2009.

Tabela 3 – Estimativas para a safra de grãos 2009 e 2010 – Nordeste
Produtos selecionados e total

Região	Área (mil ha)			Produtividade média (kg/ha)			Produção (mil t)		
	2009	2010	Var.%	2009	2010	Var.%	2009	2010	Var.%
Algodão em caroço	330,8	320,9	-3,0	3 121,0	3 702,0	18,6	1 032,4	1 188,1	15,1
Arroz	720,4	705,4	-2,1	1 493,0	1 659,0	11,1	1 075,9	1 170,7	8,8
Feijão	2 183,9	2 180,2	-0,2	413,0	401,0	-2,9	901,3	875,3	-2,9
Milho	3 030,0	3 022,4	-0,3	1 532,0	1 544,0	0,8	4 642,4	4 666,8	0,5
Soja	1 608,0	1 750,6	8,9	2 588,0	2 813,0	8,7	4 161,9	4 923,9	18,3
Total	8 164,9	8 306,4	1,7	1 431,0	1 533,0	7,1	11 682,9	12 732,9	9,0

Fonte: Conab – Levantamento Jan/2010

A produção de grãos do Centro-Oeste, com participação de 35% no total do país, deverá aumentar 0,8% em 2010, assinalando recuo de 0,5% na produtividade média, de acordo com a tabela 4. As projeções em relação às culturas de soja e milho, responsáveis por 91% da produção de grãos da região, revelam que estas *commodities*

devem ocupar 89% da área plantada, ressaltando-se a continuidade do movimento de substituição de áreas destinadas anteriormente ao cultivo do milho para a plantação de soja. Vale ressaltar que essa substituição evidencia o estímulo aos produtores decorrente da evolução dos preços relativos das culturas mencionadas e, especificamente, na região, das limitações da capacidade de armazenagem para o milho.

Tabela 4 – Estimativas para a safra de grãos 2009 e 2010 – Centro-Oeste
Produtos selecionados e total

Região	Área (mil ha)			Produtividade média (kg/ha)			Produção (mil t)		
	2009	2010	Var.%	2009	2010	Var.%	2009	2010	Var.%
Algodão em caroço	481,6	446,9	-7,2	4 080,0	3 999,0	-2,0	1 965,0	1 787,4	-9,0
Arroz	420,0	381,8	-9,1	2 995,0	3 046,0	1,7	1 257,9	1 162,8	-7,6
Feijão	285,6	276,4	-3,2	1 657,0	1 749,0	5,6	473,4	483,5	2,1
Milho	3 528,1	3 305,2	-6,3	4 411,0	4 335,0	-1,7	15 564,1	14 329,1	-7,9
Soja	9 900,1	10 391,1	5,0	2 943,0	2 974,0	1,1	29 134,9	30 900,1	6,1
Trigo	68,2	67,5	-1,0	2 449,0	2 546,0	4,0	167,0	171,8	2,9
Total	15 253,1	15 442,9	1,2	3 220,0	3 205,0	- 0,5	49 119,7	49 495,0	0,8

Fonte: Conab – Levantamento Jan/2010

A projeção de decréscimo anual de 1,8% para a safra de grãos do Sudeste, que deverá representar 12% da produção total de grãos no ano, considera a ocorrência de reduções nas áreas plantadas de todas as principais culturas, excetuando-se soja (tabela 5). A área destinada ao cultivo de trigo deverá recuar 15,8%, seguindo-se as perspectivas de retrações relacionadas às áreas ocupadas pelas safras de milho, no Rio de janeiro; de arroz, no Espírito Santo; e de algodão, em São Paulo. O aumento de 11,8% previsto para a

Tabela 5 – Estimativas para a safra de grãos 2009 e 2010 – Sudeste
Produtos selecionados e total

Região	Área (mil ha)			Produtividade média (kg/ha)			Produção (mil t)		
	2009	2010	Var.%	2009	2010	Var.%	2009	2010	Var.%
Algodão em caroço	22,5	21,8	-3,1	3 762,0	3 761,0	-0,0	84,7	82,0	-3,2
Arroz	82,9	78,5	-5,3	2 605,0	2 528,0	-3,0	216,0	198,5	-8,1
Feijão	634,6	637,3	0,4	1 493,0	1 443,0	-3,3	947,7	919,7	-3,0
Milho	2 253,7	2 126,9	-5,6	4 852,0	4 845,0	-0,1	10 935,0	10 305,0	-5,8
Soja	1 460,4	1 579,8	8,2	2 778,0	2 871,0	3,3	4 057,6	4 535,0	11,8
Trigo	99,9	84,1	-15,8	2 654,0	2 675,0	0,8	265,1	225,0	-15,1
Total	4 820,3	4 772,8	- 1,0	3 569,0	3 541,0	- 0,8	17 204,9	16 899,2	- 1,8

Fonte: Conab – Levantamento Jan/2010

produção de soja decorre, em especial, do processo de transferência de áreas cultiváveis, ressaltando-se que essa cultura segue concentrada em Minas Gerais e em São Paulo, estado em que a quantidade produzida deverá aumentar 17,2% e a produtividade média, 10,2%.

A participação da região Sul na produção nacional de grãos deverá situar-se em 41,2% em 2010, assinalando-se que a projeção de aumento anual de 9,4% para a safra da região reflete, fundamentalmente, a base de comparação deprimida, em decorrência dos efeitos das adversidades climáticas sobre o resultado das principais culturas em 2009. A produção de soja, estimada em 23,3 milhões de toneladas, deverá ser favorecida por aumento médio de 18,9% na produtividade, enquanto a safra de milho, mesmo ocupando área 13,1% inferior, deverá aumentar 7,3%, de acordo com o registrado na tabela 6. Em sentido oposto, ressaltem-se as perspectivas de recuos no rendimento médio da cultura de arroz, evidenciando dificuldades no plantio decorrentes do excesso de chuvas no Rio Grande do Sul, e de algodão em caroço.

Tabela 6 – Estimativas para a safra de grãos 2009 e 2010 – Sul
Produtos selecionados e total

Região	Área (mil ha)			Produtividade média (kg/ha)			Produção (mil t)		
	2009	2010	Var.%	2009	2010	Var.%	2009	2010	Var.%
Algodão em caroço	5,5	0,3	-94,5	2 430,0	2 216,0	-8,8	13,4	0,7	-94,8
Arroz	1 299,0	1 268,1	-2,4	7 018,0	6 721,0	-4,2	9 116,4	8 522,3	-6,5
Feijão	876,5	823,2	-6,1	1 172,0	1 501,0	28,1	1 027,1	1 235,4	20,3
Milho	4 838,6	4 203,7	-13,1	3 847,0	4 752,0	23,5	18 614,8	19 976,6	7,3
Soja	8 277,0	8 804,0	6,4	2 223,0	2 644,0	18,9	18 397,1	23 274,9	26,5
Trigo	2 228,1	2 276,4	2,2	2 447,0	2 034,0	-16,9	5 451,9	4 629,4	-15,1
Total	17 828,6	17 699,8	- 0,7	2 990,0	3 294,0	10,2	53 314,8	58 303,1	9,4

Fonte: Conab – Levantamento Jan/2010

A trajetória crescente registrada pelas safras de grãos nos anos mais recentes esteve associada, fundamentalmente, ao desempenho do rendimento médio das lavouras. A relativa estabilidade na área plantada, que assinala movimentos de substituição de culturas em períodos de alterações acentuadas de preços relativos, persiste em 2010, conforme evidenciado pelos prognósticos do IBGE e da

Conab, que projetam aumentos anuais respectivos de 5,2% e 4,6% para a safra de grãos, sustentados em perspectivas de ganhos de produtividade.

Os aumentos acentuados registrados nas safras relativas ao triênio encerrado em 2008 decorreram de alterações na estrutura de produção, expressas na expansão do cultivo de milho, impulsionado pela demanda por etanol, na intensificação do uso de novas tecnologias nas lavouras, e da ocorrência de condições climáticas favoráveis. As projeções relativas a 2010, consideradas as duas principais culturas do país, revelam o impacto mais acentuado do crescimento de 14% previsto para a produção de soja, em relação ao derivado do recuo de 1% na safra de milho. É relevante enfatizar que a oposição entre esses resultados evidencia o movimento de substituição de áreas ocupadas pelas culturas mencionadas, decorrente da evolução de seus preços relativos.

Nesse cenário, a estimativa da Assessoria de Gestão Estratégica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (AGE/Mapa) relativa ao valor bruto da produção (VBP) das vinte principais lavouras brasileiras para a safra de 2010, atinge R$159.580 milhões. Ressallte-se que o aumento anual de 4,3% projetado para o VBP, que incorpora variações respectivas de 1,1 p.p. e de -1,9 p.p. nas participações das lavouras de soja e de milho, deverá favorecer a sustentação da retomada da atividade nas economias das regiões com maior representatividade do setor agrícola em suas estruturas produtivas.

Distribuição Regional dos Programas Sociais do Governo Federal

Tabela 1 – Valor e participação percentual dos componentes da massa salarial ampliada

Discriminação	Partic. (%)		R$ bilhões	
	2004	2008	2004	2008
Massa salarial (PME/PNAD)[1/]	76,8	76,1	659	1 012
Outros	23,2	23,9	199	318
Programas de transferências da União	1,9	2,9	17	39
Bolsa família	0,4	0,8	4	11
BPC	0,7	1,0	6	14
Seguro-Desemprego[2/]	0,8	1,1	7	14
Benefícios previdenciários	21,3	21,0	182	279
INSS	14,7	15,0	126	200
RJU	4,7	4,5	40	60
Fundos de pensão	1,9	1,5	17	20
Massa ampliada	100,0	100,0	858	1 329

Fontes: PNAD/IBGE, PME/IBGE, STN, MDS e MTE.

1/ Produto da população ocupada e o rendimento efetivo na PME (ajustado pelo rendimento efetivo na PNAD).

2/ Inclui valores do Seguro-Desemprego Formal e Bolsa Qualificação.

Os recursos distribuídos pelos principais programas de proteção social do governo federal – Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Seguro-Desemprego – representaram 1,33% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2008, ante 0,86% do PIB em 2004, enquanto sua participação na composição da massa salarial ampliada[1] passou de 1,9% para 2,9% no período, conforme expresso na tabela 1. Nesse cenário de importância crescente dos programas mencionados para a sustentação da renda das famílias e do mercado interno, o objetivo deste boxe consiste em analisar suas características e a evolução regional dos recursos distribuídos, a partir de janeiro de 2004[2].

As transferências de renda no âmbito do Bolsa Família[3] atendem famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, com renda *per capita* de até R$140,00 e R$70,00, respectivamente. Os repasses mensais[4] variam de R$22,00 a R$200,00, de acordo com a renda *per capita* e o número de crianças e adolescentes com idade até dezessete anos, e estão sujeitos a compromissos assumidos pelas famílias nas áreas de educação, saúde e assistência social. Para se candidatar ao programa, as famílias devem se inscrever no Cadastro Único

1/ A esse respeito, ver boxe Massa Salarial Ampliada: Conceito e Evolução Recente, no Relatório de Inflação de setembro de 2009.

2/ Data a partir da qual os dados dos programas Bolsa Família e BPC estão disponíveis para consulta na Matriz de Informação Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

3/ O programa foi criado em 20 de outubro de 2003, pela Medida Provisória nº 132, convertida na Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004.

4/ Os valores dos Benefícios do Programa Bolsa Família, atualizados pelo Decreto nº 6.917, de 30 de julho de 2009, classificam-se em: i) básico – de R$68,00, pago às famílias em situação de extrema pobreza, com renda *per capita* de até R$70,00; ii) variável – de R$22,00, para famílias com renda *per capita* de até R$140,00, conforme o número de crianças até quinze anos, com limite de três benefícios; iii) variável vinculada ao adolescente – de R$33,00, pago às famílias com renda *per capita* de até R$140,00 conforme o número de adolescentes de dezesseis e dezessete anos, com limite de dois benefícios; e iv) benefício variável de caráter extraordinário – constitui-se de parcela do valor dos benefícios das famílias remanescentes dos Programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás que, na data da sua incorporação ao Programa Bolsa Família, exceda o limite máximo fixado para o Programa Bolsa Família.

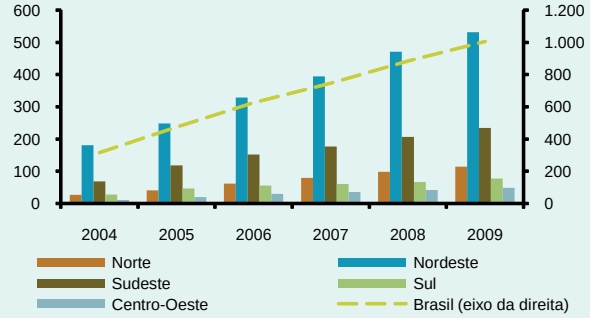
para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico)[5], base para a seleção dos beneficiários pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que utiliza a renda *per capita* como principal critério de escolha.

O BPC, garantido pela Constituição Federal de 1988[6], consiste no pagamento de um salário mínimo a idosos e pessoas com deficiência incapacitante para a vida independente e para o trabalho, cuja renda *per capita* familiar seja inferior a um quarto do salário mínimo. O BPC é operacionalizado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e custeado pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS).

O Seguro-Desemprego[7] e o Bolsa Qualificação[8] destinam-se a trabalhadores do mercado formal. O primeiro é pago ao trabalhador dispensado sem justa causa, com o objetivo de promover a assistência financeira temporária, enquanto o Bolsa Qualificação compreende a assistência financeira durante período de suspensão do contrato de trabalho, no qual o empregado participará de curso ou programa de qualificação profissional. As parcelas variam entre o valor do salário mínimo vigente e R$870,01, de acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

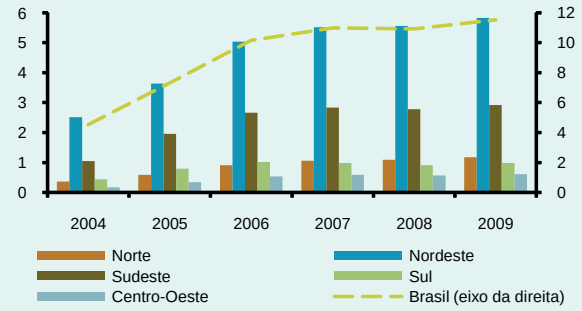
A média mensal dos recursos mensais distribuídos pelo Bolsa Família no período de doze meses encerrado em outubro de 2009 atingiu R$1 bilhão, elevando-se 213,2% em relação à média concedida em 2004[9]. O número de famílias beneficiadas passou de 4,5 milhões, em 2004, para 11,4 milhões em 2008, assinalando-se que esses totais representavam, na ordem, 8,1% e 17,9% do total de famílias residentes em domicílios particulares, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A evolução dos recursos e do número de beneficiados

Gráfico 1 – Benefícios liberados pelo Bolsa Família[1/]
Média mensal em R$ milhões



Fonte: MDS
1/ Para 2009 considerados dados até outubro.

Gráfico 2 – Famílias beneficiadas pelo Bolsa Famíla[1/]
Média mensal em milhões



Fonte: MDS
1/ Para 2009 considerados dados até outubro.

5/ O CadÚnico é um instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda (aquelas com renda familiar *per capita* menor ou igual a meio salário mínimo).
6/ O BPC também encontra amparo legal na Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que instituiu o Estatuto do Idoso.
7/ Garantido pelo art.7º dos Direitos Sociais da Constituição Federal.
8/ Instituído pela Medida Provisória nº 1.726, de novembro de 1998.
9/ Considerado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) como deflator, a média mencionada assinalou crescimento real de 148,2%, no período.

Tabela 2 – Distribuição do Bolsa Família por Região

Participação média %

Discriminação	Jan a dez de 2004		Nov 2008 a out 2009	
	Valor	Famílias	Valor	Famílias
Norte	8,6	8,0	11,4	10,2
Nordeste	57,3	55,4	53,0	50,7
Sudeste	21,8	23,1	23,2	25,3
Sul	8,9	9,7	7,6	8,5
Centro-Oeste	3,5	3,7	4,8	5,3

Fonte: MDS

Tabela 3 – Famílias atendidas pelo Bolsa Família

Discriminação	CadÚnico[1/] (mil)	Famílias atendidas[2/] (mil)	Cobertura relativa[3/] (%)
Brasil	15 629	12 486	79,9
Norte	1 602	1 291	80,6
Nordeste	7 471	6 238	83,5
Sudeste	4 144	3 152	76,1
Sul	1 511	1 119	74,1
Centro-Oeste	901	686	76,1

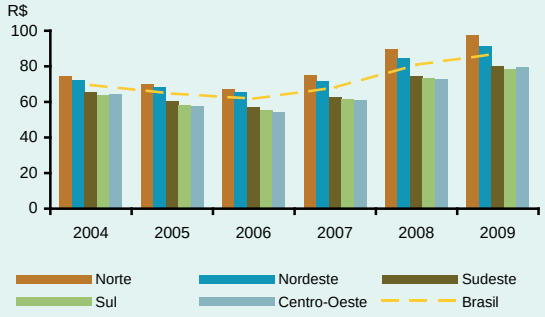
Fonte: MDS

1/ Dados de 30/9/2009 referentes a famílias inscritas no CadÚnico com Perfil Bolsa Família – renda *per capita* mensal de até R$140,00.

2/ Famílias beneficiadas pelo Bolsa Família em outubro de 2009.

3/ Percentual de famílias inscritas no CadÚnico que recebem o Bolsa Família.

Gráfico 3 – Valor médio do benefício do Bolsa Família[1/]



Fonte: MDS

1/ Para 2009, considerados dados até outubro.

pelo Bolsa Família, no país e nas distintas regiões, encontra-se nos gráficos 1 e 2.

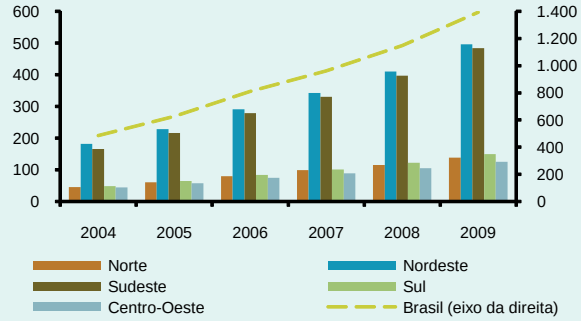
A distribuição regional do Bolsa Família segue privilegiando o Nordeste que, mesmo registrando recuo de 4,3 p.p. em sua participação, se constituiu no destino de 53% dos recursos distribuídos pelo programa no período de doze meses encerrado em outubro de 2009, conforme a tabela 2. Em sentido inverso, registraram-se crescimentos respectivos de 2,8 p.p. e 1,8 p.p. nas participações das regiões Norte e Sudeste, segunda região beneficiada em volume de recursos e número de assistidos. A tabela 3 revela que se concentram no Nordeste 47,8% das famílias inscritas no CadÚnico, das quais 83,5% recebem o benefício, maior percentual de atendimento dentre as regiões, seguindo-se a participação de 80,6% relativa ao Norte.

Ressalte-se que, além de registrarem as maiores coberturas do programa Bolsa Família, as regiões Norte e Nordeste recebem, em média, benefícios mais elevados, conforme evidenciado pelo gráfico 3. Considerado o período de novembro de 2008 a outubro de 2009, as médias desses valores atingiram, na ordem, R$96,95 e R$90,97, nas regiões mencionadas, enquanto no Sudeste, Centro-Oeste e Sul, situaram-se em R$79,81, R$79,06 e R$78,04, respectivamente. Incorporado o reajuste[10] de 9,67% no benefício ocorrido em julho, o valor médio pago, em nível nacional, atingiu R$94,28 em outubro.

A média mensal dos recursos distribuídos pelo BPC atingiu R$1,4 bilhão no período de doze meses encerrado em outubro de 2009, assinalando-se que dos 3,1 milhões de beneficiários, 51,3% se constituíam em portadores de deficiência e 48,7% em idosos (gráfico 4). O crescimento das despesas no âmbito do BPC decorreu, principalmente, do aumento, de 821,3 mil, em 2004, para 1,5 milhão, no número médio mensal de benefícios pagos a idosos, enquanto, na mesma base de comparação, o número de benefícios pagos a portadores de deficiência passou de 1,1 milhão para 1,5 milhão. Nesse cenário, o número total de benefícios

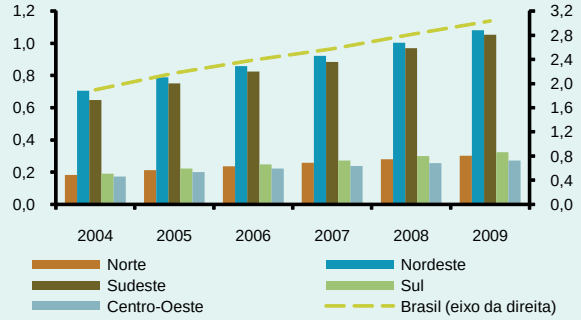
10/ Conforme Decreto nº 6.917, de 30 de julho de 2009.

Gráfico 4 – Benefícios liberados pelo BPC[1/]
Média mensal em R$ milhões



Fonte: MDS
1/ Para 2009 considerados dados até outubro.

Gráfico 5 – Beneficiários do BPC[1/]
Média mensal em milhões



Fonte: MDS
1/ Para 2009 considerados dados até outubro.

Tabela 4 – Bolsa Família e BPC em relação ao FPM[1/]

Participação %

Discriminação	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	45,1	49,5	58,4	60,5	57,7	79,1
Norte	46,0	51,4	64,2	70,4	69,1	94,3
Nordeste	57,8	60,8	71,6	73,6	70,2	95,4
Sudeste	42,2	48,2	56,0	57,6	55,1	76,4
Sul	25,0	28,6	32,8	33,1	30,7	42,6
Centro-Oeste	42,7	48,4	59,4	61,9	58,1	80,2

Fontes: MDS e Ministério da Fazenda/STN

1/ Para 2009 considerados dados até outubro.

relativos ao BPC cresceu 58,7% no período, e a sua correspondência em valores correntes, sensibilizada, em grande parte, pelo reajuste de 93,7% no salário mínimo – de R$240,00 em 2004 para R$465,00 em 2009 – elevou-se em 180%. Considerando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) como deflator, os gastos relativos ao BPC registraram aumento real de 122,4% no período.

A distribuição do BPC entre as regiões brasileiras não apresentou alteração significativa no período. Considerada a média mensal do período de doze meses encerrado em outubro de 2009, os recursos canalizados às regiões Nordeste e Sudeste representaram, na ordem, 35,6% e 34,7% do total disponibilizado pelo programa no período, ante participações respectivas de 10,7%, 10% e 9% no Sul, Norte e Centro-Oeste. Assinale-se que, no Sudeste, encontra-se a maior parte dos beneficiários idosos, 39%, e no Nordeste, a relativa a portadores de deficiência, 39,3%.

Vale ressaltar a importância crescente dos programas Bolsa Família e BPC para a evolução da renda disponível e, em consequência, para o fortalecimento do mercado interno e da atividade varejista, nos municípios com menor desenvolvimento econômico. Nesse sentido, de acordo com estatísticas do MDS relativas à totalidade dos municípios do país, os benefícios associados a esses programas, após representarem, em conjunto, 45,1% das transferências do Fundo de Participação dos Municípios (FPM)[11] em 2004, equivaleram, em 2008, a 57,7% dos recursos transferidos no âmbito do FPM (tabela 4). Ressaltem-se, ainda, as participações expressivas assinaladas no Nordeste, 70,2%, e no Norte, 69,1%, regiões onde se localizam os municípios com menor capacidade de arrecadação própria.

É importante enfatizar que o aumento significativo registrado naquela relação nos dez primeiros meses de 2009 refletiu, em especial, os impactos, sobre a arrecadação, derivados da redução

11/ O FPM é a principal fonte de recursos públicos de parte significativa dos municípios situados nas regiões. O Fundo de Participação dos Municípios consiste em transferência da União aos municípios de parcela da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados. Os recursos são distribuídos às capitais de acordo com a renda *per capita* e aos demais municípios, de acordo com o número de habitantes.

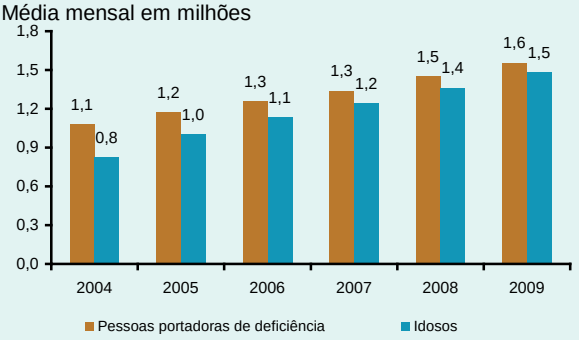
do nível da atividade registrada após o acirramento da crise mundial e das medidas temporárias de desoneração fiscal adotadas pelo governo federal naquele contexto. De fato, as estatísticas da Receita Federal revelam que a arrecadação associada ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e ao Imposto de Renda (IR), que se constitui na base do FPM, assinalam recuos respectivos de 25,6% e 1,63% nos dez primeiros meses do ano, em relação a igual período de 2008.

Os benefícios emitidos pelo Seguro- Desemprego e Bolsa Qualificação atingiram média mensal de R$1,6 bilhão no período de doze meses finalizado em outubro de 2009, registrando aumento real de 109,6%, considerado o INPC como deflator, em relação à média de 2004 (gráfico 6). A análise por regiões revela que o valor destinado ao Norte apresentou a maior expansão real, 161,2%, seguindo-se as relativas ao Nordeste, 119%; Centro-Oeste, 111,8%; Sudeste, 108,4%; e Sul, 93%. Ressalte-se que foram emitidos 2,7 milhões de benefícios no período de doze meses finalizado em outubro, representando aumento de 60,5% na base de comparação considerada (gráfico 7).

Os gastos efetivados com esse benefício, no período de doze meses encerrado em outubro, guardando relação direta com as demissões ocorridas no mercado de trabalho formal, concentraram-se no Sudeste, 53,3%, região onde ocorreram 54,8% das demissões no período, e no Sul, com percentuais respectivos de 17,8% e de 19,9%, conforme assinalado na tabela 5. Mantida a base de comparação, o valor médio do benefício atingiu R$579,65 no país, oscilando entre R$599,40 no Sudeste e R$537,20 no Nordeste.

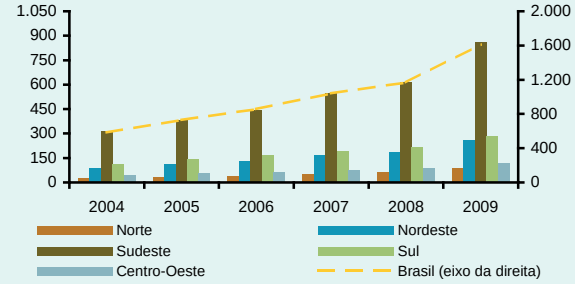
Em linhas gerais, deve ser ressaltado que, embora os gastos com os programas mencionados se constituam, no primeiro momento, em fator determinante para a evolução negativa das contas fiscais, sua contribuição para a superação da crise recente e, de forma mais ampla, para a melhora nas condições de sobrevivência de parcela relevante da população brasileira é inegável.

Gráfico 6 – Beneficiários do BPC[1/]
Média mensal em milhões



Fonte: MDS
1/ Para 2009, considerados dados até outubro.

Gráfico 7 – Valor emitido pelo Seguro Desemprego e Bolsa Qualificação[1/]
Média mensal em R$ milhões



Fonte: MTE
1/ Para 2009, considerados dados até outubro.

Tabela 5 – Distribuição do Seguro-Desemprego por Região

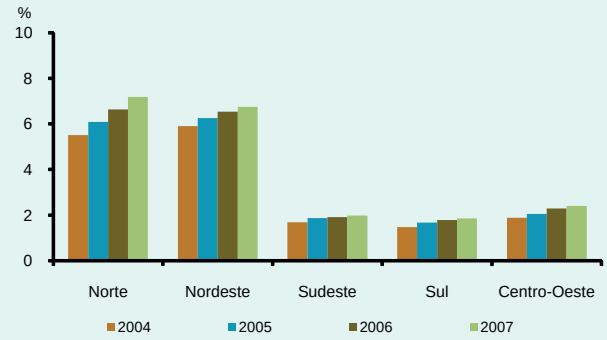
(%)

Discriminação	Estoque emprego[1/]	Demitidos[2/]	Valor emitido[2/]
Norte	5,3	4,1	5,5
Nordeste	17,6	12,6	15,9
Sudeste	51,7	54,8	53,3
Sul	17,2	19,9	17,8
Centro-Oeste	8,2	8,5	7,5

Fonte: MDS
1/ Com base na Rais 2008.
2/ Média entre novembro de 2008 e outubro de 2009.

De fato, a expansão dos recursos distribuídos pelos programas contribuiu para amenizar o ambiente recessivo gerado pela crise financeira mundial, em especial em áreas com a maior presença do setor público e onde a produção industrial é direcionada, principalmente, para a produção de alimentos. Nesse sentido, devem ser considerados os boxes Efeitos da Crise Mundial sobre a Economia Brasileira – Uma Perspectiva Regional, publicado no Boletim Regional de janeiro de 2009, e Impactos da Crise Financeira sobre a Produção da Indústria, no Boletim Regional de julho do mesmo ano.

Gráfico 8 - Bolsa Família, BPC e Seguro-Desemprego em relação a receita bruta de revenda de mercadorias



Fonte: MDS. MTE e PAC/IBGE

Os programas sociais têm, efetivamente, favorecido famílias mais numerosas e com baixos rendimentos, gerando melhorias em aspectos relacionados ao conforto na habitação, elevação da frequência escolar e redução do trabalho infantil[12]. Adicionalmente, a distribuição de renda promovida por estes tem gerado crescimento no consumo, principalmente nas regiões Norte e Nordeste, impulsionando o desenvolvimento das economias locais e regionais. Nesse sentido, o exame do gráfico 8 evidencia que, nessas regiões, a relação entre os valores dos benefícios e a receita bruta de revenda de mercadorias, divulgada pela Pesquisa Anual de Comércio (PAC), do IBGE, é mais relevante do que nas demais. Considerando a variação média anual do volume de comércio varejista no período 2004-2009[13], com base em dados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), do IBGE, o Norte e o Nordeste apresentaram taxas de crescimento de 8,4% e 7%, ante a média de 4,4% para o país.

Adicionalmente, o Bolsa Família e o BPC contribuíram expressivamente para a redução da pobreza extrema, contribuindo para que o Brasil cumprisse[14], antes do prazo estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU), a meta de reduzir pela metade o percentual de pessoas que viviam em situação de pobreza, de acordo com o Relatório Nacional de Acompanhamento dos

12/ IBGE, Comunicação Social de 28 de março de 2008.

13/ Para 2009, considerou-se média até julho, ante igual período de 2008.

14/ <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/download/TerceiroRelatorioNacionalODM.pdf>.

Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – 2007, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SPI/MPOG).

De fato, estudo do Ipea[15], com base na PNAD do IBGE, revela a redução significativa, de 17,6% em 2004 para 11,8% em 2007, da parcela da população com renda inferior a um quarto do salário mínimo. Os dados da tabela 6 evidenciam que, nesse intervalo, 9,7 milhões de pessoas saíram da situação de extrema pobreza[16], das quais 51,2% no Nordeste e 28,1% no Sudeste, regiões que concentraram, neste período, 73,4% dos recursos liberados pelos dois programas.

Tabela 6 – População com renda *per capita* inferior a 1/4 salário mínimo

Milhões

Discriminação	2004	2005	2006	2007	Evolução 2004-2007
Brasil	32,1	29,2	24,8	22,4	-9,7
Norte	3,4	3,2	2,7	2,7	-0,7
Nordeste	17,7	16,3	14,2	12,8	-5,0
Sudeste	7,3	6,3	5,0	4,5	-2,7
Sul	2,2	2,0	1,6	1,4	-0,8
Centro-Oeste	1,4	1,4	1,0	0,9	-0,5

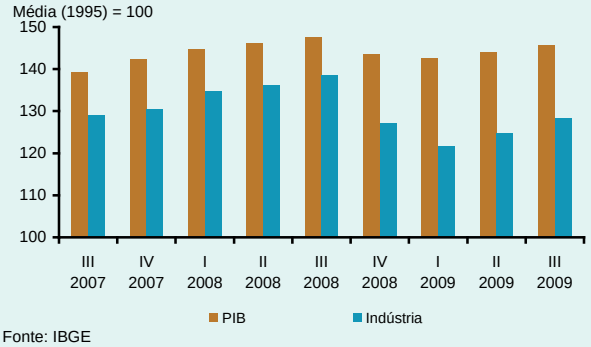
Fontes: Ipea e Pnad/IBGE

15/ Políticas Sociais – acompanhamento e análise nº 16, 2008

16/ No Brasil, tem sido utilizado como parâmetro o valor de um quarto do salário mínimo de renda *per capita* por mês para dimensionar a extrema pobreza e meio salário mínimo de renda per capita por mês para dimensionar a pobreza", de acordo com Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – 2007.

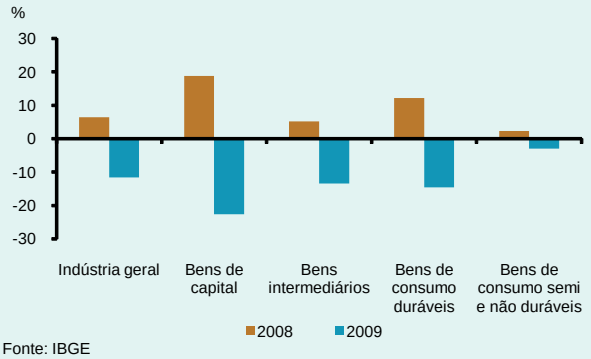
Impacto da Crise Econômica Mundial sobre a Indústria Regional

Gráfico 1 – PIB e indústria[1/]



Fonte: IBGE
1/ Série dessazonalizadas.

Gráfico 2 – Produção industrial por categorias de uso[1/]



Fonte: IBGE
1/ Variação interanual do acumulado no ano até setembro.

A indústria foi o setor da economia brasileira impactado mais intensamente pelo ambiente de restrições no mercado de crédito e na demanda externa que sucedeu o acirramento da crise internacional, em setembro de 2008. Nesse sentido, enquanto o valor adicionado a preços básicos do Produto Interno Bruto (PIB) recuou 2,9% no quarto trimestre daquele ano e 0,9% no primeiro trimestre de 2009, a produção industrial experimentou, de acordo com as Contas Nacionais Trimestrais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), retrações respectivas de 8,1% e 4,4% (gráfico 1).

A deterioração observada nos resultados da indústria refletiu, em especial, os desempenhos negativos dos setores destinados à produção de bens de maior valor agregado e/ou destinados a exportação, traduzindo-se em reversões expressivas nas trajetórias das indústrias de bens de capital e de bens de consumo duráveis. Nesse sentido, considerando períodos de janeiro a setembro, as indústrias de bens de capital e de bens de consumo duráveis, após registrarem expansões respectivas de 18,8% e 12,1% em 2008, assinalaram, na ordem, recuos de 22,6% e 14,5% em 2009, de acordo com a Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física – Brasil (PIM-PF), do IBGE.

Considerada a mesma base de comparação, a indústria de bens de consumo semi e não duráveis, concentrada na produção de bens de menor valor agregado destinados, em especial, ao mercado interno e menos sensíveis às condições do crédito, registrou retração de 2,9% em 2009, ante crescimento de 2,3% em 2008[1].

1/ A importância do mercado interno para a sustentação da indústria de bens de consumo semi e não duráveis foi discutida no boxe: Impactos da Crise Financeira sobre a Produção da Indústria, na edição de julho de 2009 deste Boletim Regional, enquanto a relevância dos programas sociais do governo para o fortalecimento do mercado interno foi detalhada no boxe: Massa Salarial Ampliada: Conceito e Evolução Recente, no Relatório de Inflação de setembro de 2009.

Tabela 1 – Produção industrial por atividade
Brasil

%

Discriminação	2008[1/]	2009[1/]	Diferença (p.p.)
Indústria geral	6,4	-11,6	-18,0
Indústria extrativa	7,4	-12,4	-19,7
Indústria de transformação	6,4	-11,5	-17,9
Fumo	-8,0	-0,8	7,1
Perfumaria, sab., det. prod. de limp.	-4,1	3,0	7,1
Bebidas	0,7	5,8	5,1
Farmacêutica	10,7	8,3	-2,4
Alimentos	1,1	-2,2	-3,3
Refino de petróleo e álcool	1,9	-2,6	-4,5
Edição, imp. e repr. de gravações	3,0	-5,1	-8,0
Têxtil	0,3	-9,5	-9,9
Máq. p/ escrit. e eq. de informática	-2,7	-12,9	-10,2
Celulose, papel e prod. de papel	7,0	-3,4	-10,3
Calçados e artigos de couro	-3,6	-14,6	-11,0
Diversos	0,6	-11,9	-12,5
Madeira	-8,9	-21,8	-12,9
Outros produtos químicos	4,4	-9,4	-13,9
Mobiliário	4,2	-9,7	-13,9
Vestuário e acessórios	6,0	-10,3	-16,2
Minerais não metálicos	9,8	-7,0	-16,9
Outros eq. de transporte	31,5	9,1	-22,5
Borracha e plástico	8,8	-16,4	-25,1
Prod. de metal (exc. máquinas e equip.)	6,0	-19,3	-25,3
Eq. de instr. méd., ópt. e outros	17,0	-12,4	-29,4
Máquinas, ap. e mat. elétricos	7,0	-24,2	-31,2
Metalurgia básica	7,8	-23,8	-31,5
Máquinas e equipamentos	10,6	-25,8	-36,4
Mat. eletrônico, ap. e eq. de com.	6,2	-33,1	-39,3
Veículos automotores	17,6	-21,9	-39,5

Fonte: IBGE.

1/ Variação interanual do acumulado no ano até setembro de 2009.

De forma consistente com o observado nas categorias da indústria, os efeitos da crise internacional manifestaram-se de forma mais acentuada no âmbito das atividades industriais associadas à produção de bens de maior valor agregado e/ou direcionados ao mercado externo. Essa distinção está evidenciada na tabela 1, na qual se observa que as atividades destinadas à produção de bens de capital e de bens de consumo duráveis, em especial metalurgia básica, máquinas e equipamentos, máquinas, aparelhos e materiais elétricos e material eletrônico, registraram desaceleração significativamente mais intensa do que aquelas relacionadas aos segmentos de bens de consumo semi e não duráveis, tais como alimentos, bebidas, fumo e refino de petróleo.

A segmentação regional da evolução recente da indústria revela, naturalmente, o impacto exercido pela estrutura industrial de cada unidade federativa sobre o dinamismo da atividade, podendo se revestir de caráter comercial, quando decorre da restrição da demanda externa, ou financeiro, quando seu principal determinante se constitui na restrição do canal de crédito. De acordo com a Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física – Regional (PIM-PF-R) do IBGE, a desaceleração da atividade industrial[2] ocorreu com maior intensidade no Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo e Amazonas, enquanto na região Nordeste[3], em Goiás e no Rio de Janeiro registraram-se, conforme observado na tabela 2, resultados relativamente mais favoráveis.

Vale ressaltar que as desacelerações mencionadas refletiram, em grande parte, as retrações experimentadas pelas indústrias dos estados nos nove primeiros meses de 2009, em relação a igual intervalo do ano anterior, condição que permite que a análise efetuada nos parágrafos seguintes se concentre nos determinantes da trajetória do setor nesse período.

2/ Consideradas as diferenças entre as variações assinaladas pelo índice geral de produção física da indústria nos períodos de janeiro a setembro de 2009, em relação ao intervalo correspondente de 2008, e de 2008, comparativamente a igual período de 2007.

3/ A PIM-PF-R disponibiliza dados agregados apenas para a região Nordeste. O exame dos dados desagregados relativos às três principais economias da região – Bahia, Ceará e Pernambuco – revela resultados semelhantes.

Tabela 2 – Produção industrial por unidade federativa
Brasil

%

Discriminação	2008[1/]	2009[1/]	Diferença (p.p.)
Brasil	6,4	-11,6	-18,0
Espírito Santo	14,8	-23,5	-38,3
Minas Gerais	6,6	-18,8	-25,4
São Paulo	8,7	-12,4	-21,1
Amazonas	7,0	-13,2	-20,2
Rio Grande do Sul	5,7	-11,5	-17,2
Paraná	11,2	-5,9	-17,1
Pará	7,0	-8,1	-15,1
Santa Catarina	1,7	-11,3	-13,0
Região Nordeste	4,0	-8,2	-12,2
Bahia	5,1	-9,0	-14,1
Pernambuco	7,1	-6,1	-13,2
Ceará	4,0	-6,8	-10,8
Goiás	11,0	-1,1	-12,1
Rio de Janeiro	3,3	-6,5	-9,8

Fonte: IBGE.

1/ Variação interanual do acumulado no ano até setembro de 2009.

Tabela 3 – Produção industrial: Espírito Santo
Taxa de crescimento e sua composição[1/]

Discriminação	Taxa (%)	Comp. da taxa (p.p.)
Indústria geral	-23,5	-23,5
Indústria extrativa	-42,7	-14,3
Indústria de transformação	-13,9	-9,2
Alimentos e bebidas	-5,7	-0,7
Celulose, papel e produtos de papel	-0,8	-0,1
Minerais não metálicos	-8,8	-0,8
Metalurgia básica	-27,4	-7,6

Fonte: IBGE. Pesq. Ind. Mensal – Prod. Física – Regional. Setembro de 2009.

1/ Variação interanual do acumulado no ano até setembro de 2009.

A retração de 23,5% registrada na indústria do Espírito Santo refletiu, principalmente, o impacto da contração da demanda mundial por *commodities* minerais sobre os preços e quantidades exportadas. Conforme observado na tabela 3, esse resultado traduziu as contrações respectivas de 42,7% e 27,4% assinaladas nas indústrias extrativa e de metalurgia básica, que exerceram impactos de 14,3 p.p. e 7,6 p.p. na variação do índice geral relativa aos períodos de nove meses encerrados em setembro de 2009 e do ano anterior.

O recuo na produção industrial de Minas Gerais refletiu os efeitos das contrações da demanda por *commodities* minerais, bens de capital e bens de consumo duráveis. De forma semelhante à assinalada no Espírito Santo, as retrações mais acentuadas ocorreram na indústria extrativa, 31,9%, e no segmento metalurgia básica, 33,7%, responsáveis, em conjunto, por 11,3 p.p. do decréscimo de 18,8% assinalado no índice da indústria geral, conforme revela a tabela 4. Adicionalmente, as retrações nas atividades máquinas e equipamentos, e veículos automotores responderam por 4,4 p.p. da variação citada, contrastando com o impacto de 0,8 p.p. inerente ao aumento de 6% observado na indústria alimentícia.

A retração da produção industrial de São Paulo refletiu, fundamentalmente, as reduções registradas nas categorias de bens de capital e de bens de consumo duráveis, esta motivada pelas restrições inerentes ao canal de crédito e à demanda externa. O recuo de 12,4% assinalado na indústria geral do estado resultou, em grande parte, do impacto conjunto de 8,6 p.p. derivado das retrações observadas nas atividades de máquinas e equipamentos, 32,3%; material eletrônico e equipamentos de comunicações, 54,8%; e veículos automotores, 20%, conforme revelado na tabela 5. Ressalte-se que o aumento de 28,6% observado na produção de outros equipamentos de transporte no período de nove meses encerrado em setembro de 2009, em relação a igual intervalo do ano anterior, refletiu o dinamismo no segmento de aviões, que por resultar de encomendas específicas e demandar longo ciclo de produção, é menos sujeita a impactos de curto prazo.

Tabela 4 – Produção industrial: Minas Gerais
Taxa de crescimento e sua composição[1/]

Discriminação	Taxa (%)	Comp. da taxa (p.p.)
Indústria geral	-18,8	-18,8
Indústria extrativa	-31,9	-5,0
Indústria de transformação	-16,4	-13,9
Alimentos	6,0	0,8
Metalurgia básica	-33,7	-6,3
Prod. de metal (exc. máquinas e equip.)	-36,3	-1,6
Máquinas e equipamentos	-42,0	-2,0
Veículos automotores	-13,8	-2,4
Outros	-	-2,4

Fonte: IBGE. Pesq. Ind. Mensal – Prod. Física – Regional. Setembro de 2009.
1/ Variação interanual do acumulado no ano até setembro de 2009.

Tabela 5 – Produção industrial: São Paulo
Taxa de crescimento e sua composição[1/]

Discriminação	Taxa (%)	Comp. da taxa (p.p.)
Indústria geral	-12,4	-12,4
Farmacêutica	9,2	0,6
Metalurgia básica	-31,5	-1,2
Prod. de metal (exc. máquinas e equip.)	-20,3	-0,8
Máquinas e equipamentos	-32,3	-3,2
Máq. para escritório e eq. de informática	-18,0	-0,4
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	-12,8	-0,6
Material eletrônico, ap. e eq. de comunic.	-54,8	-2,8
Veículos automotores	-20,0	-2,6
Outros equipamentos de transporte	28,6	0,8
Outros	-	-2,4

Fonte: IBGE. Pesq. Ind. Mensal – Prod. Física – Regional. Setembro de 2009.
1/ Variação interanual do acumulado no ano até setembro de 2009.

Tabela 6 – Produção industrial: Amazonas
Taxa de crescimento e sua composição[1/]

Discriminação	Taxa (%)	Comp. da taxa (p.p.)
Indústria geral	-13,2	-13,2
Alimentos e bebidas	8,7	1,6
Material eletrônico, ap. e eq. de comunic.	-25,0	-7,4
Outros equipamentos de transporte	-34,6	-6,5
Outros	-	-0,8

Fonte: IBGE. Pesq. Ind. Mensal – Prod. Física – Regional. Setembro de 2009.
1/ Variação interanual do acumulado no ano até setembro de 2009.

A perda de dinamismo registrada na indústria amazonense derivou, em especial, da contração na demanda por bens de consumo duráveis no mercado interno, particularmente de itens como televisores, telefones celulares, motocicletas e suas peças e acessórios, se constituindo, portanto, em impacto de caráter financeiro. Nesse cenário, as atividades outros equipamentos de transporte e material eletrônico e equipamentos de comunicações registraram decréscimos respectivos de 34,6% e 25% nos nove primeiros meses de 2009, em relação a igual período do ano anterior, exercendo contribuições negativas de, respectivamente, 7,4 p.p. e 6,5 p.p. para o recuo de 13,2% observado no índice geral relativo à industria do estado, no período. Em sentido inverso, o crescimento de 8,7% assinalado na indústria de alimentos e bebidas proporcionou impacto de 1,6 p.p. (tabela 6).

Em relação aos estados onde as respectivas indústrias apresentaram resultados mais consistentes, vale mencionar o impacto do dinamismo da atividade farmacêutica em Goiás, favorecendo o impacto de 1,6 p.p. exercido pela indústria química sobre o resultado da indústria geral no intervalo de nove meses encerrado em setembro de 2009, comparativamente a igual período do ano anterior. Esse desempenho, expresso na tabela 7, atenuou a contribuição negativa de 2,5 p.p. associada à contração na atividade alimentos e bebidas, influenciada pela redução na produção de leite em pó.

O relativo dinamismo apresentado pela indústria do Nordeste, única região para a qual o IBGE segmenta os resultados do setor por atividade, foi sustentado, em grande parte, pelo desempenho da atividade alimentos, que, mesmo registrando retração no período analisado, traduziu o impacto favorável do fortalecimento do mercado interno da região sobre a produção de bens de menor valor agregado. Em sentido inverso, ocorreram recuos importantes nas atividades de metalurgia básica, 15,1%; e máquinas, aparelhos e materiais elétricos, 43,4%, responsáveis, em conjunto, por 2,1 p.p. da redução na produção industrial da região, conforme expresso na tabela 8.

Tabela 7 – Produção industrial: Goiás

Taxa interanual de crescimento e sua composição[1/]

Discriminação	Taxa (%)	Comp. da taxa (p.p.)
Indústria geral	-1,1	-1,1
Alimentos e bebidas	-3,8	-2,5
Produtos químicos	13,3	1,6
Outros		-0,2

Fonte: IBGE. Pesq. Ind. Mensal – Prod. Física – Regional. Setembro de 2009.

1/ Acumulado no ano até setembro de 2009.

Tabela 8 – Produção industrial: Nordeste

Taxa interanual de crescimento e sua composição[1/]

Discriminação	Taxa (%)	Comp. da taxa (p.p.)
Indústria geral	-8,2	-8,4
Indústria extrativa	-5,2	-0,4
Indústria de transformação	-8,4	-8,0
Alimentos e bebidas	-2,8	-0,9
Refino de petróleo e álcool	-18,1	-2,4
Produtos químicos	-7,8	-1,6
Metalurgia básica	-15,1	-1,1
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	-43,4	-1,0
Outros	-	-1,1

Fonte: IBGE. Pesq. Ind. Mensal – Prod. Física – Regional. Setembro de 2009.

1/ Acumulado no ano até setembro de 2009.

Tabela 9 – Produção industrial: Rio de Janeiro

Taxa de crescimento e sua composição[1/]

Discriminação	Taxa (%)	Comp. da taxa (p.p.)
Indústria geral	-6,5	-6,6
Indústria extrativa	11,1	2,1
Indústria de transformação	-10,6	-8,8
Alimentos	-10,1	-0,8
Bebidas	5,8	0,3
Outros produtos químicos	-19,6	-1,7
Minerais não metálicos	-13,3	-0,8
Metalurgia básica	-22,9	-2,9
Veículos automotores	-21,5	-1,7
Outros	-	-1,2

Fonte: IBGE. Pesq. Ind. Mensal – Prod. Física – Regional. Setembro de 2009.

1/ Variação interanual do acumulado no ano até setembro de 2009.

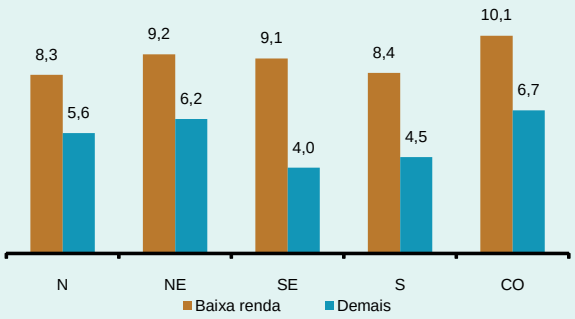
A maior resistência da indústria do Rio de Janeiro aos efeitos da crise econômica internacional, quando considerado o valor absoluto da reversão entre as taxas de crescimento discutidas no âmbito da tabela 2, evidenciou o impacto da participação acentuada da indústria petrolífera na estrutura do setor no estado. O dinamismo dessa indústria favoreceu que o segmento extrativo do estado crescesse 11,1% nos nove primeiros meses de 2009, em relação a igual período do ano anterior, exercendo impacto de 2,1 p.p. no indicador geral da indústria fluminense. Em oposição, as atividades metalurgia básica, veículos automotores e outros produtos químicos, conforme observado na tabela 9, determinaram contribuição negativa conjunta de 6,3 p.p., no período.

Em linhas gerais, a evolução da indústria nas distintas regiões do país refletiu a estrutura dos respectivos parques industriais, sendo beneficiadas, tendo em vista as restrições impostas pelo canal de crédito e pela retração da demanda externa, aquelas cuja produção se concentrava primordialmente em bens de menor valor agregado destinados ao mercado interno. Nessas condições, as indústrias do Nordeste; de Goiás, favorecida pelo dinamismo do agronegócio; e do Rio de Janeiro, impulsionada pelo desempenho da indústria petrolífera, assinalaram resultados relativamente mais favoráveis no período analisado. Ressalte-se que os incentivos fiscais temporários promovidos pelo governo federal, inicialmente em setores produtores de bens de consumo durável e, posteriormente, em segmentos da indústria de bens de capital, propiciaram a retomada da produção desses bens para o atendimento ao mercado interno, enquanto a normalização dos mercados de crédito e a recuperação da demanda agregada nas principais economias oferecem impulso adicional aos setores produtores de bens para exportação. Nesse cenário de superação das restrições impostas pelo canal de crédito e pelo arrefecimento da demanda externa, a retomada das indústrias nas distintas regiões deverá ocorrer em intensidade diferenciada, sendo privilegiados os setores mais penalizados no período que sucedeu a intensificação da crise mundial.

Pobreza, Desigualdade e Mobilidade Social: Alterações Regionais Recentes

O crescimento da economia nos últimos anos, particularmente expresso nas taxas de expansão do Produto Interno Bruto (PIB) de 2004 a 2008, associado às medidas de caráter social adotadas no período, implicou alterações significativas nos fluxos de renda regionais, com avanços relevantes em relação à repartição, bem como ganhos na qualidade de vida das populações locais[1]. Este boxe analisa indicadores regionais de renda, enfatizando, sobretudo, diferenças distributivas, dadas as disparidades de rendimentos entre indivíduos no Brasil. Com esse propósito, avaliaram-se dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e utilizaram-se indicadores sociais elaborados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), pelo Ministério do Trabalho e Emprego – Relação Anual de Informações Sociais (MTE/Rais) e pela Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (Abep).

Gráfico 1 – Rendimento real *per capita*
Var. (%) média anual – 2003/2008



Fonte: PNAD/IBGE.

Dois aspectos chamam atenção, na evolução econômica dos últimos anos, concorrendo para a melhoria do quadro distributivo: (i) a evolução favorável do rendimento dos indivíduos de baixa renda[2], incluídas as transferências governamentais; e (ii) o crescimento contínuo no nível de ocupação nessa mesma classe.

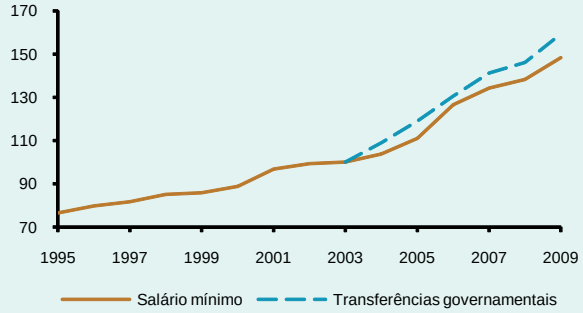
Os rendimentos dos indivíduos de baixa renda, considerando todas as fontes de ganhos, cresceram, em termos reais, entre 8,3% a.a. e 10,1% a.a., no período 2003/2008, de acordo com

1/ A esse respeito, consultar o boxe Evolução do IDH das Grandes Regiões e Unidades da Federação, publicado em janeiro de 2009 neste Boletim Regional.

2/ Definidos como os que estiveram abaixo da linha média de pobreza nos anos de 2003 a 2008, correspondendo a 41,1% da população do Norte, 51,3% do Nordeste, 17,6% do Sudeste, 17,3% do Sul e 18,2% do Centro-Oeste.

Gráfico 2 – Salário mínimo e recursos relativos transferências governamentais[1/], em termos reais

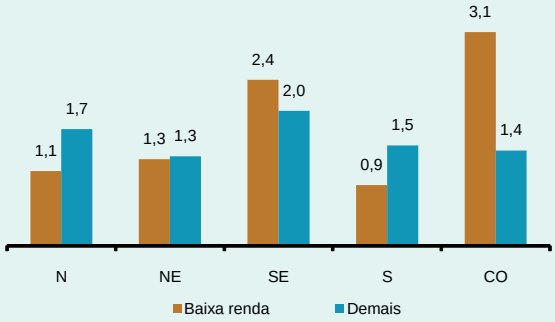
2003 = 100



1/ Dados disponíveis a partir de 2003.

Gráfico 3 – Ocupados *per capita*

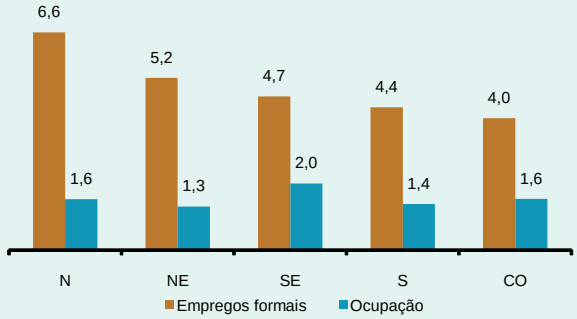
Variação (%) média anual 2003/2008



Fonte: Pnad/IBGE

Gráfico 4 – Empregos e ocupações *per capita*

Var. (%) anual média – 2003/2008



Fonte: Rais/MTE e Pnad/IBGE

dados da PNAD, ritmo de expansão comparável apenas aos observados para as economias com maiores taxas de crescimento econômico no mundo. Esse desempenho tem sido determinado, sobretudo, pela manutenção da estabilidade de preços associada aos aumentos do salário mínimo, cujo valor real médio elevou-se 6,8% a.a., no período 2003/2009, taxa expressivamente superior à observada para os anos precedentes. Também tem contribuído para tais expansões, as transferências governamentais assistenciais e previdenciárias, que cresceram à taxa real média de 8,1% a.a., no mesmo período.

Os aumentos nos ocupados *per capita*[3] são observados em todas as regiões, no período 2003/2008, tanto para os de baixa renda quanto para os demais. As maiores elevações nas taxas médias foram observadas nos segmentos de baixa renda do Centro-Oeste, 3,1% a.a., e do Sudeste, 2,4% a.a. Tais aumentos têm sido condicionados por expansões de atividades intensivas em mão de obra, sobretudo em resposta a estímulos diretos, vindos do crédito favorecido aos pequenos empreendedores, e indiretos, vindos do crescimento da demanda por bens e serviços de segmentos de menores rendas.

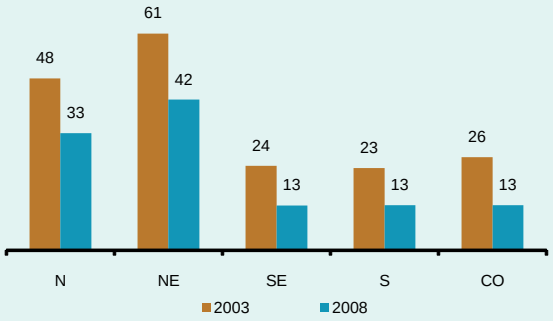
Cabe destacar, ainda, que os ganhos não se verificaram apenas na quantidade de ocupações, mas também em sua qualidade, conforme evidenciam os dados relativos à evolução do emprego formal, do MTE. No período 2003/2008, o crescimento do emprego formal *per capita* superou o da ocupação em todas as regiões, indicando avanço da formalização das relações de trabalho, com destaque para o Norte, com 6,6% a.a., e o Nordeste, com 5,2% a.a.

Os aumentos da ocupação e dos rendimentos reais, inclusos as transferências, nas classes com menor renda proporcionaram a redução da pobreza nos últimos anos. Segundo o Ipea, de 2003 a 2008, a incidência de pobreza[4] diminuiu em todas as para a

3/ Observe-se que o cálculo *per capita* mensura o indicador em relação à população, tal que suas taxas de variação sejam equivalentes às taxas de variação dos ocupados deduzidas das taxas de variação da população.

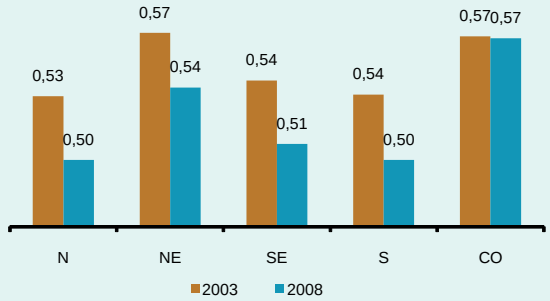
4/ Corresponde à parcela de indivíduos considerados pobres, de acordo com a metodologia aplicada pelo Ipea, na base de dados da PNAD, metodologia na determinação de linhas de pobreza e indigência (<http://www.ipeadata.gov.br>). São consideradas indigentes as pessoas com renda inferior a linha de indigência, calculada a partir de uma cesta de alimentos que satisfaça requisitos nutricionais mínimos. A linha de pobreza equivale a duas vezes a linha de indigência.

Gráfico 5 – Incidência de pobreza (%)



Fonte: Ipea

Gráfico 6 – Distribuição de renda segundo o Coeficiente de Gini[1/]



Fonte: IBGE
1/ O coeficiente de Gini varia de zero (desigualdade inexistente) a 1 (desigualdade absoluta)

regiões do país, conforme evidencia o gráfico 5, com destaque para o Nordeste, com recuo de 19 p.p., seguido pelo Norte, 15 p.p. Ressalte-se que, em horizontes de cinco anos, esses foram os maiores decréscimos registrados nas séries regionais, iniciadas em 1981. Ainda que a pobreza permaneça concentrada no Norte e Nordeste, os dados apontam para uma redução das divergências regionais. Todavia, cabe observar que, em termos relativos, o Norte e o Nordeste reduziram em menos de um terço a incidência de pobreza, enquanto nas demais regiões a redução situou-se em torno da metade.

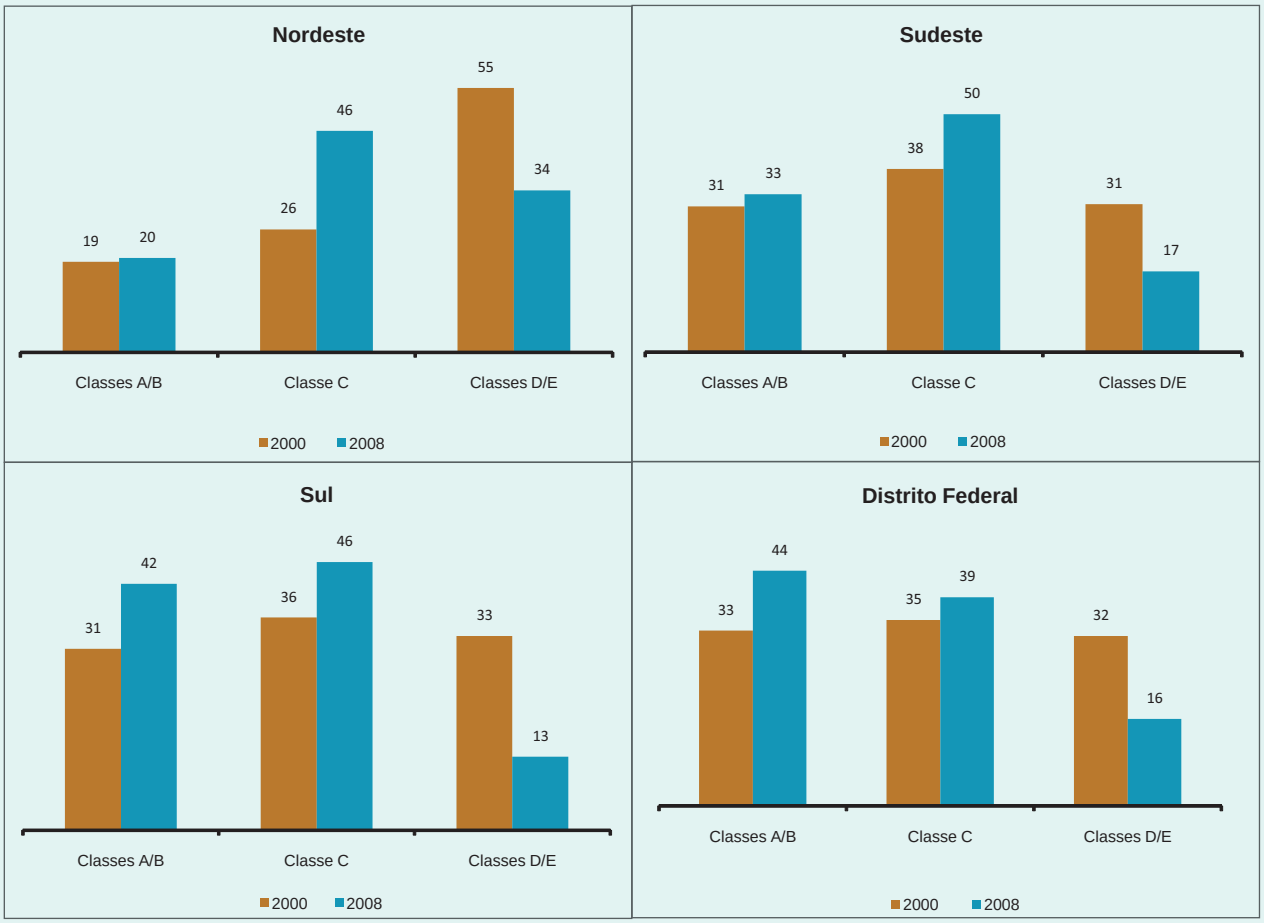
O processo de avanço distributivo é também evidenciado pelos indicadores de desigualdade de renda. A exceção da região Centro-Oeste, onde o nível de desigualdade manteve-se praticamente inalterado entre 2003 e 2008, registraram-se ganhos no padrão distributivo em todas as regiões, segundo o coeficiente de Gini, que apresentou maiores retrações no Sudeste, Sul, Norte, as três com variações de -1,4% a.a.

A evolução da estratificação populacional por classe econômica também ratifica os avanços sociais em todas as regiões, conforme indicam as estimativas da Abep, abrangendo o Distrito Federal e as oito principais regiões metropolitanas do país – Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. Nesse sentido, as distribuições populacionais por classe econômica para os anos 2000 e 2008, divulgadas pela associação, foram reagrupadas neste boxe, para representar três regiões – Nordeste, Sudeste e Sul – e o Distrito Federal, e três classes econômicas – alta, referentes aos grupos A1, A2, B1 e B2; média, C1 e C2; e baixa, D e E[5].

Os resultados, resumidos na figura 1, revelam, em todas as regiões, grande mobilidade social no período, direcionadas às classes econômicas mais altas, com destaque para a redução generalizada das classes D/E. No Nordeste e Sudeste, a mobilidade maior foi da classe baixa para a classe média;

5/ A Abep utiliza para a distribuição populacional em classes, o Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB). O CCEB se baseia no poder de compra dos indivíduos, identificado a partir de um sistema de pontuação pela posse de itens, como quantidade de televisores, banheiros, automóveis, empregadas domésticas e geladeiras, e pelo grau de instrução do chefe de família.

Figura I – Distribuição (%) regional da população metropolitana por classes econômicas



enquanto no sul e no Distrito Federal, destacaram-se os crescimentos na classe alta.

Em síntese, os indicadores evidenciam avanços sociais significativos em todas as regiões, destacando-se as maiores reduções da incidência de pobreza, assim como formalização mais intensa das relações de trabalho, nas regiões mais pobres. O processo de crescimento econômico vigoroso, observado de 2004 a 2008, com perspectivas de retomada em 2010, constitui-se condição essencial nesse processo, viabilizando aumentos reais de salário, geração de empregos e a formalização do mercado de trabalho. Ressalte-se o papel crucial da estabilidade de preços para esse cenário, objetivo fundamental na estrutura política econômica do país, contribuindo, sobretudo, para que os ganhos sociais obtidos não se diluam pelos efeitos nocivos e regressivos da inflação.

Apêndice

Banco Central do Brasil

Representações Regionais do Departamento Econômico do Banco Central do Brasil

Banco Central do Brasil

Presidente
Henrique de Campos Meirelles

Diretor de Política Econômica
Mário Magalhães Carvalho Mesquita

Chefe do Departamento Econômico
Altamir Lopes

Representações Regionais do Departamento Econômico

Gerência Técnica de Estudos Econômicos em São Paulo

Núcleo Regional de Pesquisa Econômica em Belém

Núcleo Regional de Pesquisa Econômica em Fortaleza

Núcleo Regional de Pesquisa Econômica em Recife

Núcleo Regional de Pesquisa Econômica em Salvador

Núcleo Regional de Pesquisa Econômica em Belo Horizonte

Núcleo Regional de Pesquisa Econômica no Rio de Janeiro

Núcleo Regional de Pesquisa Econômica em Curitiba

Núcleo Regional de Pesquisa Econômica em Porto Alegre

Representações Regionais do Departamento Econômico do Banco Central do Brasil

Gerência Técnica de Estudos Econômicos em São Paulo Chefe: José Benedito de Zarzuela Maia	Av. Paulista, 1.804 – Bela Vista Caixa Postal 8.984 01310-922 São Paulo – SP *E-mail*: gtspa.depec@bcb.gov.br
Núcleo Regional de Pesquisa Econômica em Belém Chefe de Equipe: Irene Guedes Paiva	Boulevard Castilhos França, 708 – Centro Caixa Postal 651 66010-020 Belém – PA *E-mail*: pa.depec@bcb.gov.br
Núcleo Regional de Pesquisa Econômica em Fortaleza Chefe de Equipe: Henrique Jorge Medeiros Marinho	Av. Heráclito Graça, 273 – Centro Caixa Postal 891 60140-061 Fortaleza – CE *E-mail*: ce.depec@bcb.gov.br
Núcleo Regional de Pesquisa Econômica em Recife Chefe de Equipe: Fernando de Aquino Fonseca Neto	Rua da Aurora, 1.259 – Santo Amaro Caixa Postal 1.445 50040-090 Recife – PE *E-mail*: pe.depec@bcb.gov.br
Núcleo Regional de Pesquisa Econômica em Salvador Chefe de Equipe: Itamar Marins da Silva e Silva	Av. Anita Garibaldi, 1.211 – Ondina Caixa Postal 44 40210-901 Salvador – BA *E-mail*: ba.depec@bcb.gov.br
Núcleo Regional de Pesquisa Econômica em Belo Horizonte Chefe de Equipe: Mauro Sudano Ribeiro	Av. Álvares Cabral, 1.605 – Santo Agostinho Caixa Postal 887 30170-001 Belo Horizonte – MG *E-mail*: mg.depec@bcb.gov.br
Núcleo Regional de Pesquisa Econômica no Rio de Janeiro Chefe de Equipe: Maurício Ribeiro	Av. Presidente Vargas, 730 – Centro Caixa Postal 495 20071-900 Rio de Janeiro – RJ *E-mail*: rj.depec@bcb.gov.br
Núcleo Regional de Pesquisa Econômica em Curitiba Chefe de Equipe: Vanderléia Centenaro	Av. Cândido de Abreu, 344 – Centro Cívico Caixa Postal 1.408 80530-914 – Curitiba – PR *E-mail*: pr.depec@bcb.gov.br
Núcleo Regional de Pesquisa Econômica em Porto Alegre Chefe de Equipe: Vera Maria Schneider	Rua 7 de setembro, 586 – Centro Caixa Postal 919 90010-190 Porto Alegre – RS *E-mail*: rs.depec@bcb.gov.br

Siglas

a.a	Ao ano
Abep	Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa
ACSP	Associação Comercial de São Paulo
AGE	Assessoria de Gestão Estratégica
BM&FBOVESPA	BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros
BNB	Banco do Nordeste do Brasil S.A.
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BPC	Benefício da Produção Continuada
CadÚnico	Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
Caged	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CCEB	Critério de Classificação Econômica Brasil
CNI	Confederação Nacional da Indústria
Conab	Companhia Nacional de Abastecimento
Condepe/Fidem	Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco
Deral	Departamento de Economia Rural
Emater/RS	Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Esalq	Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”
EUA	Estados Unidos da América
Fecomércio Minas	Federação do Comércio do Estado de Minas Gerais
Fecomércio SP	Federação do Comércio do Estado de São Paulo
FEE	Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser
Fenabrave-PR	Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores do Estado do Paraná
FGV	Fundação Getulio Vargas
Fieam	Federação das Indústrias do Estado do Amazonas
Fiec	Federação das Indústrias do Estado do Ceará
Fieg	Federação das Indústrias do Estado de Goiás
Fiemg	Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
Fiep	Federação das Indústrias do Estado do Paraná
Fiergs	Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul
Firjan	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FNAS	Fundo Nacional de Assistência Social
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
Funceme	Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos
IBC-Br	Índice de Atividade Econômica – Brasil
IBCR	Índice de Atividade Econômica Regional
IBCR-BA	Índice de Atividade Econômica Regional – Bahia
IBCR-CE	Índice de Atividade Econômica Regional – Ceará
IBCR-CO	Índice de Atividade Econômica Regional – Centro-Oeste

IBCR-MG	Índice de Atividade Econômica Regional – Minas Gerais
IBCR-NE	Índice de Atividade Econômica Regional – Nordeste
IBCR-N	Índice de Atividade Econômica Regional – Norte
IBCR-PR	Índice de Atividade Econômica Regional – Paraná
IBCR-PE	Índice de Atividade Econômica Regional – Pernambuco
IBCR-RJ	Índice de Atividade Econômica Regional – Rio de Janeiro
IBCR-RS	Índice de Atividade Econômica Regional – Rio Grande do Sul
IBCR-S	Índice de Atividade Econômica Regional – Sul
IBCR-SE	Índice de Atividade Econômica Regional – Sudeste
IBCR-SP	Índice de Atividade Econômica Regional – São Paulo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICCBH	Índice de Confiança do Consumidor de Belo Horizonte
Icei	Índice de Confiança do Empresário Industrial
Icei-GO	Índice de Confiança do Empresário Industrial de Goiás
Icei-MG	Índice de Confiança do Empresário Industrial de Minas Gerais
Icei-RS	Índice de Confiança do Empresário Industrial do Rio Grande do Sul
IDI	Índice de Desempenho Industrial
Iepe	Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas
INC	Índice Nacional de Confiança
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPA	Índice de Preços por Atacado
Ipardes	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Ipead	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais
Ipece	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
LCD	Dispositivos de cristal líquido
LSPA	Levantamento Sistemático da Produção Agrícola
Mapa	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
Nuci	Nível de Utilização da Capacidade Instalada
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Pesquisa Anual de Comércio
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PEA	População Economicamente Ativa
PET	Politereftalato de etileno
PIB	Produto Interno Bruto
Pimes	Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário
PIM-PF	Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física
PIM-PF-R	Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física – Regional
PMC	Pesquisa Mensal do Comércio
PME	Pesquisa Mensal de Emprego
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PVC	Cloreto de polivinila
Rais	Relação Anual das Informações Sociais

RMB	Região Metropolitana de Belém
RMBH	Região Metropolitana de Belo Horizonte
RMC	Região Metropolitana de Curitiba
RMF	Região Metropolitana de Fortaleza
RMPA	Região Metropolitana de Porto Alegre
RMR	Região Metropolitana do Recife
RMRJ	Região Metropolitana do Rio de Janeiro
RMS	Região Metropolitana de Salvador
Seab	Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná
Secex	Secretaria de Comércio Exterior
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SIF	Serviço de Inspeção Federal
Sincodiv-PR	Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos no Estado do Paraná
Sinduscon-RS	Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Rio Grande do Sul
SNIC	Sindicato Nacional da Indústria do Cimento
SPI	Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
VBP	Valor bruto da produção